

Apesar do boicote da direita

REFORMA AGRÁRIA VAI CONTINUAR

A Reforma Agrária, precisamente por constituir uma das mais positivas conquistas do povo português após o 25 de Abril, tem sido o alvo preferido dos ataques da direita e o pretexto para o avanço da

reação. Os referidos ataques têm-se acentuado nos últimos tempos, particularmente após a formação do VI Governo Provisório.

Entretanto, e apesar de grandes recuos evidentes em nume-

ros aspectos, a plataforma governamental inclui o prosseguimento da Reforma Agrária, embora sujeita a certas correcções moderadoras, de acordo com os princípios defendidos pelo ministro da pasta res-

pectiva, eng.º Lopes Cardoso que, mesmo assim, tem vindo a ser atacado violentamente pelos grandes agrários e seus aliados, apoiados por todas as forças direitistas, que não recuam ante os insultos, calúnias e mentiras, para criarem um clima propício à anulação da lei da Reforma Agrária.

O que se passou em Rio Maior, em Braga e ontem na Merceana é concludente. Afirmaram que atribuíram ao ministro da Agricultura a intenção de «querer a colectivização da terra e a extinção de toda a propriedade privada». E assim nasceu, neste clima, a Associação dos Agricultores do concelho de Alenquer.

Sob o signo da contestação à Reforma Agrária e de acusações ao ministro Lopes Cardoso.

Sabe-se que o ministro da Agricultura nunca defendeu tais coisas e que, pelo contrário, sempre afirmou a necessidade de a Reforma Agrária respeitar os direitos dos pequenos e médios agricultores, chegando até a preconizar o pagamento de indemnizações aos grandes agrários cujas terras tenham sido ou venham a ser expropriadas. (Ler nas páginas centrais a entrevista, da maior oportunidade, com o eng.º Lopes Cardoso sobre o futuro da Reforma Agrária).



Autoestrada do Norte: ao princípio da manhã havia um morto a lamentar

Dois mortos em acidentes no nevoeiro

Dois mortos, vários feridos, 12 acidentes e 30 veículos danificados — eis o balanço de um começo de dia trágico em estradas da periferia de Lisboa. ... Cerca das 5 e 30 um camião colidiu com as traseiras de uma «zorra» que transportava um carro de combate. A viatura

embatida fazia parte de uma coluna militar vinda da E. P. C. de Santarém com destino a Lisboa, transitando pela Auto-Estrada do Norte.

... Neste acidente há a lamentar a morte de um homem que se encontrava ao lado do moto-

Continua na pag. 20



Nordeste Brasileiro A fome ameaça 150 mil pessoas

RIO DE JANEIRO, 15 (FP) — Cento e cinquenta mil pessoas estão ameaçadas pela fome nos estados da Baía e Pernambuco, no Nordeste do Brasil, sujeitos desde há um mês a uma seca excepcional.

Reforços da Polícia foram enviados na terça-feira para a vila de Uricuri, a 600 quilómetros do Recife, depois de 3000 camponeses esfomeados terem invadido a vila à procura de comida, água e trabalho.

Por ordem do governador da província, 22 toneladas de alimentos foram enviados de urgência para a região sinistrada, devendo ser distribuídos gratuitamente à população.

A situação é igualmente grave na província vizinha da Baía, onde não chove há várias semanas.

Em muitas aldeias do interior não existe mais água potável e estão esgotadas as re-

servas de soja, alimento base da população.

Na aldeia de Irece, seis mil pessoas estiveram ontem mais de nove horas ao sol e à temperatura de 40 graus, esperando receber umas diminutas rações de arroz, açúcar e carne seca, distribuídas gratuitamente pelos serviços de socorros.

Numerosas lojas fecharam as portas com medo de haver pilhagens. A distribuição da água foi assegurada por camiões-cisternas do litoral.

Face à gravidade da situação, o Governo multiplicou a abertura de «frentes de trabalho», a fim de empregar os milhares de agricultores reduzidos ao desemprego pela seca.

As autoridades receiam que as colheitas de soja, milho e algodão, fiquem destruídas totalmente se não chover nos próximos dias.

JOANESBURGO, 15 — (F.P.) — Operações de mobilização parcial do Exército da África do Sul prosseguem num ritmo acelerado. Várias centenas de reservistas de sete regimentos do Transvaal acabam de ser convocados para treinos intensivos de três meses, soube-se ontem de fonte militar em Joanesburgo.

Os campos de treino situam-se na região de Bloemfontein (Estado de Orange). Depois desses períodos de exercícios militares, as unidades de reservistas são frequentemente dirigidas para os sectores vizinhos de Angola, a fim de servir na «Zona de Operações Número Um», que se estende ao longo de um milhar

de quilómetros entre a costa atlântica e a fronteira rodésiana.

Nos círculos militares prevê-se, por outro lado, que estas medidas alargam-se-ão progressivamente a todas as províncias da República sul-africana, sem se fazer referência, no entanto, a uma intervenção eventual dessas unidades em território angolano.

Entretanto, nas grandes cidades sul-africanas verifica-se a preparação progressiva dos seus habitantes para um clima de guerra limitada.

COMBATES NO CENTRO

LUSO, 15 — (R./F.P.) — Correspondentes estrangeiros que acabam de visitar a Frente Centro dão conta de que as forças do M.P.L.A. e da U.N.I.T.A., estas últimas auxilia-



Angola na capa do «News-week» do próximo dia 19

das por tropas sul-africanas e mercenários de várias nacionalidades, estão envolvidas numa batalha que consideram sem

precedentes na guerra angolana, a qual abrange uma linha que se estende de Malanje a Teixeira de Sousa, passando pelo Luso. O objectivo principal desta batalha parece ser o controlo e protecção do troço oriental da linha férrea de Benguela, que atravessa Angola de leste a oeste e por onde se escoam produções minerais do Zaire e da Zâmbia.

Segundo os correspondentes estrangeiros, os combates decorrem presentemente em duas frentes principais: a leste, à volta de Teixeira de Sousa, e a norte, na estrada Luso-Henrique de Carvalho. As mesmas fontes revelam uma grande concentração militar do M.P.L.A. na área de Malanje, 350 quilómetros a leste de Luanda. Nesta frente, a zona de Mussende está já a ser cenário de violentas confrontações.

Nacional

Conferência de Imprensa do M.E.I.C.

Orçamento curto limita projectos

A vasta campanha de esclarecimento lançada pelo gabinete de Imprensa do M. E. I. C. visa preparar e consultar a opinião pública para o ano de 1976/77. Por exemplo, ontem o ministro Vítor Alves em Vila Real acompanhado de um elemento do seu gabinete de Imprensa, ontem o secretário de Estado do Ensino Superior dialogava (o que nem sempre foi fácil) com os estudantes da Faculdade de Medicina na Aula Magna da Reitoria, ontem responsáveis pela maior parte dos departamentos do M. E. I. C. deram na Biblioteca Nacional uma conferência de Imprensa com uma agenda repleta de assuntos que vão da Educação Popular à criação da Universidade Aberta e da Faculdade de Pedagogia em Lisboa.

Sinais das preocupações do M. E. I. C. as deficiências em matéria de construção escolar que obriga a que 40 por cento da população escolar ainda não tenha aulas, o Serviço Cívico onde ressurgem as dificuldades e faltas de apoio para a arrancar embora já com 12 917 alunos inscritos. O lançamento do 8.º ano do unificado foi abordado. O seu programa será posto à apreciação pública.

ORÇAMENTO INCÓMODO

Os cortes drásticos verificados no orçamento do M. E. I. C. vêm dificultar a realização de projectos. Disso se ressentem, particularmente, a Direcção-Geral de Equipamento e Instalações que se encontra incapaz de corresponder às necessidades em matéria de construção de novas escolas. Só para o Ensino Primário e com um prazo que vai até Outubro deste ano, seriam necessários mais 9000 edifícios. No Ensino Superior terá de se jogar a sobrevivência das esco-

las e não o seu desenvolvimento, perante a austeridade orçamental.

No Ensino Secundário, onde se deve provocar a explosão escolar, o fundamento da democratização do ensino, só com a criação da Faculdade de Pedagogia poderá vir a ser minimizado o seu problema-mor: a falta de professores, no sentido lato, e de professores pedagógicos e academicamente aptos.

Se a Faculdade de Pedagogia pode contar já com a instalação de um edifício na Cidade Universitária, vem por outro lado libertar certas faculdades, eliminando ou diminuindo o seu ramo educacional. É o caso das faculdades de Ciências e de Letras. Diria no entanto o director-geral do Ensino Superior, dr. Rocha Trindade, que, de qualquer modo, a formação de professores continuaria também a efectuar-se nestas duas Faculdades.

Por outro lado, teria sido aprovado já um projecto que permite a transferência dos professores (e aqui estar-se-ia a pensar no caso específico da Faculdade de Ciências) para outras escolas.

Quanto à Universidade Aberta ela vai funcionar com os mesmos objectivos idênticos aos expostos no relatório para a sua criação.

Constituirá a Universidade Aberta um «elo de ligação do País com o País». A existência de docente das Universidades clássicas no Conselho Científico e Pedagógico não significa que o ensino à distância irá ser um apêndice do ensino directo.

Diria a propósito o director-geral do Ensino Superior: «A Universidade Aberta terá que se apoiar nas outras universidades mas não é um órgão de apoio às outras universidades».

EDUCAÇÃO POPULAR

A Direcção-Geral da Educação Permanente (mini-direcção em termos orçamentais, se nos lembrarmos que a sua capacidade orçamental não ultrapassa os 179 mil contos), tem nos seus planos mais imediatos a realização de três objectivos: alfabetização, educação informal dos adultos e redefinição da carreira escolar do adulto.

Em radical reestruturação das suas actividades a Direcção-Geral da Educação Permanente vai tentar definir-se sobretudo, segundo a expressão do dr. Alberto Melo, «considerando o adulto como um ser concreto». Para o efeito será necessário reformular as bibliotecas populares, enviar missões culturais para a província, «não lisbonificar o País».

Será já na próxima semana que o plano de actividades da D. G. E. P. vai ser enviado para os vários organismos, departamentos e estruturas directa-

mente interessadas na educação dos adultos.

ENSINO UNIFICADO

Em Maio de 1975 foi criado um Secretariado para a Reestruturação do Ensino Secundário. Sobre os problemas levantados pela sua implantação este ano, falou o dr. Tavares Emídio.

Referiu o preconceito social na distribuição dos alunos.

Sendo um ensino que eliminou as diferenças entre cursos técnicos e curso liceal, observou-se no entanto que os alunos ou pais dos alunos mostravam preferência pelos liceus.

Enquanto nos liceus havia excesso de estudantes, do unificado nas escolas técnicas não se notavam acréscimos significativos. Problemas oficiais, «curriculares» novos, reciclagem dos professores, têm sido os problemas fundamentais do lançamento do 7.º ano de escolaridade cuja existência em algumas zonas do País, com acuidade no Norte (no interior) é mais formal que real.

Na próxima sexta-feira serão lançadas para discussão pública as bases programáticas do 8.º ano de escolaridade.

Para se pronunciarem, serão convidados e solicitados, partidos políticos, sindicatos, autarquias, governos civis, ministérios, Imprensa, escolas.

Professores protestam

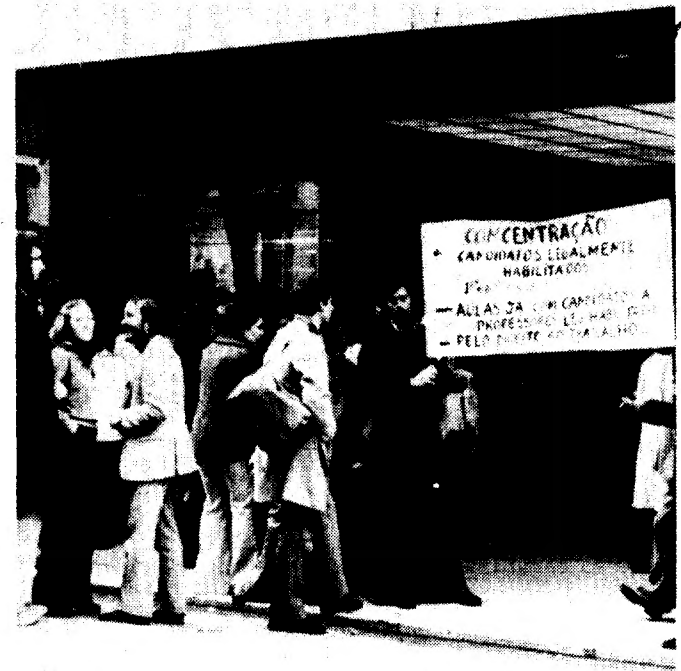
Protestando contra as colocações que o M.E.I.C. está a garantir a indivíduos sem «as habilitações legais que a lei prescreve», os candidatos a professores legalmente habilitados efectuaram, ontem, uma manifestação junto das instalações daquele Ministério.

Entretanto, o M.E.I.C. garante que poderá vir a «colocar cerca de vinte mil candidatos a professores com 8 cadeiras, ou bacharéis ou, ainda, licenciados», que correm o risco de cair no desemprego.

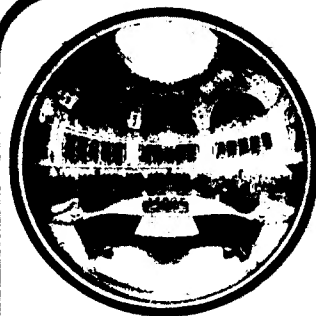
Uma comissão coordenadora, criada para esse fim, tendo definido determinados pontos a discutir com o secretário de Estado da Administração Escolar, adiantou àquele membro

do Governo a matéria essencial do seu protesto, onde sobressai «a colocação de professores e o direito ao trabalho a todos os que concorreram ao 1.º e 2.º concursos».

A mesma comissão luta igualmente pela aprovação do horário semanal de 22 horas, alargamento da especialidade de habilitações, pagamento de retroactivos desde 1 de Outubro do ano findo e subsídio de Natal. Os resultados da reunião, que hoje prossegue, devem ser divulgados ainda hoje.



Os professores habilitados concentraram-se junto ao M.E.I.C. para protestar contra a admissão de indivíduos sem habilitações legais



ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE

Falou-se de trifulhas, de fascistas e do horror às organizações populares

Nova quezília PS-PPD, desta vez motivada pela sugestão do partido de Sá Carneiro de um referendo à Constituição foi a nota dominante da sessão de ontem, no período de antes da ordem do dia e a anteceder o debate na generalidade da Organização do Poder Local.

Ainda antes, porém, Avelino Gonçalves (PCP) enviara um requerimento ao Governo perguntando qual o número de acções terroristas desde 1 de Julho de 1975; quantas visaram instalações e bens de organizações ou cidadãos progressistas; qual o número de processos de investigação abertos e quais os que foram motivo de perseguição; quantos processos foram enviados a tribunal; qual a sua situação; o número de queixas arquivadas; quantas pessoas foram detidas e aguardam julgamento?

Noutro requerimento Afonso Dias (UDP) quer saber se após a libertação de fascistas e de elementos da Pide, se se pensa permitir o regresso a Portugal de Spínola, Caetano e Tomás.

OS «TRIFULHAS»

Numa longa e contundente intervenção, José Luís Nunes (PS) foi na manhã de ontem o «artilheiro» de serviço na manobra, visível, de distanciamento do seu partido face ao PPD. Recordando as palavras de Barbosa de Melo (PPD) em Junho passado, em S. Bento («esta assembleia está aqui pela vontade e pela escolha expressa de cerca de 6 milhões de portugueses») e o depoimento de Sousa Franco, também «pêpêdê», a um semanário, e no qual insinua estar o texto constitucional «polvilhado de preceitos marxistas» e põe em dúvida o seu apoio popular, José Luís Nunes acusa o partido de Sá Carneiro de, ao defender o referendo para a Constituição, estar a pôr em causa não só as eleições de Abril de 75 como, logicamente a representatividade da Assembleia Constituinte. Disse a propósito o deputado do PS:

«De degrau em degrau o Partido Popular Democrático põe hoje em causa a Assembleia Constituinte porque lhe desagradam as posições tomadas. Amanhã procurará dissolver o Povo se este não compreender a luminosa mensagem que a «popular democracia» lhe traz. E um dia, esquecidos

os desvarios das noites quentes de Junho de 74, que sucederam ao 25 de Abril, pois necessariamente acabará desejando que o 25 de Abril possa ser substituído por um novo 28 de Maio».

No período de resposta a pedidos de esclarecimento de vários deputados do PPD, José Luís Nunes respondendo a Moura Guedes (que referira a existência no País de «um generalizado sentimento popular antimarxista») afirmou não ter recebido algum disso «porque — acrescentou — ninguém vai perguntar ao Povo Português se quer o marxismo ou não; isso é pura e simplesmente o método utilizado pelos pescadores de águas turvas, pelos fascistas, pelos reacçãoários e pelos trifulhas em política».

CONSCIENTE OU INCONSCIENTE?

Entretanto, na sessão da tarde votou-se na generalidade o articulado da 7.ª comissão, sobre o Poder Local. O projecto foi aprovado por maioria tendo-se registado apenas a oposição do MDP/CDE. Procedeu-se imediatamente à discussão na especialidade tendo sido aprovados, por unanimidade, os quatro primeiros artigos.

Durante o debate sobre o artigo 5.º que estabelece poderes deliberativos para as assembleias locais, que são eleitas por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos, e permite a apresentação de candidaturas a partidos, organizações e grupos de pessoas, a sessão foi interrompida a pedido de José Luís Nunes que surgiu, após o intervalo, com uma proposta de alterações ao artigo. Aí suprimia as organizações populares (comissões de trabalhadores e de moradores nomeadamente) a possibilidade de apresentarem candidaturas para os órgãos das autarquias locais.

Vital Moreira (PCP) consideraria tal facto como «o inconsciente ou consciente horror às organizações populares de base», e denunciou a proposta como maneira de retirar às organizações populares um dos seus principais caracteres — o serem elementos de controlo da vida das autarquias locais. José Luís Nunes considerou as reservas apresentadas por Vital Moreira.

E.A.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO

Tendo sido, por lapso, indevidamente assinada uma convocatória de uma reunião da Assembleia Geral para o dia 19 do corrente, comunica-se que fica aquela convocação sem efeito, marcando-se desde já uma reunião da Assembleia Geral para o dia 2 de Fevereiro de 1976, na Voz do Operário, às 21,30 horas, ao abrigo do Art.º 33.º dos Estatutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL PARA O ANO DE 1976

Lisboa, 14 de Janeiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) JOSÉ CAROLINO SANTOS

post scriptum

O caminho que dizem ser para o socialismo

É um facto que quase toda a população tem carências assistenciais de toda a espécie. A segurança social de cada família é praticamente nula, e não dá qualquer garantia e tranquilidade a uma família que seja atingida pelo infortúnio ou pela velhice. No entanto, o importante é salvar as aparências rindo e ostentando para fora, sofrendo e privando para dentro.

O Povo trabalhador mais puro, inocente e resignado, aquele que habita os meios rurais afastados dos grandes centros urbanos é, paradoxalmente, aquele que em maior percentagem serve a reacção inconscientemente. Vejamos: enquanto no seu meio, é presa fácil e inexorável da crença religiosa e do caciquismo local que o pacifica e doma na sua homilima pobreza e falta de cultura. Logo que, em busca de melhores condições de vida, o rural parte para a periferia das grandes cidades tornando-se servente, operário ou empregado, do sector público ou privado, é, a pouco e pouco, apossado de hábitos e mentalidade pequeno-burguesa que o faz acreditar estar a subir na vida e, simultaneamente, o faz sentir-se um «senhor» em relação ao meio que abandonou. Incapaz de reflectir, agarrando-se ferozmente aos hábitos recentes, não se sente capaz de contestar convictamente as condições socio-assistenciais precárias que o «regime» lhe proporciona. Pelo contrário, baseando-se numa ilusória estabilidade apenas certa enquanto a saúde e a subserviência não o abandonarem, torna-se muito mais permeável às forças conservadoras do que às progressistas.

O mesmo acontece com as camadas mais desfavorecidas (e não só) dos grandes centros urbanos. Só ocasionalmente, depois de muito motivadas, acedem a fazer tímidas reivindicações que facilmente esmorecem após as mais pequenas dificuldades surgirem.

Assim, não fosse a hipnose gerada pela secular crença e exploração religiosa, pelo feudo e caciquismo locais e, surpreendentemente, veríamos a honesta e pura população dos meios rurais de Norte a Sul do País, os operários e demais trabalhadores, a reivindicar com todo o vigor e determinação as mais elementares condições de vida humana e social que, desde sempre, lhes têm sido negadas. Em vez disso, o que acontece, é deixarem-se facilmente desmobilizar e dividir por quase todos os partidos que mais não pretendem do que enganar os sordidamente.

Nestas condições, que legalidade moral tem pois a invocação das «maiorias» para justificar o «trópego» caminho que dizem ser para o socialismo?

Rui M. Alves de Barros — S. Pedro do Estoril

Aqueles que tudo produzem e nada possuem

A vida neste início de ano apresenta-se mais negra do que nunca com os preços de bens essenciais a subirem descontroladamente, em desfavor daqueles que têm um orçamento familiar mais baixo. Todos nós sabemos (embora alguém diga o contrário) que há classes, a chamada média e grande burguesia, que continuam intocáveis. Aqueles que tudo produzem e nada possuem não poderão aguentar esta situação por muito tempo.

José Alberto F. Figueira — Pontinha

Só cai em cima dos trabalhadores

Os aumentos que se verificaram nos transportes marítimos para o Montijo constituem um verdadeiro roubo aos utentes destas carreiras que têm que se deslocar a Lisboa para os seus empregos ou outras necessidades. Os pass semanais, que custavam 69 escudos, passaram para 100 escudos, o que equivale a um aumento de 45 por cento. Os bilhetes de ida e volta que custavam 17\$50 deixaram de existir para haver somente um bilhete único, que dá direito a uma viagem, pela «modica» quantia de 14 escudos, portanto ida e volta por 28 escudos — o que equivale a um aumento de 60 por cento.

Continuando na linha de «beneficiar» as classes mais desprotegidas, a empresa resolveu acabar com os bilhetes para menores e estudantes que custavam 8\$50 ida e volta — e passaram a cobrar 28\$00, um aumento de 205 por cento.

Para isto só pergunto: que socialismo é este? Que programa de austeridade é este, que só cai em cima dos trabalhadores?

António João Marques — Montijo

A alternativa é andar a pé

Quando os transportes eram mais baratos, a coisa passava. Agora, porém, que já dói mais, deveria haver mais um bocadinho de respeito pelos utentes, da parte dos especialistas na questão.

Uma pessoa que tenha o «azar» de efectuar um percurso entre uma paragem antes da zona e outra paragem depois da mesma, tem quatro alternativas: ir a pé até à Zona e meter-se depois no autocarro, meter-se no autocarro e descer na zona fazendo o resto a pé, pagar 4\$00 por andar duas paragens ou... habituar-se a andar a pé. Será justo? Não será possível criar um sistema, em que as pessoas paguem os seus bilhetes segundo a distância percorrida? Ou os interesses do povo, a defesa das classes mais desprotegidas e a justiça são palavras vazias de sentido, que se aplicam apenas quando o oportunismo o ordena?

Gabriel de Sousa — Lisboa

O DESENVOLVIMENTO CHINÊS SEM CHU EN-LAI

GILBERT ÉTIENNE

O primeiro-ministro Chu En-lai não era só um diplomata primário. Durante um quarto de século, ele teve um papel capital na construção do novo Estado chinês, no desenvolvimento e gestão da sua economia. Após a revolução cultural, fez-se artesão de uma linha maleável, que combinava, sem grandes atritos, os imperativos da ideologia e os da economia. A partir de 1973, e sobretudo, de 1974, o vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-ping, espírito prático por excelência, prosseguiu a obra de Chu En-lai, cuja saúde era deficiente. Quais são os frutos dessa política económica?

Os chineses tocam muito habilmente num amplo teclado de técnicas: grandes trabalhos hidráulicos que necessitam de engenheiros competentes e um parque de máquinas modernas que completam com felicidade as filas de carrinhos de mão, as bombas de irrigação manufaturadas nos burgos rurais, as entregas de cimento ou de adubos das grandes e das pequenas fábricas.

A medida exacta dos progressos assim realizados, tornou-se delicada para os factores meteorológicos.

Entre 1970 e 1973 a progressão é lenta, em parte devido ao céu. Em 1974/75 os homens são ajudados pela natureza. Segundo as declarações chinesas, a produção alimentar de base teria atingido os 285 milhões de toneladas em 1975 (250 milhões em 1971 e 1973).

Sejam quais forem os números exactos, as colheitas foram boas. Após terem culminado em 7,7 milhões de toneladas (Julho de 1973-Junho de 1974), as importações de cereais baixaram provavelmente para 3 milhões de toneladas durante o exercício de 1975-1976. Quanto às exportações de arroz, continuam a oscilar à volta de 1 milhão de toneladas (não compreendendo as entregas ao Vietname e à Coreia do Norte).

AS DIFICULDADES DA AGRICULTURA

A marcha em frente ainda se encontra retardada em alguns pontos cruciais. A China dispõe de relativamente poucas variedades de cereais de alto rendimento, principalmente de trigo, o que explica em parte as suas importações. Até agora a investigação fundamental em agronomia progrediu pouco. Essa tendência está em vias de ser corrigida.

A alta de produção de adubos químicos esconde, na realidade, fraquezas qualitativas: 55 por cento dos adubos azotados (3,16 milhões de toneladas, ao todo) são em produtos pouco satisfatórios saídos das pequenas fábricas. Por essa razão, os chineses encomendaram, entre 1972 e 1975 dezasseis grandes complexos ultramodernos de adubos azotados aos Países Baixos, à França, ao Japão e aos Estados Unidos. Por volta de 1980, resultará disto uma produção adicional de 3,5 milhões de toneladas de azoto. Foram simultaneamente empreendidos esforços para equilibrar melhor as doses de adubos azotados e de fosfatos.

A Conferência Nacional sobre Agricultura do Outono, passada, pôs em relevo mais dois elementos delicados.

Antes de mais as **tendências espontâneas para o capitalismo** que o regime se quer esforçar por travar. Os camponeses sentem-se tentados a consagrar mais esforços ao seu próprio pedaço de terra, às suas galinhas e aos seus porcos privados, do que à agricultura colectiva.

O processo de crescimento atinge um estágio muito mais complexo do que antes, e gerador de novas dificuldades: a irrigação exige ladeiras naturais ou corrente eléctrica e carburante. As novas sementes

devem ser melhor adaptadas ao meio local. Os adubos químicos devem chegar a tempo.

Outras tantas tarefas que estão longe de ser fáceis nos campos, onde os meios de comunicação ainda são limitados.

Claro que o sistema não funciona sem falhas. A imprensa chinesa falou várias vezes do caso em 1975. Quando da grande conferência agrícola, por exemplo Hua Quo-seng, ministro da Segurança Pública, denunciou a **moleza e a preguiça** de certos quadros, ao mesmo tempo que insistia na necessidade de reforçar a administração dos distritos, para fins tanto ideológicos como práticos.

Estas fraquezas, dificilmente evitáveis, não poderiam fazer esquecer o carácter coerente dessa política agrícola e dos seus resultados.

O desenvolvimento industrial chinês também foi espectacular. Após um período de relativo recuo técnico, nos anos 60, e também após uma fase lenta de crescimento, a industrialização conheceu uma vitalidade notável: forte desenvolvimento das pequenas fábricas locais (cimento, adubos, ferramentas...), desenvolvimento de fábricas grandes e médias inteiramente equipadas e montadas pelos chineses, crescente abertura para o mundo exterior e para as técnicas estrangeiras (ver as numerosas exposições industriais de países estrangeiros em Pequim).

A China dirige agora numerosas fábricas-chave nos países ocidentais e no Japão, usando por vezes fórmulas diferentes de pagamento.

Esta espécie de «resumo técnico» permite-lhe ganhar tempo. Progressivamente, os engenheiros chineses reproduzem ou modificam as técnicas de ponta importadas em pro-

veito de outras fábricas. Neste processo de extensão industrial, o petróleo tem um papel crescente (a produção terá sido de umas 80 toneladas em 1975). Exploração e especulação de petróleo em bruto avançaram a uma cadência rápida, ao mesmo tempo que os primeiros oleodutos surgiam.

Mas o crescimento não é tudo.

Tanto na fábrica como nos campos, a ideologia mantém-se presente. É neste domínio que surgem tensões em 1975, de resto plenamente reconhecidas pelos dirigentes. Face aos grandes esforços de industrialização, os estimulantes materiais são mais do que nunca estigmatizados nos operários e nos quadros, tal como os restos de espírito burguês.

O movimento geral da economia traduziu-se, está bem de ver, numa fonte alta no comércio com o exterior. Aos preços correntes, o valor das compras e das vendas passou de 4,7 biliões de dólares (em 1971) para 13,7 biliões de dólares (em 1974). Portanto mais 191 por cento em três anos. Desde 1973, abalança comercial da China é definida comercial 1 bilião de dólares em 1974, principalmente, o que se explica através das encomendas massivas de fábricas, importações de semente, aço, adubos químicos...

Em 1975, produziu-se um certo abatimento do comércio, tal como aconteceu no resto do Mundo. A China reduziu as encomendas de bens de equipamento e de máquinas. A alta global do comércio anunciou-se, portanto, fraca. Quanto ao défice da balança comercial, ele deveria ser levado, ao que se pensa, a uns 630 milhões de dólares (menos 37 por cento).

© LE MONDE

BRANDURA MONETÁRIA

Das duas reuniões que acabam de se realizar na Jamaica, a mais importante foi a do Comité Temporário, que reagrupou os vinte ministros das Finanças encarregados de pôr em acção a reforma monetária. Da segunda, a do Comité de Desenvolvimento, ninguém esperava resultados concretos.

Claro que foi posto em acção, em Kingston, o processo de alargamento do auxílio dado aos países em vias de desenvolvimento. Jean-Pierre Fourcade criou uma certa sensação ao propor entrega ao «terceiro guichet» do Banco Mundial, uma boa parte da mais-valia que assegurará à França — tal como aos outros países — a restituição de uma parte do metal precioso detido pelo Fundo Monetário.

Mas as precisões dadas no último dia pela publicação da emenda dos estatutos do F.M.I. relativo às taxas — até então secretas — fazem duvidar de que se tenha realizado neste âmbito um progresso sério. Porque ele autoriza largas flu-

tuações das moedas, entre si, e permite mesmo aos países que tiverem explicado os seus motivos do F.M.I. sair completamente do novo sistema.

Quanto aos novos estatutos do F.M.I. adoptados agora após anos de negociações, podemos duvidar seriamente de que os vinte ministros (que representam os cento e vinte e sete países membros do Fundo), tenham conseguido pôr de pé a autêntica reforma capaz de orientar as políticas económicas e financeiras no sentido de uma restauração da ordem monetária.

As «emendas» às regras herdadas dos acordos de Bretton-Woods concluído pelos aliados em Julho de 1944, com a preocupação de impedir o regresso aos trâmites dos anos 30, voltam, na realidade, a repudiar todas as regras. Não há mais paridades fixas que obriguem os Estados a intervir nos mercados, a fim de manter o valor da moeda — em relação aos outros.

Não há mais preço fixo do

ouro. De tal modo que todo o sistema está privado do ponto fixo.

Dever-se-á de resto continuar a empregar a palavra sistema? Este implica a existência de mecanismos e obrigações próprios para restabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos, quando este se quebra. Hoje, perante o agravamento dos défices, só se imagina uma única parada: abrir novas facilidades de crédito.

É evidente que os países mais tocados pela crise e pelo encarecimento do custo da energia devem ser ajudados, e que não se trata de lhes aconselhar uma política de deflação quando, em muitos deles — os mais pobres — a taxa do desemprego já atinge 20 por cento e mais.

Mas o comportamento dos ministros, que se queriam julgar responsáveis, surgiu quase infantil na Jamaica. As soluções repousam na ilusão de que a criação de nova liquidez internacional só se traduz por um

aumento de circulação monetária dentro de cada país. A inflação que daí resulta, só torna mais inevitáveis novos défices.

A verdade é que os países ricos são incapazes de ter a coragem política que consistiria em pedir aos seus contribuintes e governadores que partissem num auxílio aberto ao desenvolvimento das nações mais pobres. Eles embarracavam pois numa aventura que consiste em financiar o auxílio através da emissão monetária. Espera-se assim corrigir algumas desigualdades entre nações ricas e povos pobres, mas a inflação chega na realidade a exacerbar as desigualdades no interior de cada nação, desenvolvida ou não.

Outro ensinamento da conferência da Jamaica é a politização crescente das relações monetárias internacionais. Terá, na verdade, um progresso, quando, paralelamente, o sentido das responsabilidades, já não inspira as propostas submetidas a voto?

© — Le Monde

Nacional

Custóias chega ao tribunal

Indeferidas notificações para legalizações dos detidos

PORTO, 15 — Segundo informação recolhida junto da Comissão de Advogados que se propõe a prestar assistência jurídica, nos termos das leis vigentes, aos antifascistas detidos em Custóias, soubemos que os pedidos de notificações judiciais a algumas autoridades sobre a situação ilegal e desumana em que se encontram aqueles detidos foram indeferidos com base em argumentos de carácter formal que, acrescenta um desses advogados, «nos surpreenderam muito dado que, nos termos da própria lei, as notificações judiciais avulsas não admitem oposição e, por isso mesmo, muito raramente se encontram casos de indeferimento».

Conforme soubemos, duas dessas notificações foram requeridas no Palácio da Justiça, e eram dirigidas ao brigadeiro Pires Veloso, como comandante da Região Militar e como membro do Conselho da Revolução, entidade que decisivamente poderia contribuir para remover os obstáculos levantados aos contactos dos advogados com os detidos, e a outra ao comandante do Batalhão da G.N.R., entidade que superintende na situação prisional dos detidos em Custóias.

ASSEGURAR O EXERCÍCIO DOS MEIOS CÍVEIS

Estas notificações surgiram em consequência de um projecto de documento aprovado no comício promovido no último sábado pela C.A.A.R.P. e realizado no Palácio de Cristal, como noticiámos.

Ambas couberam ao 4.º Juízo Cível e foram indeferidas pelo respectivo juiz com fundamento meramente formal. Com efeito, foi requerente uma advogada da Comissão de Advoga-

gados, sendo a mesma notificação apoiada por mais dez advogados e um candidato à advocacia. No despacho, conforme nos informaram, confundem-se os advogados que apoiam a requerente e diz-se que existem requerentes que não são advogados, o que, acrescentam, é inexacto.

As notificações em causa visavam ainda assegurar o exercício dos meios cívicos por indemnização pelas ilegalidades cometidas e manifestar o desejo de a Comissão de Advogados carrear provas para os inquéritos que estarão em curso, quer no Quartel General, quer na G.N.R.

AUSÊNCIA DE PROCURAÇÕES

As outras duas notificações eram dirigidas ao governador civil do Porto e ao comandante da Casa de Reclusão, coronel Sampaio Rodrigues que superintende na situação prisional dos detidos em Custóias.

Visavam fundamentalmente os mesmos objectivos das anteriores. A dirigida ao dr. Cal Brandão salientava ainda a necessidade de uma conferência dos advogados com os antifascistas detidos, pois estes desejam processar o governador civil do Porto, conforme já foi tornado público, em vista do comunicado oficial que mostra a sua responsabilidade sobre o que se teria passado em Custóias no dia 1 de Janeiro e que ainda não foi objecto de qualquer rectificação.

Estes últimos pedidos de notificação couberam ao 5.º Juízo Cível e foram igualmente indeferidos, informam-nos, por motivos também formais, acrescentando o despacho não se vislumbra a obrigação jurídica que impenderia sobre o governador civil e o efeito jurídico concreto a obter com o desejo de os signatários serem infor-

mados do inquérito em curso e da participação destes no mesmo, carreando provas. Pelo que toca à notificação do comandante da Casa de Reclusão, o despacho afirma, informam ainda, os advogados, não se ver a relação existente entre o comandante em questão e o pedido de notificação dos advogados. Todavia, estes informaram-nos que estava também em causa a necessidade de procurações que ainda não foram passadas pelos detidos.

RECURSO PARA A RELAÇÃO

Concluíram os advogados que estes despachos aos requerimentos que visam, no essencial, defender nos termos legais os direitos dos antifascistas detidos, causaram al-

gum espanto aos signatários e não excluem, por isso a eventualidade de levarem recurso para a Relação e, se for caso disso, até ao Supremo Tribunal de Justiça.

Disseram-nos, por último, que, como o documento foi tornado público no comício do Palácio de Cristal, os advogados iriam hoje (5.ª-feira) a Custóias, acompanhados, se possível, de um funcionário notarial a fim de obterem as procurações em falta e conferenciarem com os militares e civis detidos. Todos os requerimentos de notificação incluiriam em anexo fotocópia da ordem de serviço da Cadeia de Custóias que proibia, mesmo nas visitas da quadra de Natal e Ano Novo, que os detidos viessem a ser visitados por familiares que fossem, ocasionalmente, advogados ou magistrados.

Carta de ânimo dum civil detido

Além de militares encontram-se ainda detidos em Custóias seis civis. São eles: Aníbal Jorge Martins Domingues, Armando de Sousa Cabrita, Vitor Manuel Gonçalves Carrilho, Amaro Francisco Pereira da Costa, José Daniel da Silva e Carlos Pereira da Silva.

O primeiro, Aníbal, endereçou à Comissão de Trabalhadores da firma em que trabalhava em Setúbal (Tonus, Montagens e Aluguer de Máquinas), uma carta manuscrita de que transcrevemos alguns passos:

«(...) Camaradas e amigos: finalmente me decidi a escrever após 40 dias de uma prisão ilegal e injusta... (...) Há camaradas que vieram da visita a chorar porque viram os filhos à sua frente através do maldito parlatório (...) e os não pude-

ram beijar (...)

«Camaradas, a nossa liberdade, a democracia está em perigo. Nós pouco sabemos o que aí fora se passa, mas por aquilo que aqui se vive sentimos que alguma coisa de grave nos espreita (...) Eu falo aqui aos camaradas militares nos meus camaradas de trabalho, realçando a vossa consciência de classe e a capacidade revolucionária de muitos com quem mais de perto tive a honra de trabalhar (...) Unidade, camaradas, e firmeza: não ceder um palmo. Nós estamos convosco, podem contar connosco.» (...)

Aníbal tem 22 anos e a Comissão de Trabalhadores, ouvindo-nos esta manhã, afirmou-nos que repudia «energicamente as arbitrariedades a que estão sujeitos os revolu-

Ramalho Eanes recusa soldo de general

Ramalho Eanes, graduado em general para chefiar o Estado-Maior do Exército, informou os responsáveis militares e os serviços contabilísticos da sua especialidade que rejeitava aceitar o ordenado compatível com o posto que ocupa após os acontecimentos de Novembro.

O Chefe do E. M. E. enviou este mês para o Regimento nº 11, da Amadora («Comandos»), a diferença entre o que normalmente recebe um tenente-coro-

nel e um general, relativa ao último mês de 1975. Recordou-se que Ramalho Eanes era, antes de Dezembro último, tenente-coronel.

Esta atitude do chefe do E. M. E. já não é a primeira do género que ele decide tomar, uma vez que, quando na direcção da Radiotelevisão Portuguesa, sempre se recusou a ser pago como membro do seu conselho de administração, preferindo o ordenado oficialmente estipulado para a patente de tenente-coronel.

Decorrem eleições nos Conselhos das Armas

Decorrem neste momento, e julga-se que possam estar concluídas dentro de uma semana, as eleições para os Conselhos das Armas e Serviços do Exército.

Os seus resultados deverão ser conhecidos, se não houver qualquer impedimento, na próxima terça-feira, prevenindo-se que a sua afixação se possa verificar no dia seguinte, ou seja, a 21.

Entretanto — e como ontem

noticiámos — o major Luís Casanova Ferreira foi nomeado para a Direcção da Arma de Infantaria, o que lhe permite ser, por inerência do cargo, um dos seus membros conselheiros.

Aliás, acontece o mesmo em relação aos membros do Conselho da Revolução, que também por inerência do cargo que ocupam naquele corpo são automaticamente conselheiros das Armas a que pertencem.

cionários deste País injustamente presos e maltratados após o 25 de Novembro.»

MOÇÃO DA FACULDADE DE LETRAS

Entretanto, a secção de Filosofia da Faculdade de Letras do Porto, reunida em assembleia geral, decidiu «repudiar veementemente a actuação da G. N. R. em Custóias de que resultaram quatro mortos; exi-

gir o desarmamento imediato da G. N. R./ P. S. P., exigir a libertação imediata dos militares e civis revolucionários presos após o 25 de Novembro.»

Sabe-se também que advogados devem visitar brevemente os detidos.

Finalmente, chega-nos a notícia de que a C. A. A. R. P. está a programar uma festa para angariação de fundos destinados aos detidos e seus familiares.

Comissão Liquidatária da ex-Pide

O Ministério da Administração Interna vai proceder à formalização da extinção da Comissão Liquidatária da ex-PIDE/DGS, a qual já terminou as suas funções.

Trata-se obviamente de um organismo diverso da Comissão de Extinção da ex-PI-DE/DGS e LP, que continua em funcionamento sob as vistas do Conselho da Revolução.

PUB

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA A LUTA CONTINUA

- CONTRA A VIDA CARA!
- CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS!
- NO PRÓXIMO DIA 17 DE JANEIRO, NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO, EM LISBOA

O Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa, considerando que a política antioperária e antipopular dos órgãos de poder requerem uma resposta firme da classe operária e dos trabalhadores em geral e que a iniciativa parte de um numeroso grupo de sindicatos, entende dever apelar para os restantes sindicatos do distrito e a todos os trabalhadores para aderirem e comparecerem em massa à concentração no Estádio 1.º de Maio, pelas 16 horas, no dia 17 de Janeiro.

Apela ainda para o reforço da unidade e organização dos trabalhadores tão necessária à consolidação das conquistas democráticas.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1976

Pel'O Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa

PUB

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA GRANDE MANIFESTAÇÃO NO DIA 18 DE JANEIRO NA MARINHA GRANDE CAMARADAS:

O dia 18 terá que ser uma grande jornada de luta pelas liberdades sindicais. Portanto mobilizemo-nos todos antifascistas e democratas.

INSCREVE-TE NA EXCURSÃO

CONTACTA: O Sindicato dos Trabalhadores Vidreiros Calçada da Estrela, n.º 135, 1.º-Dt.º, em Lisboa Telef.: 666234 até ao dia 16 às 12 horas.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA
SINDICATO DOS TRABALHADORES VIDREIROS
SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL
SINDICATO DOS PINTORES DA CONSTRUÇÃO NAVAL

"Vida Mundial": um dado novo

Processos disciplinares aos redactores "em causa"

O caso da revista "Vida Mundial" pode conhecer dentro em breve uma evolução diferente daquela que as últimas notícias faziam prever. Esta possibilidade será um facto se entretanto se confirmarem informações que obtivemos e segundo as quais o problema já há algum tempo passou do âmbito restrito da S.N.T., empresa a que a "VM" pertence, para centros de decisão como o Conselho da Revolução e o Ministério da Comunicação Social.

O C.R. ocupou-se da "VM" numa das suas últimas reuniões e nomeou um dos seus membros para tratar do assunto. Em breve o problema passou para a competência do M.C.S., onde actualmente se encontra. Embora a Redacção da revista se escuse a confirmar ou desmentir o que aqui se dá como certo, o certo é que os próprios redactores, a despeito do tom do último comunicado ("A nossa luta está a chegar ao fim") continuam a ir diariamente ao seu local de trabalho, mantendo a posição assumida desde a primeira hora.

Uma informação mais recente: esta manhã os redactores da "VM" encontravam-se no M.C.S., tanto quanto se sabe para terem uma audiência com o tenente-coronel Ferreira da Cunha. Anteriormente, tinham visto gorada uma diligência feita para serem recebidos pelo ministro Almeida Santos. A audiência desta manhã seria, em princípio, com o titular da Comunicação Social. O facto de este ter a agenda sobrecarregada explica que a audiência haja sido com Ferreira da Cunha, secretário de Estado da Informação.

PROCESSOS DISCIPLINARES

Entretanto a administração da S.N.T. fez sair ontem uma ordem de serviço informando que vão ser elaborados «processos disciplinares individuais pertinentes» aos redactores «em causa». A informação

contida na ordem de serviço diz que se trata de uma determinação do ministro da Comunicação Social, a quem entretanto a própria administração enviara «o parecer relativo à situação criada na «Vida Mundial», oportunamente pedido ao consultor jurídico da empresa».

Os processos vão ser elaborados por uma Comissão de Inquérito («já em trabalho na S.N.T.»), lembra a administração constituída pelo juiz de Direito dr. António José Cortez Cardoso de Albuquerque e pelo coronel de Infantaria Mário Miguel Martins Macedo.

A informação foi-nos dada ontem por um redactor da «VM», que nos disse tratar-se de «um certo recuo» por parte da administração, que ainda a 7 do corrente emitira uma ordem de serviço declarando-se — diz o nosso informador, citando o texto nessa data proveniente do Conselho de Administração — no «dever de prevenir os trabalhadores em causa de que a sua não comparecimento ou presença com ausência de trabalho será interpretada, de acordo com a lei, como greve, o que implicará a suspensão de salários e as demais consequências legalmente previstas».

Como é já de amplo conhecimento público, o «caso» da «Vida Mundial» começou quando a administração da S.N.T. anunciou que não confirmava Augusto Abelaira como director da revista, decidindo substituí-lo por Natália Correia. A Redacção não aceitou a decisão, exigindo que Abelaira se mantivesse, posição que prevaleceu mesmo depois de Abelaira se demitir. Desde que anunciou a decisão, a administração da S.N.T. considerou a alteração um facto consumado. As duas posições — «VM» e da administração — têm-se mantido irreversíveis. Começa entretanto a ganhar corpo a ideia de que a questão, nos termos em que estava, não tinha qualquer solução possível no âmbito da empresa.

«PURO SAQUE POLITICO»

«Puro saque político», eis o domínio onde deve situar-se o processo que retirou Augusto Abelaira da direcção da revista «Vida Mundial», na opinião de cinco nomes conhecidos: João Bénard da Costa, José Carlos Megre, Nuno Brederode Santos, Nuno Portas e César de Oliveira. Nomes que aparecem relacionados com o G.I.S. Grupo de Intervenção Socialista, eles subscrevem, a título particular, um texto apreciando o caso em suspenso.

«Consideramos extremamente grave a medida tomada pela nova administração da S.N.T., afastando da direcção da «Vida Mundial» Augusto Abelaira» — dizem eles. E acrescentam:

«As medidas recentemente tomadas sobre a Imprensa estatizada foram sempre justificadas como decorrendo da necessidade de se pôr termo ao **tendenciosismo informativo e à instrumentalização partidária**. Na deliberação da administração da S.N.T. é indiscutível que tal critério não foi seguido. Dir-se-á que a isenção informativa e a abertura ideológica têm as suas zonas cinzentas onde a subjectividade da apreciação é considerável. É verdade. Mas é também verdade que há casos tão notórios de apatridismo e objectividade na matéria noticiosa que nenhuma subjectividade atendível os poderá pôr em dúvida.»

E noutro passo:

«Veja-se, para dar um exemplo, o caso de Rodolfo Iriarte e da sua equipa da «Capital»: se o espírito anunciado das recentes intervenções na Imprensa estatizada fosse respeitado, era fora de dúvida que, qualquer que fosse a administração nomeada, eles teriam de ser mantidos nas suas funções, como foram. Do mesmo modo é impossível, imputar, com verosimilhança, a Augusto Abelaira qualquer espécie de **tendenciosismo informativo e muito menos de instrumentalização** por qualquer partido ou corrente política.

«Também se não pode crer que a intenção deste afastamento seja a de pôr à frente da «VM» uma figura de reconhecido prestígio intelectual — ideia que a própria administração desmentiu já e que, efectivamente, seria ridícula, qualquer que fosse o substituto nomeado, dada a projecção de Augusto Abelaira nas Letras portuguesas.

«Igualmente inconsequentes serão quaisquer justificações de carácter técnico ou empresarial. Não foi decerto num pequeno período em que a «VM» não foi publicada que a administração da S.N.T. esgotou os testes práticos tendentes a incrementar a sua difusão, por forma a provar perante si mesma, perante os leitores da revista e perante os trabalhadores da empresa, que a causa directa e necessária da sua venda insuficiente era a presença de Abelaira na direcção. Mas, sobretudo, mesmo que a razão profunda fosse essa, era tão óbvio o carácter político da substituição de Augusto Abelaira que certamente a administração, para não exceder o seu mandato, não deixaria de submeter a questão à apreciação superior.

«A menos que fosse precisamente intenção da administração da S.N.T. exceder o seu mandato e tomar uma decisão puramente política. Por todo o exposto se disse e reafirma que no afastamento de Augusto Abelaira da «VM» o propósito anunciado para a recente intervenção na Imprensa estatizada foi indiscutivelmente desvirtuado por abuso. A administração da S.N.T. usou dos seus poderes de modo a exorbitar das alegadas razões de quem lhes conferiu. A demissão de Augusto Abelaira nada tem a ver com a correcção dos apontados vícios de alguma da nossa Imprensa; a demissão de Augusto Abelaira é já do domínio do **puro saque político**.

«Por tudo isto prestamos a Augusto Abelaira a nossa incondicional solidariedade.»

em construir uma sociedade nova entre nós, tolerante e progressista, distante dos quadros estreitos do totalitarismo sobejamente identificados; e saúde, no corpo redactorial da «Vida Mundial», «o justo acto de solidariedade para com o seu director».

COMISSÃO DE INQUÉRITO NA E.N.P.

Na Empresa Nacional de Publicidade começou esta semana a trabalhar a comissão de inquérito nomeada pelo Ministério da Comunicação Social para estudar a situação criada pelo afastamento e suspensão de trabalhadores desta empresa depois de 25 de Abril. A comissão é constituída pelo dr. Júlio Carlos Lacerda de Castro Lobo e pelo coronel Jorge Alberto Guerreiro Vicente.

«O COMÉRCIO DO PORTO»

O jornalista Silva Tavares passa, a partir de hoje a exercer o cargo de director adjunto de «O Comércio do Porto», em cuja Redacção desempenhou já o cargo de chefe. O novo director-adjunto, nomeado pela Administração com o voto unânime da Comissão Executiva de Trabalhadores, será adjunto de José Miguel Seara Cardoso, director do jornal.

«O SÉCULO ILUSTRADO»

Foram nomeados para chefes de Redacção de «O Século Ilustrado» os jornalistas Rogério Petinga e Maria Antónia Palla, em substituição de Carlos Plantier, anteriormente nomeado pela Administração da S.N.T. sem o aval dos trabalhadores da Redacção da revista. A informação chegou ao conhecimento dos trabalhadores da S.N.T. através de uma ordem de serviço do presidente do Conselho de Administração da empresa, coronel Rodrigues da Silva, na qual se diz também que se procedeu à substituição, por Carlos Plantier ter pedido a demissão do cargo para que fora nomeado, dado não ter a aceitação dos seus colegas.

Entretanto, a Redacção de «O Século Ilustrado» emitiu um comunicado em que lamenta a demissão de director de «A Vida Mundial», de Augusto Abelaira, «homem interessado

Administração da S.N.T. criticada por trabalhadores

A actuação da Administração da Sociedade Nacional de Tipografia, ao ignorar a opinião de trabalhadores na nomeação de pessoas para cargos de responsabilidade nas publicações da empresa, nomeadamente nos casos da «Vida Mundial» e «Século Ilustrado», é objecto de crítica num comunicado dos jornalistas de «O Século».

Dizem aqueles trabalhadores da Informação que, independentemente da sua posição acerca da Lei de Imprensa, consideram que a Administração da S.N.T. aplicou a lei de uma maneira extremamente rígida, dado que ela não impede nenhuma administração de consultar os trabalhadores, «sempre que seja necessário tomar decisões que digam respeito à orientação das publicações». Salientam também que a suspensão de cinco redactores de «O Século» «vem no seguimento da aprovação (por centenas de trabalhado-

res da S.N.T.) de uma lista em que figuram os nomes desses cinco jornalistas». Os jornalistas de «O Século», no entanto, manifestam a determinação de que o jornal esteja aberto a todas as posições antifascistas, «que não caluniem os trabalhadores».

Estes profissionais procederam ontem à eleição de um novo Conselho de Redacção e do seu delegado sindical. Votaram trinta e dois elementos (incluindo os das delegações de Lisboa e Porto). Para o Conselho de Redacção foi eleita a lista B por 22 votos contra 6 para a lista A e 4 em branco constituída por Roby Amorim, Júlio Marques, João Alves e Cartaxo e Trindade. O quinto elemento do Conselho de Redacção será, de acordo com a Lei de Imprensa, o director do jornal. Para delegado sindical foi eleito o jornalista Francisco Avila, com 21 votos contra 7 na lista A e quatro abstensões.



Um caso entre muitos

Beber sim mas não tanto

Encorajada pelas experiências de instituições congêneres noutros países, a Sociedade Antialcoólica Portuguesa inicia hoje uma campanha contra o consumo excessivo do álcool e de recuperação das suas vítimas. Esta iniciativa, que conta com o apoio dos órgãos de comunicação social, e auxílio monetário do Instituto de Assistência Psiquiátrica, materializar-se-á através de intervenções diárias na Rádio, na TV, e na Imprensa, prolongando-se até 15 de Fevereiro. Entretanto, a 14 do próximo mês, realizar-se-á o Dia Nacional da Luta Antialcoólica.

Tendo em conta que, depois da França, Portugal é o país de maior consumo de álcool «per capita», a campanha reveste-se de particular importância, já que, por outro lado, esta doença, entre nós, nunca foi encarada com a preocupação que a sua gravidade requer. Empreendimento limitado, dada a escassez dos meios necessários para a concretização de uma acção mais eficaz, tanto no domínio profiláctico como no terapêutico, esta iniciativa pode, no entanto, constituir uma importante chamada de atenção para o problema, conhecidos que são os nefastos resultados do alcoolismo.

«Alertar não só a opinião pública (...) como também as autoridades, de forma que se consiga no mais curto espaço de tempo a criação de maior número de serviços de assistência aos alcoólicos e, se possível, a montagem de uma rede nacional». Estes são os objectivos da campanha, revelados em conferência de Imprensa por um dos dirigentes da S. A. A. P.

É de sublinhar que, no nosso país, para um total de meio milhão de alcoólicos, apenas existem dois centros de recuperação (cerca de cem camas) e sete médicos especializados. A Sociedade Antialcoólica Portuguesa, criada por um grupo de médicos que se têm dedicado ao tratamento de alcoólicos, visa também proteger os doentes recuperados, sob o ponto de vista social.

Espera a S. A. A. P. que a

população colabore nesta jornada não só seguindo atentamente os órgãos de comunicação social, como também tentando reduzir o consumo do álcool e desenvolvendo o espírito de solidariedade e ajuda para com todos os que enfermam desta doença.

CARRO ROUBADO BU-88-92

Morris-Mini Clubman

Banco d'jantes especiais
Gratifica-se quem indicar o seu paradeiro, para o telef. 765933 ou 680782

Tribunal Cível da Comarca de Lisboa 2.º JUÍZO ANUNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da data da segunda e última publicação deste anúncio.

Execução de sentença (sumária) n.º 5723-B 2.ª secção
Exequentes — Vilarinha e Sobrinho, Lda.

Executado — Alberto José Nunes de Oliveira, residente na Avenida Duque de Loulé, n.º 58, 2.º, Dt.º em Lisboa.

Lisboa, 19 de Dezembro de 1975.

O Juiz de Direito, (Manuel Luís Pinto Sá Ferreira)

O Escrivão de Direito, (Luís Laureiro)



Nacional

Schultz libertado sem culpa formada

O general Arnaldo Schultz encontra-se em liberdade, como ontem noticiámos. Sem culpa formada, auto de corpo de delito ou qualquer outro processo, aquele oficial encontrava-se detido há mais de um ano na Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa (For-

te da Trafaria).

Através de um contacto telefónico com o referido estabelecimento prisional foi-nos dito que o general Schultz fora preso em Janeiro de 1975 «por suspeita de pertencer a uma organização de malfeitores».

Apurámos entretanto (e con-

cretizando números já tornados públicos), que nas últimas semanas foram postos em liberdade cerca de duzentos indivíduos que estavam detidos à ordem da Comissão de Extinção da P. I. D. E. / D. G. S. e da L. P.

Entre os libertados (foi-nos também «dito» contarmos-se apenas prestaram serviço de fronteira. Outros eram «estagiários ou informadores de terceira».



Arnaldo Schultz em 1959, quando ministro do Interior, durante uma visita de rotina

PUB SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS DE DESENHO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Dando seguimento às resoluções da Assembleia, nas sessões de 20 e 23 de Dezembro realizadas respectivamente em Lisboa e Porto, convoco a Assembleia Geral do nosso Sindicato para se reunir:

- 1 — Em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, Anfiteatro de Electricidade, às 20.30 horas do dia 16 de Janeiro de 1976, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — Análise e tomada de posição sobre a prisão de Daniel Moura.
- 2 — Posição atomar face à suspensão da contratação pelo Conselho da Revolução.
- 2 — No Porto, no Circulo Operário Católico, Rua Duque de Loulé, 202, às 14.30 horas do dia 24 de Janeiro de 1976, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — Esgotado.
- 2 — Posição a tomar face à suspensão da contratação pelo Conselho da Revolução.

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos sócios do Sindicato, a sessão iniciará-se 30 minutos depois com qualquer número de presentes.

Lisboa, 6 de Janeiro de 1976.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Emídio Santana

EXTERNATOS

MARQUÊS DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93 • tel. 82 02 21 / 83 46 58

ALLIARES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1 • (Benfica) • tel. 70 69 74 / 5

SÃO VICENTE
Rua Edith Cavell, 8 (ao Chile) • tel. 84 88 64 / 5

AULAS DE MANHÃ — TARDE — NOITE

C. PREPARATÓRIO
LICEAL-GERAL E COMPLEMENTAR
C. G. ADM. E COMÉRCIO

EXTERNATO SENECA

COOPERATIVA DE ENSINO E CULTURA

Ciclo — Liceal — Computadores — Línguas

SALAS DE ESTUDO

MANHÃ • TARDE • NOITE

AV. ALMIRANTE REIS, 73 - 1.º E 2.º — LISBOA - 1
Telefone 4 00 92 (METRO ANJOS)

10 de Novembro, Terreiro do Paço, incidentes

Processo arquivado e algumas explicações

Foi mandado arquivar o processo referente aos incidentes registados no Terreiro do Paço a 10 de Novembro do ano passado e enquanto no uso da palavra o Primeiro-Ministro almirante Pinheiro de Azevedo. Oportunamente o general Costa Gomes (C. E. M. G. F. A.) nomeara uma comissão de inquérito para tratar do assunto. A comissão chegou ao fim das diligências, o processo mandado para arquivo. Diz-se porque no ponto 2 do comunicado do E. M. G. F. A., que a seguir e na íntegra se transcreve:

«1. Por despacho do chefe do Estado-Maior general das Forças Armadas de 10 de Novembro do ano findo, foi nomeada uma comissão de inquérito aos incidentes ocorridos na véspera, na Praça do Comércio, durante uma manifestação de apoio ao VI Governo.

2. Terminadas que foram as diligências do inquérito, o respectivo processo foi arquivado, não só porque não foram identificados os directos responsáveis, mas também devido à recente amnistia que abrange as infracções disciplinares imputáveis aos militares.

3. No entanto, cumpre dar conhecimento público dos resultados a que se chegou.

E assim:

A. Os referidos incidentes, em número de três, tiveram por evidente finalidade, especialmente o último, prejudicar o normal desenrolar da manifestação.

B. Com efeito, logo no início do discurso do senhor Primeiro-Ministro, deram-se dois rebentamentos de granadas lacrimogéneas, no canto norte do parque de estacionamento, perto da entrada para a Rua do Ouro, os quais, aliás, passaram despercebidos da maior

parte dos manifestantes.

Não se conseguiram identificar os autores deste acto.

C. O segundo incidente ocorreu aproximadamente a meio do discurso do senhor Primeiro-Ministro, e consistiu numa clara manobra provocatória por parte de três indivíduos que, por palavras e gestos insultuosos, exaltaram os manifestantes que mais próximo se encontravam, ao ponto destes os terem perseguido. Foi uma força da Polícia Militar que os recolheu, tendo-os transportado numa viatura até ao Campo das Cebolas, onde os deixou, sem que, porém, os tivesse identificado. Não se provou que tivesse sido intencional esta grave negligência da Polícia Militar.

D. O terceiro incidente, e o mais grave, ocorreu quase no final do discurso do senhor Primeiro-Ministro, consistindo primeiro, no aparecimento de um contra-manifestante, transportando uma bandeira do C. D. S., logo seguido do rebentamento de granadas lacrimogéneas, no limite da faixa de rodagem com o parque de estacionamento, defronte do Ministério da Defesa Nacional.

O referido contra-manifestante foi perseguido por alguns indivíduos na direcção do cordão da Polícia Militar que se encontrava nas arcadas, cujos elementos automaticamente lhe deram protecção. Não obstante as exaustivas diligências da comissão de inquérito, não se conseguiu apurar quem e como, aproveitando-se da confusão gerada, lançou as referidas granadas.

Dois coisas ficaram porém, demonstradas.

As granadas, ao contrário do que muitos compreensivelmente supuseram, não foram atiradas do alto do torreão do Mi-

nistério da Defesa Nacional, nem foram lançadas pela Polícia Militar, que, por sinal, dispõe até de um tipo de material diverso daquele que foi usado.

E. Durante este incidente registou-se, mais uma vez, grave negligência dos elementos da Polícia Militar, pois em vez de deterem o agente provocador que se acolhera nas suas fileiras e que, sob a sua protecção, continuara a desafiar os manifestantes, transportaram-no até ao quartel, tendo-o seguidamente libertado, sem quaisquer formalidades e sem o identificarem.

O incidente em causa, se bem que de gravidade indiscutível, não chegou a reverter-se de proporções maiores, graças à serenidade e à ponderação que nessa emergência manifestaram os elementos do serviço de segurança da organização da manifestação, circunstância que o Estado-Maior General das Forças Armadas

muito apraz salientar.

4. Dum ponto de vista estritamente militar, a actuação do Regimento da Polícia Militar seria merecedora de acção disciplinar se, por um lado, a amnistia contida no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 727/75, de 22 de Dezembro, não abrangesse as faltas cometidas e, por outro, a própria evolução política que conduziu à completa reestruturação daquela unidade militar não aconselhasse o arquivamento do processo.

5. Finalizando, este Estado-Maior General das Forças Armadas deixa à livre consideração do público a conclusão extraída dos factos pela comissão de inquérito, no sentido de que o incidente foi «planeado e executado por elemento provocadores, integrados na manifestação e obedecendo a um plano prévio de interdição com a intenção deliberada de interromper ou prejudicar o normal desenrolar da manifestação.»

Subsídios para cadeias

Foi concedido um subsídio de mais de 6 mil contos, através da Secretaria de Estado da Recuperação Social, à Comissão das Construções Prisionais, dos quais metade se destina ao Instituto de Reeducação de Vila Fernando.

A Cadeia Penitenciária de Alcoentre receberá cerca de dois mil contos, enquanto o restante da verba será distribuída pela Colónia Penal de Pinheiro da Cruz (36 contos), Cadeia Central do Norte (75 contos), Cadeia Central de Lisboa (100 contos), Prisão-Hospital de S. João de Deus (15 contos), Instituto de S. Domingos de Benfica (5 contos) e Lar Polivalente do Funchal (200 contos).

TRIBUNAIS E MAGISTRADOS

O Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado dos Assuntos Judiciários, concedeu subsídios para obras no valor de 1 900 contos, que se destinam a construção e conservação de tribunais e casas dos magistrados.

Os subsídios foram distribuídos pelos municípios de Horta, Marco de Canaveses, Reguengos de Monsaraz, Vila Nova de Ourém, Odemira e Alcobaca.

Procurador da República foi à P.S.P.

Foram debatidos problemas relativos à alteração do Código de Processo Penal, que cometem à P.S.P. competência para levantar inquéritos oficiais, no decorrer de uma visita que o procurador-geral da República fez ontem ao Comando Distrital de Lisboa — revela a Anop.

O dr. Manuel João de Palma Carlos foi recebido naquele Comando pelo segundo comandante-geral e pelo comandante distrital da P.S.P., respectivamente coronel Manuel Dantas e major Aparício.

EXPOSIÇÃO 1976

A PARTIR DE 10 DE FEVEREIRO NO MAIOR SALÃO DO GÉNIO DO PAÍS.

TUDO DE MAIS RECENTE PARA A DECORAÇÃO DA SUA CASA. NOVIDADES — DECORAÇÃO

BENTO, RATINHO, LDA

R. dos Douradores, 72, 1.º Dt. — Tel. 322686 — LISBOA

Geral

Melo Antunes em Praga

Esperanças no M.P.L.A. para uma Angola democrática

Melo Antunes terminou a sua visita de três dias à República Popular da Hungria, tendo seguido para a Checoslováquia onde durante dois dias terá conversações com os dirigentes checos com vista ao estabelecimento de laços de cooperação entre Portugal e aquele país.

Entretanto em Budapeste foi divulgado hoje ao meio-dia o texto do comunicado oficial conjunto relativo à visita do ministro português.

Depois de referir a assinatura de um acordo cultural entre os dois países, o comunicado sublinha «a importância dos acordos relativos ao intercâmbio comercial, ao desenvolvimento da cooperação económica, industrial e técnica, assim como do acordo aéreo e do acordo cultural já celebrados», e destaca que os dois ministros «reafirmaram a decisão dos seus governos de prosseguirem o desenvolvimento das relações entre os dois países e de estabelecerem uma cooperação efectiva nos domínios político, económico, científico e cultural», acordando na conveniência de iniciar, num futuro próximo, negociações com vista à assinatura de acordos em matéria de cooperação técnica e científica, de transportes rodoviários, de navegação e de turismo, e apoiar o estabelecimento de relações

entre organizações e instituições dos dois países.

O comunicado acentua que foi efectuada uma troca de impressões relativamente a problemas internacionais da actualidade e salientada «a importância histórica da conferência de Segurança e Cooperação Europeia na consolidação dos resultados do desanuviamento na vida política internacional e no reforço da confiança entre estados».

Outra passagem do comunicado conjunto faz referência a «uma troc util de impressões acerca da situação em Angola». Por outro lado «a República Popular da Hungria aprecia altamente a política de Portugal no sentido da descolonização, que levou a assegurar às suas antigas colónias a possibilidade de ascender à independência, contribuindo assim também para a diminuição da tensão internacional».

PORTUGAL E ANGOLA

Falando numa conferência de Imprensa no final da sua visita, o ministro Melo Antunes disse em Budapeste que Portugal «crê que o M.P.L.A. é a força mais susceptível de fazer de Angola um país democrático e independente». Sublinhou que Portugal não intervirá na guerra entre os três movimen-

tos angolanos mas quer que Angola se torne «um Estado democrático e independente, totalmente integrado no resto da África».

Melo Antunes afirmou ainda que Portugal pretende construir uma sociedade socialista pluralista e está vivamente interessado em expandir as suas relações com a Europa Oriental.

Abordando assuntos da política externa o ministro português afirmou que Portugal não tem intenção de deixar a NATO «embora deseje estabelecer contactos apertados com os países do bloco socialista», precisando que o nosso país pretende basear a sua política externa no princípio da independência nacional e quer diversificar os seus contactos com o estrangeiro, nomeadamente com os países socialistas. Afirmou que as relações luso-americanas não se modificaram que Portugal não deseja desequilibrar a balança das forças da Europa.

Por último declarou que não há nenhum perigo de golpe de Estado fascista no País e, se tal eventualidade se verificasse, haveria forças suficientes opostas ao fascismo para o fazer gorar.

O acordo cultural ontem assinado entre Portugal e a República Popular da Hungria é válido por cinco anos e prevê



Melo Antunes: na escala de Praga a preocupação de Angola

que os dois países promoverão a publicação dos respectivos trabalhos literários, o intercâmbio de artistas e conjuntos musicais, filmes e publicações técnicas e científicas. Prevê-se ainda a cooperação directa entre a Rádio e a TV dos dois países, bem como o estabelecimento de contactos directos

entre as respectivas instituições educacionais e organizações juvenis e o fomento do intercâmbio turístico e desportivo.

Círculos políticos húngaros salientam o facto de a delegação portuguesa ter sido recebida pelos três mais altos dirigentes húngaros, o presiden-

te Pál Losonczi, o primeiro-ministro György Lázár e o primeiro-secretário do Partido Operário Socialista Húngaro, János Kádár.

Normalmente as delegações oficiais estrangeiras que visitam a Hungria são apenas recebidas por dois destes dirigentes, pelo que as audiências concedidas ao ministro Melo Antunes e à sua comitiva são consideradas, por observadores, como sinal indiscutível da vontade da República Popular da Hungria em cooperar com Portugal.

EM PRAGA

A visita à Checoslováquia do ministro Melo Antunes, que esta manhã chegou a Praga, é a primeira efectuada por um ministro português dos Negócios Estrangeiros à Checoslováquia desde antes do fim da Segunda Guerra Mundial. Os dois países haviam cortado relações diplomáticas em 1937 por causa de uma disputa relacionada com a guerra civil espanhola.

Melo Antunes terá hoje conversações com o ministro checo dos Negócios Estrangeiros, Bohuslav Chnoupek e assinará um acordo sobre tráfego aéreo entre os dois países.

Num comentário ontem difundido a propósito da visita do ministro português, a agência oficiosa chega CETEK disse que havia um vasto campo para aumento da cooperação com Portugal nos aspectos económico, cultural e científico. Ao contrário do que sucedeu com outros países da Europa Oriental o comércio entre dois países sofreu aumento após o derrube da ditadura.

Voos suspensos para Moçambique

Resta a via diplomática

«Não há dúvida de que as negociações entre Moçambique e Portugal, no que respeita a uma política aérea, se saldaram num completo malogro, dada a posição irredutível da delegação moçambicana» — declarou à Anop o brigadeiro Alberto Bastos, director-geral da Aeronáutica Civil que chefiou a delegação portuguesa presente a recentes contactos com a parte moçambicana, em que foram focados aspectos relacionados com os transportes aéreos entre os dois países.

Nas suas declarações o brigadeiro Alberto Bastos adiantou ainda:

«Inclusivamente o avanço de uma contraproposta que de certo modo não repudiava a deles, pois admitia que alguns dos voos dos TAP tivessem o terminal na Beira, continuando os restantes, como até aqui, a ligarem directamente Lisboa e Lourenço Marques, não teve a aceitação que seria de prever, se a parte contrária não tivesse a indicação de uma atitude tão rígida como aquela que usa desde o princípio ao fim das negociações. Esta proposta, que embora não tivesse um carácter definitivo, serviria, pelo menos, para se sair do impasse a que se chegara, ou até, conforme a intenção, seria de adoptar para um período de transição, não foi aceite por a delegação se declarar sem poderes para se pronunciar sobre ela. Ao ser-lhes sugerido que o espaço das negociações fosse alargado, a resposta foi negativa. Isto dá bem ideia da rigidez de posições da parte da delegação moçambicana o que levou a uma impossibilidade de acordo».

Salientando o aspecto lesivo que representa para o Governo Português a proposta do Governo Moçambicano em limitar

à Beira o acesso dos aviões dos TAP, o director-geral da Aeronáutica Civil revelou que dentro do conjunto da argumentação usada pela delegação de Moçambique se destacou um tipo de nomenclatura que de certo modo constituiu surpresa.

«Os delegados referiram-se, a propósito das rotas dos voos entre os dois países, a voos intercontinentais e voos regionalistas. Os voos intercontinentais seriam os que se têm vindo a efectuar entre Portugal e Moçambique e só a esses o Governo Moçambicano poria a questão de o terminal passar a ser a Beira. Entretanto, se tivéssemos interessados em fazer os voos regionalistas, então o terminal poderia continuar a ser Lourenço Marques. Os voos regionais teriam de servir um terceiro país que teria de ser africano, o qual usaria o direito às quintas liberdades, o que em termos mais simples significa fazer escala num outro país, tendo este o direito de tráfego. Ora o direito de tráfego é algo de muito importante economicamente falando. São negociações que se fazem apenas quando existe a garantia de o nível de utentes dessas viagens se justificar. E não podemos esquecer que existem linhas de companhias africanas com quem, desvantajosamente, pela certa iríamos concorrer. Pelo que economicamente, significa para o Governo de qualquer país uma companhia aérea, não é possível aceitar propostas que pressionam prejuízos que são sempre enormes neste sector, e que iriam pesar sobre o povo».

O brigadeiro Alberto Bastos terminou por afirmar que, a partir de agora, só a nível diplomático poderá ser desblo-

queada a situação, mas que tanto ele como o Governo confiava que Moçambique desse brevemente os primeiros passos para o reatamento das negociações.

AGUARDAR

Contactada a administração dos TAP, foi possível apurar que aquela empresa é responsável pelos passageiros que já adquiriram bilhetes para Moçambique e de Moçambique para o exterior.

Assim, segundo a administração daquela empresa, os bilhetes vendidos continuam a ter validade e serão utilizados através de outras vias, nomeadamente pela África do Sul.

Somente a partir deste momento as vendas de bilhetes foram suspensas, aguardando-se contudo que a posição venha a ser revista logo que o Governo de Moçambique decida alterar a actual situação.

Neste momento todas as carreiras dos TAP foram interrompidas, o que representa a suspensão de seis voos semanais, três dos TAP e três da DETA, que estavam a funcionar com aviões fretados aos TAP.

Ainda segundo a mesma administração, aquela empresa não vai encerrar os seus escritórios em Moçambique nem recolher pessoal técnico, aguardando o desenrolar dos acontecimentos.

Entretanto de Lourenço Marques chega a notícia de que, ao desembarcar em Moçambique, o chefe da delegação daquele país, Eugénio Baptista Picolo, director dos Transportes Aéreos, declarou que «está acordado um texto sobre o referido acordo aéreo, não tendo sido ainda finalizado por existirem alguns aspectos a serem discutidos».

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

PARALISAÇÃO DE TRABALHO

No plenário de encerramento do Encontro das Organizações de Trabalhadores ligados à Construção Civil e Obras Públicas, no qual estiveram presentes representantes de milhares de trabalhadores em luta, foi aprovada uma paralisação de 2 horas, como forma de protesto contra a política antitrabalhadores do Governo.

Entre as organizações presentes contava-se o nosso Sindicato, o qual desde início viu este Encontro com o maior interesse, pois a ampla participação de milhares de trabalhadores, bem como as conclusões e formas de luta que daí saíram, constituem um importante arranque para o desbloqueamento do impasse a que chegámos na saída do nosso Contrato, por culpa de um Governo que persiste em mentir, prejudicar e recusar aos trabalhadores aquilo que constitui um direito fundamental de qualquer pessoa: o pão para a boca de nós e dos nossos filhos. Se, na altura em que o Ministro do Trabalho dizia serem as nossas reivindicações excessivas e de que nós não vivíamos tão mal como dizíamos, que dirá agora esse mesmo senhor depois da vergonhosa subida do custo de vida? Será que o Ministro do Trabalho não sabe que nós somos homens que precisamos de comer, de andar de autocarro e alimentar os nossos filhos? Será que o Ministro do Trabalho pensa que 4.500\$00 dá para tudo isto? Não. O que ele não quer é estar ao nosso lado. Desde há muito que o Ministro Tomás Rosa se desmascarou perante nós. Diz o ditado que não é possível agradar a Deus e ao Diabo, pois o senhor Tomás Rosa já há muito fez a sua escolha, decidiu agradar aos patrões capitalistas e parasitas. Portanto das duas uma, ou ele está no Ministério errado ou então o Ministério não é do Trabalho mas sim do Capital.

Camaradas, nós os trabalhadores da Construção Civil não vergaremos face a mais esta traição à nossa luta pela saída do Contrato e iremos continuar a lutar, pois estamos convencidos que acabaremos por triunfar.

Foi sentido a justiça desta luta que os nossos representantes ao Encontro do passado dia 10 decidiram a paralisação de trabalho. A nós compete-nos levar à prática esta decisão com unidade, com firmeza, com a vontade de vencer.

Nas obras, nos locais de trabalho paramos de trabalhar. Vamos todos discutir os problemas que nos atingem: O Congelamento do nosso Contrato, o aumento do Custo de Vida e vamos encontrar as formas de luta que se irão seguir.

Não cruzemos os braços. Nós não nos damos por vencidos. A gente há-de vencer.

PARALISAÇÃO DE DUAS HORAS DE TRABALHO, SEXTA-FEIRA, DIA 16 DE JANEIRO, ENTRE AS 9 E AS 11 DA MANHÃ, EM PROTESTO CONTRA A POLÍTICA ANTITRABALHADORES DO GOVERNO

- ◆ CONTRA AS MEDIDAS ANTI-OPERÁRIAS I
- ◆ CONTRA O CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS I
- ◆ CONTRA A ALTA DO CUSTO DE VIDA I

A LUTA CONTINUA I

A DIRECÇÃO

Lisboa, 15 de Janeiro de 1976

PUB

Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul COMUNICADO - CONVOCATÓRIA

Os nossos interesses de classe, interesses comuns, devem ser motivo mais que suficiente para que nos unamos na acção conjunta contra um inimigo que é de todos. Contra a opressão e exploração capitalista, contra a alta de preços e o congelamento da contratação, cuja finalidade é retirar o que com lutas tantas vezes penosas conquistamos, é justa a ira das massas populares!

Conscientes disso e de que só acção organizada de todos nós será capaz de se erguer consequentemente contra o avanço das forças capitalistas, contra o aumento do custo de vida e a ameaça fascista, o nosso Sindicato organizou, em conjunto com outros Sindicatos operários, uma grandiosa manifestação, para o Estádio 1.º de Maio no próximo dia 17.

Para que se integrem nesta jornada de luta, convocamos todos os nossos associados a comparecerem em massa.

O local de concentração para o nosso Sindicato é do lado direito de quem entra no Estádio 1.º de Maio e lá estará um cartaz com o nome do Sindicato.

Tivemos entretanto conhecimento de uma outra manifestação com intuídos idênticos e idêntica oportunidade, marcada para o dia anterior.

Pelas razões já expostas, apelamos às forças e organizações empenhadas nestas duas iniciativas, para que, indo de encontro às reais necessidades das massas exploradas, unifiquem numa só ambas as manifestações, dando provas de capacidade política necessária para distinguir, no momento, as querelas secundárias das questões principais.

Caso isso não venha a ser possível, convidamos a classe operária e restantes trabalhadores explorados, especialmente os do nosso sector, a se integrarem em ambas as jornadas, nos dias 16 e 17.

Sabemos o esforço e sacrifício que isso pode representar para muitos, mas não vemos motivo, embora participemos organizativamente na jornada de sábado 17, para não estarmos presentes na manifestação de dia 16, contendo esta as mesmas motivações e oportunidades na defesa dos interesses dos explorados.

Desde já no entanto, e como nos é habitual, reservamos o direito de denunciar pelos meios ao nosso dispor qualquer comportamento oportunista que pretenda retirar, quer duma quer de outra das manifestações, vantagens partidárias ou vise manobras de marginalização ou silenciamento de qualquer das organizações empenhadas e representativas de trabalhadores.

TODOS À RUA NOS DIAS 16 E 17!
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS!
CONTRA A REPRESSÃO, UNIDADE POPULAR!
CONTRA A EXPLORAÇÃO BURGUESA E CAPITALISTA!
PELA DEFESA DOS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR!
MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR!
VIVA A CLASSE OPERÁRIA!
VIVA O SOCIALISMO!
A LUTA CONTINUA!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Lisboa, 14 de Janeiro de 1976

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS DE DESENHO COMUNICADO

A Direcção do SNTD participou no Encontro das Organizações dos Trabalhadores do sector da C. Civil, realizado no dia 10/1/76, onde foi decidido paralisar o trabalho neste sector das 9 às 11 horas do dia 16/1/76 como forma de luta contra a suspensão da contratação e o aumento do custo de vida, aproveitando-se a paralização para discussão destes assuntos assim como das Resoluções do Encontro que, logo que possível serão enviadas aos sócios.

As Resoluções estão na generalidade de acordo com a síntese feita na Reunião de Delegados do Sector da C. Civil convocada para o efeito e pensamos tê-las no Sindicato a partir de 15/1/76. A Direcção apoia essa paralização e pensa que os trabalhadores devem participar activamente na discussão que se irá efectuar nos locais de trabalho.

A Direcção quer manifestar ainda o seu apoio aos objectivos das jornadas de luta anunciadas para 16, 17 e 18 de Janeiro, CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA; CONTRA A SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO; PELAS LIBERDADES SINDICAIS; PELA UNIÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO COM OS TRABALHADORES DA CIDADE.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1976

A Direcção

Trabalho

Perto de Alenquer

VINICULTORES ATACAM LOPES CARDOSO

«Será que o sr. ministro nos quer convidar para lhe mostrarmos em Lisboa, em frente ao seu burocrático gabinete, onde nos atraiçoa, os muitos milhares que somos?» — interroga em tom ameaçador, a Confederação dos Agricultores de Portugal, em comunicado distribuído ontem no decorrer de uma reunião de vinicultores efectuada em Merceana, próximo de Alenquer.

«Para nós, Confederação dos Agricultores de Portugal», que organizou esta reunião, a «Reforma Agrária passa pelo respeito da propriedade privada e tem como objectivos finais um aumento de produtividade, uma maior justiça social proveniente de uma melhor distribuição da riqueza produzi-

da» — lê-se ainda neste comunicado.

Referindo-se às afirmações do Ministro da Agricultura, na TV, a Confederação afirma: «Sentimos que no seu longo palavreado o sr. ministro tentou estender ao VI Governo o voto de desconfiança que contra si, em Braga, foi aprovado. Mas os agricultores são rudes, não são estúpidos: não confundem o VI Governo e a sua tentativa de democratização, com os processos ditatoriais do sr. ministro e do seu gabinete. Por isso alargaram o prazo da tomada de medidas drásticas para o dia 2 de Fevereiro, por isso continuam empenhados em estabelecer diálogo com o Governo e o Conselho da Revolução».

Ao longo da reunião, o eng.º Lopes Cardoso, foi o alvo proferido dos vinicultores. Insinuou-se mesmo, pela boca de Luís Madeira, que o ministro estava ao serviço, talvez do P. C. P.». Claro que não existe qualquer manipulação partidária. É, pelo menos, o que foi dito ao longo da reunião.

Entretanto, anunciou-se que a «nova» J. N. V. está agora receptiva ao diálogo, e que hoje mesmo se realiza uma reunião entre a Junta, vinicultores, comerciantes, cooperativas e o Sindicato dos Hoteleiros para discussão de problemas relativos a circuitos de comercialização e preços do vinho engarrafado. Foi, por fim, eleita a direcção da Associação dos Vinicultores daquela região.

Bancários

Três tendências quanto à Inter

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas promove, amanhã, às 9 e 30, no Pavilhão dos Desportos, uma Assembleia Geral para discussão das tendências representadas naquele organismo face à questão da Intersindical.

A tendência A, coincidente com a posição da actual direcção, contesta a estrutura actual da Intersindical, «porque não a considera representativa dos trabalhadores».

A tendência B, que está na origem da emancipação do movimento sindical, recusa o pluralismo, que «só pode servir para enfraquecer os Sindicatos». Com grande experiência de luta, esta tendência que tem por lema a unidade antifascista, conseguiu no tempo do fascismo arrancar alguns Sindicatos «ao controlo das Corporações. Em 1945 pela via democrática conquistaram-se cerca de 50 Sindicatos Nacionais. Apesar da repressão fascista ter desencadeado uma feroz repressão contra os Sindicatos que viviam numa clandestinidade fundou-se em 1 de Outubro de 1970, em reunião convocada pelas direcções dos Sindicatos dos

Caixeiros, Lanifícios, Metalúrgicos, Propaganda Médica e Bancários de Lisboa, o embrião da Central Sindical Única».

Mais tarde, depois do 25 de Abril, surgiu a questão da Unidade Sindical definida pela tendência B como «uma grande vitória dos trabalhadores». Dos 189 Sindicatos manifestaram-se 167 pela Unidade Sindical e apenas 22 a recusaram. Em liberdade dos trabalhadores portugueses fizeram o seu Congresso, aprovaram os Estatutos da Intersindical Nacional e elegeram um Secretariado com a participação de 200 Sindicatos e centenas de Comissões Sindicais. A infiltração partidária veio, porém, lançar a divisão entre os trabalhadores.

A tendência B, no momento político de crise que atravessamos, penso que a classe se devia pronunciar sobre o que está a acontecer no nosso país. «Com efeito são assaltados e fechados Sindicatos por bandos armados de G3, assassinações sindicais e outros trabalhadores quando usam o seu direito de manifestação e reunião, o custo de vida sobe em flecha, fábricas são fechadas

e trabalhadores postos no desemprego. O que faz a direcção?» Pergunta a tendência B.

E continua: «Dá instruções para serem vigiadas as contas dos militares que fizeram o 25 de Abril, lança comunicados a caluniar a Intersindical e outras organizações de trabalhadores e remete-se ao silêncio perante as prepotências que lhe são movidas...».

E acrescenta: «Legitimamente aceitamos e compreendemos críticas à actuação da Intersindical que, naturalmente com 20 meses de vida em liberdade e não poucos ataques e calúnias, tem insuficiências». Embora reconhecendo os erros cometidos pela Intersindical, a tendência B vai dar-lhe «o seu apoio crítico» na próxima Assembleia Geral.

Por outro lado a tendência C defende a manutenção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas como membro da Intersindical, «desenvolvendo ali uma acção constante em defesa da democraticidade interna daquele organismo, como meio de fortalecer o movimento sindical e contribuir para a unidade dos trabalhadores».

Fábrica de Cires contesta declarações da sede

Trabalhadores da fábrica de CIREs, em Estarreja, contestam uma notícia publicada na edição do «DL» de 9 do corrente. Trata-se de uma local publicada com base nas declarações dos seus camaradas de trabalho da sede, em Lisboa, através das quais estes denunciavam o assalto aos escritórios, as agressões de que tinham sido alvo por parte dos operários da fábrica e a vitória da entidade patronal traduzida na divisão dos trabalhadores.

Os operários da fábrica, representados pela respectiva Comissão de Trabalhadores, pretendem agora pôr os pontos nos ii: que não houve assalto, nem agressões (da sua parte) nem vitória da entidade patronal.

Eis, na íntegra, o documento que recebemos com pedido de publicação:

«A Comissão de Trabalhadores da CIREs «CRPC» repudia energicamente a notícia publicada no «Diário de Lisboa» de 9/1/76, exigindo que seja publicado no mesmo jornal o seguinte desmentido:

Os trabalhadores da fábrica não «assaltaram», como se disse no vossa jornal, mas sim transferiram os serviços de contabilidade e vendas da sede de Lisboa para as instalações fabris, conforme reivindicação de 95 por cento dos trabalhadores da fábrica, cujo cumprimento foi exigido à administração da companhia.

Os trabalhadores da fábrica sabem o que querem e não o que um limitadíssimo grupo de parasitas lhes quer impor, através de «lavagens ao cérebro».

A decisão dos 95 por cento dos trabalhadores da fábrica não «foi uma vitória da entidade patronal» como foi dito nessa notícia, mas sim dos trabalhadores que pretendem assegurar a possibilidade de um controlo efectivo de todas as actividades da empresa e, ao mesmo tempo, um melhor funcionamento e relações de trabalho entre aquelas secções e as restantes da fábrica, o que de outra forma não é possível dada a distância a que se encontravam e a falta de confiança total que os trabalhado-

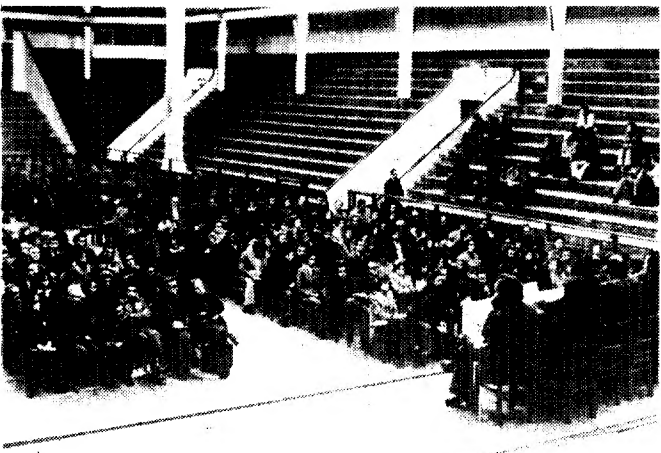
res da fábrica têm em relação ao referido grupo em aquelas secções «habitavam».

Exigimos também que seja desmentida a palavra — «espantamento» (!!) — pois embora esse grupo tivesse pedido por diversas vezes para que lhes batassem e que tudo fizessem para que isso acontecesse, desde o uso de palavras provocatórias e obscenas até às «dentadas», «pontapés», etc., os trabalhadores da fábrica procuraram evitar a todo o custo as provocações do referido grupo, por perceberem que estas acções eram premeditadas e com fins em vista.

A reivindicação da mudança da contabilidade e vendas para as instalações fabris tem, para além da finalidade descrita, a defesa dos postos de trabalho dos trabalhadores da empresa».

A despeito da exigência de desmentido, agora feita ao «DL», recordamos que este jornal se limitou a reproduzir, na edição de 9 do corrente, declarações dos trabalhadores da sede.

Trabalho



Greve provável no comércio retalhista

Os trabalhadores do comércio retalhista estão decididos a paralisar a actividade durante duas horas, na próxima quarta-feira, dia 21, caso o patronato se recuse a dar início às negociações do contrato colectivo do sector na segunda-feira. A decisão foi tomada numa reunião de sócios, realizada ontem à noite, no Pavilhão dos Desportos (na imagem).

Invocando o congelamento da contratação colectiva, o patronato recusa-se a encetar negociações, argumentando os trabalhadores, pelo contrário,

que o congelamento não limita a liberdade de reunião, «nem impede patrões e trabalhadores de se sentarem à mesma mesa».

A moção aprovada prevê o encerramento dos estabelecimentos na quarta-feira, nas duas horas seguintes ao período de almoço.

O plenário decidiu, ainda, aderir à jornada de luta contra o aumento do custo de vida, no sábado.

Para decidir novas formas de luta, está marcada uma reunião para dia 23, sexta-feira.

Ministério promove inquérito às organizações de trabalhadores

Termina no próximo dia 20 o inquérito às organizações dos trabalhadores, levado a cabo pelo Departamento de Relações com as Organizações do Trabalho (D.R.O.T.), directamente dependente do Ministério do Trabalho.

Para dar a conhecer esta iniciativa, os responsáveis por este departamento deram esta manhã uma conferência de imprensa. A exposição sobre o «Inquérito» foi efectuada por Júlio Dias, ex-dirigente do Sindicato dos Químicos, que a actual direcção denunciava como estando por trás da citada nota oficiosa do Ministério do Trabalho em relação aos acontecimentos verificados naquele sindicato há cerca de um ano.

Até ao próximo dia 20 será distribuído às organizações dos trabalhadores, sindicatos, e comissões, um texto de um inquérito, cuja resposta escrita deverá ser entregue à D.R.O.T. Este inquérito, mereceu já um comunicado da União dos Sindicatos de Lisboa/Intersindical, no qual alerta «todas as organizações de trabalhadores que porventura tenham recebido o inquérito, para o seu carácter antioperário, pseudodemocrático e divisionista».

«Tudo o que tem sido feito por este Ministério, desde que cá está o capitão Tomás Rosa, tem merecido epítetos idênticos por parte da Intersindical. Até estranhava que agora isso não acontecesse», afirmou Júlio Dias.

«As conclusões que resultarem deste inquérito e dos debates públicos que ele irá suscitar serão tomadas pelo Ministério do Trabalho como ponto de referência fundamental em toda a sua intervenção na política de combate à crise

económica do VI Governo Provisório».

«Política de contratação colectiva, política de relações de trabalho, política de defesa da democraticidade das organizações de trabalhadores», são alguns dos capítulos do inquérito agora lançado pelo Ministério do Trabalho.

Mas o que é este D.R.O.T.? Nem mais nem menos que o ex-Gabinete de Apoio à Vida Sindical. Dizem num documento os responsáveis: «Reconheceu-se que o nome escolhi-

do, Gabinete de Apoio à Vida Sindical, não exprimia correctamente as intenções com que o organismo foi criado, suscitando até acusações de ingerência na vida das organizações de trabalhadores, paternalismo, etc. Para evitar mal-entendidos e vincar bem que se respeita a independência das organizações de trabalhadores (em bases correctas e não liberais), foi decidido mudar o nome inicialmente atribuído ao organismo». As atribuições, essas, continuam

Manifestações em Lisboa — continuam os preparativos

Malgrado que foi a tentativa para unificar as duas manifestações previstas para amanhã e sábado, em Lisboa, dominadas por palavras de ordem que, embora distintas, têm o mesmo conteúdo e visam os mesmos objectivos — contra o aumento do custo de vida, contra o congelamento dos salários — os preparativos e as adesões para ambas as jornadas prosseguem, conforme têm afirmado os seus secretários.

As autoridades e particularmente o Governo Civil de Lisboa, não desejando impedir que os cidadãos se manifestem de acordo com a lei, invocam as disposições legais vigentes, advertindo, entretanto, que embora confessem a sua preocupação em assegurar o livre exercício do direito de reunião, não permitirão que a Praça do Comércio seja utilizada domingo, para a jornada relativa ao «Dia do Campo», onde está prevista a venda de produtos agrícolas.

Quanto à utilização da Praça do Comércio o Governo Civil lembra que o simples estacionamento ou desfile de pessoas só é permitido aos domingos e feriados, aos sábados, após as 12 horas e nos restantes dias depois das 19 e 30. Nesse conspecto, um comunicado divulgado chama a atenção para o facto de em qualquer caso «caber às autoridades competentes assegurar que o trânsito das faixas de rodagem da praça se processe normalmente, com vias de acesso e saída, em atenção aos vários departamentos públicos e ministeriais que nela se encontram localizados».

Entretanto, os secretários promotores das duas manifestações alertam todos os trabalhadores «para as aparentes concessões que já começaram a surgir por parte do VI Governo e um documento divulgado pela comissão de luta contra o aumento do custo de vida e contra o congelamento de

salários, que no próximo sábado promove a concentração-cómicio do Estádio 1.º de Maio, insiste na necessidade dos explorados continuarem a pressionar os órgãos do Poder».

O texto requer que seja feita «uma travagem no aumento do custo de vida» e também, que a contratação colectiva seja tornada livre. A esse propósito será importante referir o que o mesmo documento salienta relativamente a alguns ministros, que terão afirmado perante as câmaras da RTP que, «para 1976, estão previstas grandes importações de carne,

batatas, cereais, frutas e bacalhau, no valor de 21 milhões de contos. Mais 4 milhões de contos de açúcar, 15 milhões de contos de petróleo, e 800 mil contos de produtos congelados. Tudo isto dá um total de 40,8 milhões de contos, sem falar no que será gasto em equipamentos e matérias-primas, além da saída média diária de 100 mil contos das nossas reservas. Também não têm sido mencionadas as condições impostas pelos Estados Unidos, Alemanha, C. E. E., EFTA e Fundo Monetário Internacional para a concessão dos tão festejados empréstimos».

Plenário de reformados contestado pelos pensionistas

A União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social, única associação legal representativa dos reformados da previdência e da função pública, é «absolutamente estranha» ao plenário de reformados convocado para hoje, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, e promovido pela União dos Reformados da Previdência do Porto — informa aquela instituição.

A finalidade desta reunião estaria na linha de «acção de-

magógica e monolítica ensaiada no contestado Congresso de reformados de Coimbra» — denuncia a U. P. P. S. S.

O estatuto da organização promotora do plenário «impõe, à boa maneira fascista, a quota obrigatória de 0,5 por cento sobre o ilíquido das pensões de todos os reformados de Portugal, com a violência de ser descontada pela Caixa Nacional de Pensões todos os meses» — lembra a União dos Pensio-

nistas da Previdência (U. P. P. S. S.), a propósito.

Repudiando «tão grosseira sofisticação das leis da liberdade de reunião e associação», a U. P. P. S. S. chama a atenção do Ministério do Trabalho, da Direcção Geral de Previdência e da Caixa Nacional de Pensões para «o abusivo envolvimento em que estas entidades se encontram, face ao texto do referido estatuto», aceite para homologação naquele ministério.

Combate à especulação na construção civil

«A acção das massas populares a partir do 25 de Abril, sobretudo com o desencadear das operações, vem dar a primeira machadada à especulação na construção civil», afirmou um representante das organizações promotoras do Encontro da Construção Civil, durante uma conferência de imprensa realizada em Lisboa, boa.

Os promotores do encontro, depois de sublinharem que as propostas que fazem têm em conta a salvaguarda dos preços das rendas, salientaram a necessidade de medidas contra a especulação, afirmando que há uma «tentativa de reestruturar o sector, por forma que no sector da habitação se mantenha o esquema como está».

«A especulação começava logo com os terrenos», referiram os promotores do encontro, que salientaram a necessidade de definição de uma política de socialização do solo urbano. «Os terrenos correspondem a cerca de 25 por cento do valor da construção», sublinharam, enquanto na Suécia, por exemplo, este valor é de dois a três por cento.

Depois de referirem que o número de empresas de construção civil em Portugal é o dobro do número de farmácias, sublinharam a inexistência de estruturas técnicas e administrativas da maioria das empresas e o carácter artesanal da construção civil como factor dos elevados preços de casas de habitação.

As medidas a tomar na reestruturação devem ter em conta que não serão os trabalhadores a pagar a crise do sector

nem a levar um aumento dos preços das habitações, referindo-se a necessidade de financiar a construção através de medidas adequadas, particularmente aos pequenos e médios construtores, impedindo-se também que «indivíduos que só assinam recibos de rendas tenham rendimentos superiores a mil e quinhentos e dois mil contos por mês». A proposta sugere que se fixe um rendimento máximo nacional de 30 contos.

Delegação da Inter vai a França

Regressou ontem a Paris, depois de uma visita ao nosso País, a delegação da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), representada por Jacques Moreau, secretário para a política internacional, e Pierre Evain, secretário para a imigração.

Sobre as relações com a Intersindical, Jacques Moreau afirmou que a C. F. D. T. mantém contactos com a central sindical portuguesa, que aceitou o convite para fazer deslocar uma delegação a França, devendo a viagem realizar-se brevemente.

Pierre Evain, por outro lado, afirmou que «é cada vez maior o número de operários portugueses que assumem as suas responsabilidades sindicais em França», apesar das dificuldades iniciais que os emigrantes portugueses encontram, como adaptação, falta de política, desconhecimento da língua, etc.

FRANÇA:
MEDIDAS SEVERAS CONTRA EXPLORAÇÃO DO EMIGRANTE
O Governo Francês aprovou

medidas severas para evitar que entidades patronais se aproveitem do trabalho de emigrantes ilegais, a quem pagam salários de fome.

A nova legislação prevê multas mais elevadas e penas de cadeia para aqueles que «directa ou indirectamente ajudem a entrada, circulação ou permanência ilegais de estrangeiros» em França.

Os imigrantes, na maior parte norte-africanos e portugueses, representam oito por cento da força de trabalho em França.

PUB
SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL
CONTRA O FASCISMO
PELO SOCIALISMO
UNIDADE REVOLUCIONÁRIA
Aos Electricistas do sector da Construção Civil

Camaradas, a luta dos trabalhadores do sector da Construção Civil insere-se na difícil, heróica e emancipadora luta da classe operária para assegurar os seus interesses vitais e acabar, no final, a exploração do homem pelo homem.

Assim, a Direcção faz sentir aos electricistas que trabalham no sector da Construção Civil a necessidade de unidade e a participação activa de todos na

SEXTA-FEIRA, 16-1-76
PARALISAÇÃO, das 9 às 11 horas

como forma de solidariedade operária e efectuar as resoluções do Encontro dos Trabalhadores deste Sector de Actividade.

No entanto, tal participação deverá ser decidida colectivamente em plenários ou reuniões gerais de trabalhadores a realizar nas empresas e locais de trabalho.

FIM AO CONGELAMENTO DE SALÁRIOS!
FIM AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
PELA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA!
UNIDOS, ORGANIZADOS E VIGILANTES VENCE-REMOS!

Lisboa, 13/1/76.

A DIRECÇÃO

Nacional

MINISTRO LOPES CARDOSO AO "D.L."

A REFORMA AGRÁRIA TERÁ DE PROSSEGUIR ENQUADRADA NOS LIMITES DA LEI

As mutações políticas permitidas pelo 25 de Abril abriram caminho a um processo revolucionário que podia atingir radicalmente a sociedade portuguesa. Aquilo que muitos chamavam «Revolução dos cravos» (talvez por não ter ultrapassado os cravos) seguiu um curso, depois de 25 de Novembro, que não tem nada de inédito nem de revolucionário. Restam-nos, todavia, os factos consumados: a abolição dos latifúndios e dos monopólios.

A Reforma Agrária continua. Ainda que a sua linha de orientação tenha sofrido uma certa moderação, há uma Reforma Agrária em marcha. E com garantias dadas pelo ministro da Agricultura de que não se registariam «profundas alterações». Por isso considerámos importante ouvir o eng.º Lopes Cardoso, figura controversa, que está neste momento a ser alvo de violentos ataques das forças da direita. Nem o PPD, nem o CDS, nem o PPM deram o «agrément» a uma reforma agrária, cujos princípios orientadores foram propostos pelo ministro da Agricultura. Os latifundiários, levando a reboque pequenos e médios agricultores menos esclarecidos, insultaram o eng.º Lopes Cardoso no Plenário de Braga e prometeram «lutar até ao fim».

Estas as razões por que achámos oportuno que o ministro se pronunciasse sobre a Reforma Agrária possível. Uma Reforma Agrária que apesar de tudo continua.

DL — Certos órgãos de informação anunciam, alguns deles até salientam em títulos, que se vão verificar «profundas alterações» na Reforma Agrária. Gostaríamos que o sr. ministro confirmasse essa afirmação.

LC — Não creio que essa afirmação corresponda à verdade. Os princípios orientadores defendidos no documento têm como objectivo principal disciplinar o processo da Reforma Agrária, que decorria praticamente fora de qualquer controlo dos organismos estatais a quem competia conduzi-lo. Pretende-se pôr cobro aos excessos cometidos.

DL — Perdão: a que excessos se refere?

LC — Todas as ocupações que não tiveram em conta os interesses dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros.

DL — O sr. ministro pode enumerar alguns casos concretos?

LC — Não quero citar de memória esses casos, mas posso adiantar que foram ocupadas propriedades cuja expropriação não se justificava. Por outro lado foram desalojados pequenos rendeiros e seareiros que trabalhavam em propriedades de grande dimensão e que exploravam áreas cuja expropriação não estava prevista pela lei. Verificaram-se casos em que seareiros e rendeiros foram coagidos a integrar-se em unidades colectivas de produção. São situações desse tipo que vão e terão de ser necessariamente corrigidas. Também há casos inversos: de grandes rendeiros que exploravam áreas consideráveis que foram ocupadas, mas que pertenciam a pequenos senhorios. Isso tem igualmente de ser revisto.

DL — As leis, num processo verdadeiramente revolucionário não devem ser aplicadas rigidamente, tudo depende de uma dinâmica. Por exemplo no Alentejo proliferavam grandes rendeiros que possuíam pouca terra. Em contrapartida traziam

quatro, cinco ou mais grandes propriedades de renda e viam de uma maneira faustosa à custa da exploração dos trabalhadores. Como se vão resolver esses casos?

LC — O que deve a Reforma Agrária corrigir? São as grandes propriedades, e não pôr em causa o estatuto dos pequenos e médios agricultores...

DL — Que pensa o Ministério fazer no Norte quanto à Lei do Arrendamento Rural? Os rendeiros queixam-se de que a lei não está a ser cumprida. Existe mesmo um movimento, com certa implantação entre os camponeses, que exige a imediata aplicação da lei.

LC — O problema do arrendamento rural terá de ser estudado. Não foi abordado no documento aprovado pelos partidos, pois esse documento não



«Quem tem contactado comigo de perto sabe que não cede a pressões»

define a política do sector agrícola na sua globalidade: visa sobretudo o problema concreto da Reforma Agrária. Penso, porém, que o que se passa em matéria de arrendamento resulta em grande parte da falta de informação ao nível dos rendeiros, que na generalidade desconhecem o que a lei representa para eles.

DL — Ficou assente na plataforma que seriam dadas indemnizações aos proprietários das terras expropriadas.

LC — Certo. Assentámos no princípio da indemnização. Pensa-se num prazo relativamente curto estudar a forma como irão ser orientadas essas indemnizações.

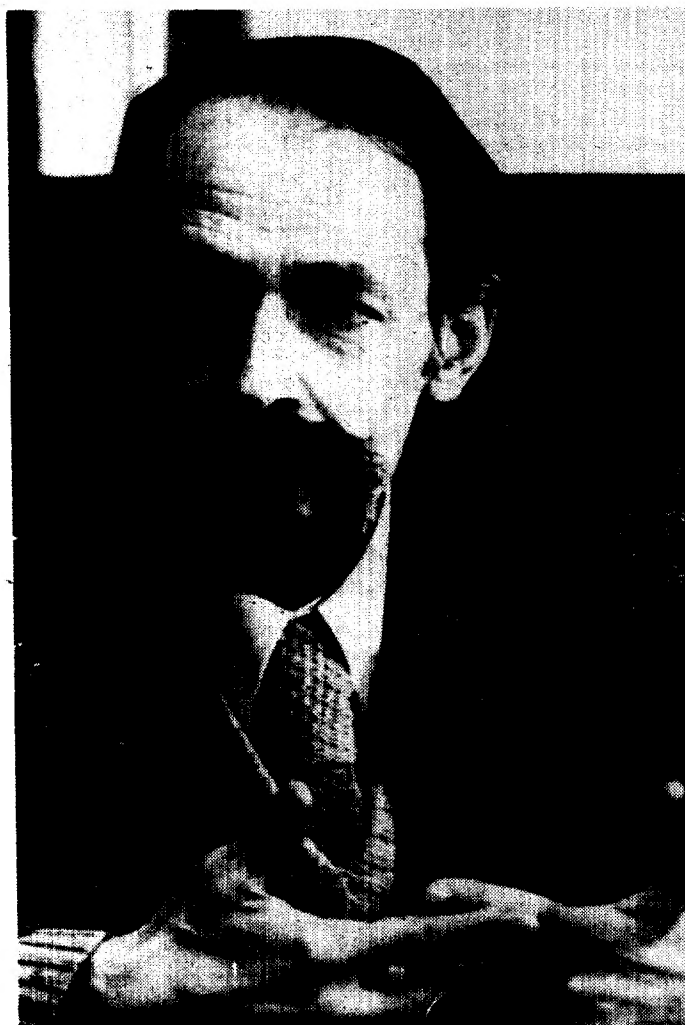
DL — Seria de pensar que a aplicação de uma Reforma Agrária progressista excluísse esse princípio das indemnizações. Por outro lado achamos estranho como se pode conciliar tamanha despesa, que certamente se irá ressentir na economia debilitada do nosso país, com as medidas de austeridade decretadas pelo VI Governo.

LC — O que define o carácter progressista da Reforma Agrária é a forma como se alteram os conceitos de propriedade e exploração e não as indemnizações que se pagam. Isso não quer dizer nada. Também não seria progressista uma Reforma Agrária (sem indemnizações) que transformasse os latifúndios parcelando-os em unidades agrícolas capitalistas. Isto é apenas um exemplo. E os exemplos correm sempre o risco de se tornarem um pouco caricaturais... Na minha opinião as indemnizações não podem ser encaminhadas apenas segundo um critério de justiça e de moral. O que determina ou não o pagamento das indemnizações são as condições concretas em determinado momento. Não vejo, de resto, porque se faz tanto barulho em volta da admissão do princípio das indemnizações no que toca à Reforma Agrária e se tenham aceite sem grande alarido as indemnizações para todos os sectores da economia que foram nacionalizados. Não foi apenas o VI Governo que previu o pagamento das indemnizações. Os anteriores Governos também aceitaram esse princípio.

DL — Que medidas pensa o Governo tomar em relação à ajuda a prestar aos trabalhadores das unidades colectivas de produção que estão interessados em aumentar a produção?

LC — Foram já tomadas medidas nesse sentido no início da vigência do VI Governo,

Entrevista de LURDES FÉRIA



«Estamos a viver numa estrutura governamental que se me perguntar se estou de acordo com ela, dir-lhe-ei logo que não».

mas agora teremos de prestar uma ajuda à Reforma Agrária que se traduza num esforço financeiro e em quadros técnicos, porque tudo até aqui se processou sem qualquer planificação e coordenação do Ministério.

DL — Correndo o risco de sermos indiscretos, gostaríamos de saber quais as razões que levaram o sr. ministro a demitir os directores dos Centros da Reforma Agrária.

LC — De facto foram exonerados os directores dos Centros, com excepção dos de Lisboa e Faro. Nomeei novos directores para a maioria dos Centros. Espero completar a substituição nos próximos dias. Os Centros de Reforma Agrária não funcionavam como executores da política emanada do Ministério. Não eram os interlocutores e porta-vozes do Ministério a nível regional, como lhes competia. Actuavam de forma autónoma e descoordenada. Num domínio tão sensível e delicado como o da Reforma Agrária, em que cabem enormes responsabilidades ao ministro, era inaceitável a atitude dos directores dos Centros.

DL — Mas o sr. ministro considera que o trabalho dispendi-

do pelos directores dos Centros exonerados não foi positivo?

LC — Penso que em larga medida a responsabilidade não cabe aos directores dos Centros. Muitas vezes eles não controlavam o processo e eram ultrapassados. Desenvolveram uma política própria, e não aquela que o ministro entendia que devia ser conduzida.

DL — Que critério seguiu o sr. ministro na escolha dos substitutos? Um critério partidário? Ou limitou-se a seleccionar tecnocratas eficientes?

LC — Os factos demonstram, quando vieram a público, que entre as pessoas que vão ser colocadas nos Centros há algumas com opções partidárias próximas das minhas, mas haverá outras de outras tendências. Optei por um critério de competência profissional, escolhendo pessoas capazes de se enquadrarem na política geral do Ministério e de executarem as medidas do Governo.

DL — Há quem pense que as exonerações se submetem às reivindicações do plenário de Rio Maior, onde se manifestou uma animosidade feroz contra os directores dos Cen-



tros. Talvez seja uma coincidência.

LC — Diz-se muita coisa. Neste período de atribuições políticas que temos vivido já fui acusado de «fascista», «reaccionário» e outros epítetos semelhantes. Fui acusado de «comunista», o que para mim não é nenhuma ofensa. Portanto, o que se diz não me preocupa muito. Esse tipo de ataques e afirmações não me impressiona. Quem tem contactado comigo de perto neste Ministério sabe que não cede a pressões. Posso voltar atrás numa ou noutra posição, se me demonstrarem com argumentos de que estava errado. Não cede, todavia, a chantagens, venham elas donde vierem. No entanto há um dado interessante, pois a decisão de alteração dos Centros de Reforma Agrária é anterior ao plenário de Rio Maior. Não quero dizer que, se a reivindicação fosse justa, eu não a aceitasse só por vir de Rio Maior; antes do plenário tive uma reunião de carácter partidário com camaradas meus ligados à Agricultura, em que lhes anunciei a decisão de exonerar as direcções dos Centros. Não tinha concretizado ainda a ideia, porque a substituição dos Centros não podia ser arbitrária. Teria de escolher as pessoas conscientemente.

DL — Já agora, a propósito de substituições, podíamos falar da do dr. António Bica. Essa substituição deve-se a incompatibilidades pessoais com o sr. ministro ou há outra razão subjacente?

LC — Não tenho razões pessoais de queixa contra o dr. António Bica. Quero acentuar, no entanto, que em questões de hierarquia e funcionamento no Ministério o secretário de Estado deixou muito a desejar. O dr. Bica actuou sempre de forma autónoma sem discutir com o ministro os assuntos que estavam sob a sua alçada. Em relação ao futuro secretário de Estado, que será igualmente membro do Partido Comunista, foram-me dadas as garantias de que não aconteceria os mesmos problemas. Penso que nenhum ministro pode abdicar da orientação da política do seu Ministério.

DL — Sempre ouvimos os trabalhadores rurais e pequenos agricultores do Alentejo protestar porque o crédito não funcionava.

LC — Abriu-se no V Governo o Crédito de Emergência. Quanto ao facto de haver dificuldades com o funcionamento do crédito, é natural. Os canais estão emperrados. Verificaram-se também arbitrariedades na atribuição de créditos, sobretudo em relação aos pequenos e médios agricultores, que foram vítimas de pressões políticas. É preciso fazer che-

PRINCÍPIOS A RESPEITAR

No final da semana passada o Gabinete do ministro da Agricultura divulgou um texto intitulado «Princípios Fundamentais a Respeitar no Prosseguimento da Reforma Agrária na Zona de Intervenção», que, pela sua importância programática, cumpre transcrever na íntegra.

O processo da Reforma Agrária desenvolveu-se até esta data praticamente sem controlo, nem enquadramento por parte dos organismos estatais a quem caberia justamente a sua condução.

O Decreto-Lei 406-A/75, impropriamente designado por lei da Reforma Agrária, longe de ter servido para disciplinar e orientar as expropriações que deviam constituir o ponto de partida para a Reforma Agrária, tem servido apenas para a legalização de situações de facto. É assim que enquanto se estima em cerca de 1 000 000 de hectares a área actualmente ocupada, a área objecto de expropriação nos termos da lei não excede 300 000 hectares.

A ausência de controlo por parte do Estado do processo de Reforma Agrária, a não observância do disposto na lei — mesmo nas áreas que foram já objecto de expropriação legal — designadamente no que respeita à concessão do direito de reserva, a existência de um número difícil de avaliar, mas que não pode ser ignorado, de casos em que os interesses e direitos dos pequenos e médios agricultores — proprietários, rendeiros e seareiros — foram lesados, criou um clima de insegurança que, longe de servir a Reforma Agrária pode pô-la em causa, empurrando para uma aberta oposição ao processo, largos extratos das populações rurais.

A defesa das conquistas revolucionárias no domínio da agricultura, a consolidação das profundas alterações estruturais já levadas a cabo, a necessidade de garantir que a produção agrícola se mantenha a níveis que não agravem os défices tradicionais, impõem uma rápida modificação no modo como o processo de Reforma Agrária se vem desenvolvendo.

Para além da revisão de algumas das disposições do Decreto-Lei 406-A/75, a que adiante se fará referência, há, desde já, que disciplinar o processo fazendo-se funcionar os mecanismos legais pondo-se ao mesmo tempo, termo às ocupações de terras; há em seguida que garantir aos pequenos e médios agricultores o respeito pelo seu estatuto e mais do que isso fazê-los beneficiar da Reforma Agrária em termos de acesso à terra e há que pôr termo a todas as formas de pressão tendentes a integrá-los, contra vontade, em unidades colectivas de produção.

Disciplinado o processo da Reforma Agrária, importará enquadrá-lo técnica e financeiramente, definindo-se do mesmo passo o estatuto das terras expropriadas e estabelecendo-se os princípios gerais a que deverá obedecer a organização das novas unidades de produção.

Tendo em vista os objectivos que genericamente se enunciaram importa que desde já sejam tomadas medidas no sentido de:

1 — Assegurar de imediato o cumprimento do disposto na lei;

2 — Rever alguns dos dispositivos legais previstos no De-

creto-Lei 406-A/75, tida em conta a experiência acumulada desde a sua promulgação, preencher algumas lacunas que a experiência veio revelar e promulgar legislação complementar indispensável à aplicação da Reforma Agrária.

1. Cumprimento do disposto na Lei

A necessidade de criar um clima de estabilidade e tranquilidade social, dando-se aos pequenos e médios agricultores garantias objectivas de que os seus direitos não serão atropelados, exige antes de mais nada o rigoroso cumprimento da lei. Assim não poderá o Governo deixar de:

a) Garantir que será posto termo a ocupações de terras, não se aceitando a partir de agora a criação de novos factos consumados. A expropriação das terras abrangidas pelo Decreto-Lei 406-A/75 deverá passar a obedecer rigorosamente às regras nele estabelecidas, no quadro de um plano de intervenção devidamente programado e executado pelos Centros de Reforma Agrária.

b) Proceder à desocupação de todas as terras que em conformidade com o disposto no Decreto-Lei 406-A/75 não são passíveis de expropriação.

c) Reconhecer aos rendeiros e seareiros os direitos que a lei lhes confere procedendo-se à revisão de todas aquelas situações em que uns e outros tenham sido «expropriados» em manifesto desrespeito pelo disposto no Decreto-Lei 406-A/75, ou forçados a integrar-se em unidades colectivas contra sua vontade;

d) Garantir aos senhorios, quando pequenos ou médios proprietários, cujas propriedades foram ocupadas porque se integravam no quadro de grandes explorações em regime de arrendamento o direito de propriedade dos contratos de arrendamento nos termos Decreto-Lei 201/75;

e) Proceder à imediata aplicação do direito de reserva consignado na lei, tidas em conta as alterações que adiante se propõem quanto aos condicionamentos a que o mesmo se encontra sujeito.

f) Promulgar no prazo máximo de 60 dias legislação regulamentando o direito às indemnizações previsto no Decreto-Lei 406-A/75.

2. Revisão do Decreto-Lei n.º 406-A/75

A experiência acumulada ao longo dos últimos meses aponta como necessária a revisão de algumas das disposições do Decreto-Lei 406-A/75, tendo essencialmente como objectivo tornar claros e eficazes os mecanismos de protecção aos pequenos e médios agricultores e eliminar disposições ou preencher lacunas que sejam susceptíveis de criar um clima de instabilidade de que se vêna a repercutir no indispensável esforço de desenvolvimento e modernização do sector agrícola. De entre as medidas que neste capítulo se reputam indispensáveis consideram-se necessário de imediato:

2.1 Definir um limite mínimo de área abaixo do qual não poderão intervir mecanismos de expropriação.

2.2 Criar um dispositivo legal que assegure que para efeitos de expropriação não serão tidos em conta os investi-

Continua na pag. 17



gar o crédito aos pequenos e médios agricultores. Mas eles devem organizar-se. Em muitos casos os organismos que se dizem seus representantes são contestados por numerosos pequenos e médios agricultores. Noutros casos a representação a nível concelhio desses organismos é fraca. O Ministério não pode dialogar com milhares de pessoas. Por isso acho que terão de se organizar para que o Ministério encontre um interlocutor válido com quem dialogar. Tenho a pretensão de conhecer bem os pequenos e médios agricultores das zonas de aplicação da Reforma Agrária. Parece-me que não estavam à partida contra a Reforma Agrária. O problema é que eles viram atropelados os seus interesses. Foram marginalizados pelo processo. Essa situação tem de ser rapidamente corrigida.

DL — O camponês, alienado por um bocadinho de terra, é fácil de manipular principalmente quando há forças interessadas em que isso aconteça.

LC — São fáceis de manipular sobretudo se forem empurrados para os braços das forças que os pretendem manipular. Em relação aos agricultores do Norte, a forma como a Reforma Agrária foi aplicada no Sul criou neles uma certa hostilidade. Aí penso que os meios de Comunicação Social tiveram um papel altamente negativo, especialmente a Televisão e a Rádio. Não quero dizer que a Imprensa tivesse assumido uma posição diferente. Falo na Rádio e Televisão porque têm maior poder de penetração nos meios rurais. Os órgãos de Informação, manipulados por forças de esquerda ou de extrema-esquerda, tinham a preocupação sistemática de sublinhar o carácter revolucionário da Reforma Agrária martelando com as ocupações. Todos os aspectos que a Reforma Agrária assumiu à margem do Governo contribuíram para criar nos camponeses do Norte o pânico, estimulando as forças da direita. Os meios de Comunicação Social que faziam a «defesa» da Reforma Agrária, quando se tratava de pequenas propriedades ocupadas e que voluntariamente foram desocupadas, ignoravam estes factos, talvez por os considerarem pouco revolucionários. O problema que se põe ao Governo é muito simples: há que defender a Reforma Agrária, uma das conquistas mais importantes do 25 de Abril. Ou se defende garantindo uma larga base social de apoio, ou se defende pela repressão. Para aqueles como eu e talvez para a maioria das pessoas escolhidas para participarem do VI Governo, a opção está feita: defendemos a liberdade e a democracia. Ti-

na perfeita consciência, quando entrei para o Ministério, de que ia ser alvo dos ataques das forças da esquerda e da extrema-esquerda. Basta ler a Imprensa em determinada altura. Quero todavia acentuar que sempre dialoguei com os trabalhadores rurais e nunca no meu Ministério houve sequestros ou ocupações de gabinetes. As posições que assumi não contrariaram nunca os interesses dos trabalhadores. Basta recordar o ridículo dos ataques que me fizeram quando da nacionalização da Companhia das Lezírias. Os que me atacavam eram os mesmos que anteriormente defendiam essa nacionalização. No entanto não conseguiram manipular os trabalhadores contra o ministro. Tenho também a certeza de que as forças da direita se irão aproveitar dos erros cometidos para procurar obter o apoio dos camponeses. Os militantes mais directamente ligados à Reforma Agrária começaram já a ser alvo de ataques. Penso, todavia, que o mais importante é a justeza das posições.

DL — Apesar de os camponeses, os pequenos agricultores, pertencerem a um estrato que Lenine chamou «as mas-

a viver numa estrutura governamental que, se me perguntar se estou de acordo com ela, dir-lhe-ei logo que não. Os preços dos produtos escapam à competência directa do Ministério da Agricultura. São os antigos Organismos de Coordenação Económica (Junta Nacional dos Vinhos e dos Produtos Pecuários, etc.) que têm acção sobre os circuitos comerciais e estes organismos dependem do Comércio Externo. A transformação do sistema provocou perturbações que não foram fáceis de corrigir, até porque a vida do VI Governo durante os três primeiros meses sofreu de uma profunda crise de autoridade e os esforços desenvolvidos foram dispendidos no sentido de se conseguir o mínimo de capacidade de actuação. Creio que a situação se alterou. Já existem condições para governar. Tal como se definiu uma linha de orientação para a Reforma Agrária espero que se defina brevemente uma linha para os canais de comercialização. Evidentemente que isso não se pode resolver de um momento para o outro.

DL — Os grandes agrários, encorajados pelo recuo das forças de esquerda ao nível mi-

Agrária terá de prosseguir enquadrada nos limites da lei entendendo que a desocupação feita pela força das propriedades ocupadas também não será admitida. Penso que vão ser desocupadas todas as terras pertencentes aos proprietários que não estão abrangidos pelas leis da expropriação. Quanto às restantes, nas zonas onde se criaram unidades colectivas de produção acho que o estatuto dessas unidades terá de ser discutido com os interessados, que se deve respeitar a vontade dos trabalhadores e dos pequenos agricultores envolvidos na Reforma Agrária. Penso ainda que as unidades de tipo estatal devem constituir uma excepção. Entendo que as unidades colectivas devem ser geridas pelos próprios associados. Há que organizar as unidades de produção, reconhecer e aplicar aos proprietários o direito de reserva que lhe compete.

DL — Entende o sr. ministro que as propriedades dos estrangeiros devem ser poupadas às nacionalizações?

LC — Seria absurdo criar problemas de carácter internacional que iriam dificultar as



«O que deve a Reforma Agrária destruir? São as grandes propriedades, e não pôr em causa o estatuto dos pequenos e médios agricultores...»

sas mais recuadas», existe neles um descontentamento justo. Porque não põe em prática o Ministério uma verdadeira política de créditos, de comercialização e escoamento dos produtos? Porque não se tomam medidas concretas para acabar com os intermediários? O Ministério não tem feito nada nesse sentido.

LC — Não se pode dizer que não tenha feito nada. Estamos

litar e popular, irão tentar recuperar as terras e os privilégios perdidos. Aliás, já houve esforços nesse sentido no Alentejo. Este problema levanta uma questão: irá o Governo utilizar essa autoridade e disciplina para cortar o avanço dos latifundiários?

LC — Assim como digo que o Governo não deve, não está disposto a aceitar a ocupação de terras, e que a Reforma

nossas relações com os outros países. O que se ganhava de um lado não compensava o que se perdia do outro. Tere-mos de discutir com os súbditos estrangeiros se eles estiverem dispostos a receber as indemnizações. De qualquer maneira, tudo o que se fizesse no sentido de dificultar as nossas relações com países de onde podemos receber apoios financeiros seria um esquadismo que eu chamaria infantil...

Geral

A Redacção do futuro é electrónica

OLDRICH HRONEK

Os meios de comunicação cada vez mais rápidos permitem uma informação instantânea pela palavra e pela imagem. Permitem que a Humanidade conheça as regiões mais remotas, povos longínquos, a sua história, a sua vida, o que torna o Mundo mais próximo e mais pequeno. Graças ao aperfeiçoamento técnico, o homem contemporâneo pode tomar conhecimento de tudo o que tem interesse no nosso planeta, e mesmo fora dele, como confirmaram o voo espacial das naves Soyuz e Apolo e a informação transmitida a seu respeito pela rádio e televisão. O progresso técnico influencia os modos tradicionais de trabalho dos «mass media», os mais importantes dos quais são a imprensa, a rádio e a televisão. A evolução permanente da técnica, nomeadamente da electrónica, e as suas possibilidades inexploradas incitam a debruçarmos sobre a informação do futuro (textos ou ilustrações) e sobre os seus mo-

dos de difusão e obtenção. Diversas experiências têm sido feitas no Mundo, entre outras, a difusão das actualidades com o auxílio de bandas magnéticas, para a informação falada, ou por meio de instalações de projecção dos principais artigos, para a informação impressa. Dá-se, porém, o caso de até aqui estes novos meios de informação não terem sido tão satisfatórios como a impressão tradicional dos jornais, em especial no tocante à sua amplitude. Além disso, não têm a propriedade específica da Imprensa, a saber que o leitor pode tomar conhecimento do seu conteúdo, sem ter de recorrer a outras instalações técnicas e no momento que mais lhe convém, de acordo com o tempo de que dispõe e com as suas possibilidades pessoais. Parece que, apesar da atracção pela informação radiodifundida e televisada que o público aprecia cada vez mais, a informação impressa conservará, durante muito tem-

po, a sua prioridade, dada pela importância quantitativa e a variedade do conteúdo, assim como pela sua existência duradoura, que permite ao leitor tomar dele conhecimento conforme os seus gostos e o momento que escolher.

O grau actual do desenvolvimento técnico permite satisfazer as crescentes exigências do leitor no que toca à rapidez, riqueza de informação impressa e acréscimo da quantidade das fotografias que a ilustram. Numerosas informações, fornecidas pelas agências transmitem, graças aos métodos mais modernos, textos e fotos, vindos de todos os cantos do Mundo para satisfazerem as exigências dos leitores.

Na publicação dos jornais, a sua produção constitui uma parte importante deste processo. O alto nível técnico das instalações de produção e a qualificação profissional do pessoal são essenciais para se obterem bons resultados na produção do jornal. A crescente



O videógrafo dispõe de 6000 sinais. No «écran» podem ser recebidos 1500

influência da técnica moderna exerce-se também sobre profissões, cujo trabalho tem um carácter determinado pela tradição — como a profissão de redactor. Longe vão os tempos em que o equipamento de trabalho do redactor era composto de um bloco de notas e um lápis. Os aparelhos modernos como a máquina de escrever, o gravador, o dictafone, e máquina fotográfica ocupam um lugar importante no trabalho do redactor contemporâneo. É verdade que o papel e o lápis continuam a ser indispensáveis para tomar notas, mas o tratamento dos manuscritos faz-se de uma maneira moderna, com o auxílio das máquinas de escrever clássicas. Se digo clássicas é porque estas máquinas pouco a pouco vão perdendo terreno, e os jornalistas escreverão provavelmente os seus artigos em videógrafos, que não precisam de papel para captar o texto.

O videógrafo funciona no quadro de um sistema interligado e composto de diversos aparelhos de dados e máquinas de compor, comandadas por um computador. A capacidade

complementar da memória está instalada em unidades de memórias por placas integradas no sistema.

O videógrafo é do tamanho de uma máquina eléctrica de escrever com o teclado padrão dessas máquinas. O texto escrito é reproduzido num «écran» de 13 por 26. O texto é escrito em caixa alta e baixa de 6 milímetros. A máquina não produz nenhum ruído, quando se utiliza. Os erros de toque e as palavras incorrectas podem ser corrigidas muito simplesmente tornando a escrever as palavras. Aliás, qualquer parte do texto pode ser reproduzida à vontade no «écran», sendo possível reter todo o artigo ou passagens isoladas antes de o terminar. Mas o artigo pode ser revisto mais tarde e reproduzido no «écran» para efeitos de redacção, complemento ou redução.

Se o texto está pronto para impressão, o redactor carrega no botão «composição», e o texto é imediatamente transferido para a máquina de compor. Este processo torna inútil qualquer outra manipulação como, por exemplo, a fita per-

furada para o texto ou para a correcção, o que permite economizar tempo e dinheiro. As faltas e os erros são excluídos. É igualmente possível produzir, para outros fins, uma fita perfurada ou magnética como produto final do sistema, podendo esta fita comandar outras máquinas de compor. Além do tratamento dos textos com o auxílio do videógrafo, as informações das agências de Imprensa são armazenadas automaticamente na memória. A pedido, pode obter-se no «écran» a lista das palavras rubricadas de todas as comunicações enviadas pelas agências, registadas na memória com menção da sua extensão. O redactor pode, à sua vontade, reproduzir no «écran» qualquer texto in extenso.

Os videógrafos são o elemento essencial da redacção electrónica, onde os redactores tratam directamente os artigos, desde a sua concepção até à sua impressão. O modo de trabalho altera-se, pois o sinal da composição é dado pela redacção electrónica permite garantir o fluxo contínuo das informações, desde o seu autor até à colocação nas colunas do jornal, sem passar pelo intermédio do papel ou da fita perfurada ou magnética.

A riqueza das informações, a rapidez do seu tratamento assim como a tecnologia moderna da composição no sistema dito da redacção electrónica são as características desta técnica moderna do trabalho redactorial e o protótipo das redacções do futuro.

(«Le Journaliste Democratique»)

PUB

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria Turismo, Restaurantes e Similares do Sul

COMUNICADO

— CONTRA O AUMENTO DE CUSTO DE VIDA

— CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Camaradas :

1.º — Convocada por 13 sindicatos, que se formaram em «Comissão de Luta», e com o apoio de inúmeros outros sindicatos, entre os quais o nosso, Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e outras organizações populares, vai realizar-se no dia 17 de Janeiro, no Estádio 1.º de Maio, uma grandiosa concentração de trabalhadores, que irá protestar contra o AUMENTO DE CUSTO DE VIDA e contra o CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA.

2.º — Camaradas :

Nós trabalhadores, que produzimos toda a riqueza deste País, não a vemos distribuída por nós, e muito menos verificamos que as medidas de austeridade anunciadas pelo VI Governo recaiam principalmente sobre aqueles que sempre nos exploraram. Pelo contrário, quando aumentam os géneros de 1.ª necessidade, os mais directamente atingidos somos nós.

De facto quem continua a auferir salários de miséria e a ser explorado, é a classe trabalhadora.

Por exemplo na nossa indústria grande parte dos nossos camaradas das cantinas e das Casas de Saúde, continuam a ganhar o salário mínimo nacional e a própria tabela salarial do nosso C. C. T., já se encontra desactualizada.

3.º — Como poderão os actuais governantes, esperar que os trabalhadores estejam com eles, se em vez de serem tomadas medidas que os defendam, são tomadas medidas que vão beneficiar principalmente os patrões?

Como poderão os trabalhadores confiar num governo que congela os salários, mas não congela os preços?

Camaradas :

Juntemo-nos a todos os outros trabalhadores que no próximo sábado irão demonstrar com determinação e firmeza, todo o seu descontentamento por todas estas medidas antipopulares.

— TODOS AO ESTÁDIO 1.º DE MAIO DIA 17/1/76 PELAS 16 HORAS

— CONTRA O AUMENTO DE CUSTO DE VIDA

— CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Lisboa, 12/1/76.

A DIRECÇÃO

Drogar também o bebé

A administração de drogas analgésicas, a mulheres em trabalho de parto, e durante o próprio parto, tem levantado controvérsia nos últimos anos. A actual tendência para partos naturais reflecte em parte o receio de possíveis efeitos secundários no recém-nascido. Parece haver factos que justificam esse receio. Investigadores do National Institute of Child Health and Human Development em Bethesda, Md, estudaram o efeito da anestesia local-regional e da analgesia durante o parto, de 60 bebés de 3 dias de vida. Verificaram que os filhos de mães que tinham recebido anestesia e/ou analgesia eram mais irritáveis e exibiam menor maturidade motora que aqueles cujas mães não tinham sido medicadas. Além disso, verificaram que o uso da anestesia parece ter maior efeito no comportamento do filho, que a analgesia.

Todos os recém-nascidos estudados eram filhos de mulheres brancas da classe média, que tinham recebido cuidados médicos de rotina durante a gravidez que tinha decorrido, assim como os partos, medicamente sem acidentes. 8 mulheres não receberam anestesia, e das 52 que a receberam, 42 receberam-na intra-raquidiana. Os autores avaliaram a vivacidade, irritabilidade e maturidade motora, pela escala de avaliação neonatal de Brazelton.

Embora se saiba que as drogas anestésicas atravessam a placenta e entram para a circulação fetal, Kay Standlee A. Bradley Soude III, Starl A. Copans e Michael S. Duchowny, não encontraram evidência das drogas nas crianças até 1 dia



Mesmo para bebés normais e saudáveis está contra-indicado o uso de anestésicos por rotina — dizem os investigadores americanos

depois do nascimento. Propõem várias interpretações do facto: embora os meicamentos não sejam detectáveis na circulação, podem estar ligados a pontos do sistema nervoso central; ou o uso de anestesia poderia reflectir aspectos da personalidade da mãe, relacionados com a necessidade de medicação, aspectos esses que seriam transmitidos geneticamente ou «in utero» ao feto e que seriam manifestados no comportamento do recém-nascido.

«Qualquer que seja a inter-

pretação, comentam os autores, parece que a anestesia durante o parto está significativamente relacionada com as funções do recém-nascido. Anestésicos locais-regionais, embora conhecidos por produzirem reacções fisiológicas em altas doses, continuam a ser considerados de eleição em processos obstétricos normais. Os nossos dados levantam a questão do uso por rotina de agentes anestésicos ser considerado inconsequente, mesmo para bebés normais e saudáveis».

Estrangeiro

Grupos opositoristas espanhóis juntam-se aos trabalhadores

MADRID, 15 (R) — Grupos opositoristas da esquerda em Espanha juntaram-se formalmente aos trabalhadores em greve ao intensificar-se a campanha a favor de salários mais elevados e plenos direitos democráticos.

Os dois principais movimentos da oposição do país apoiaram publicamente ontem, à noite, às greves que a capital tem

sofrido, durante os últimos dez dias, e declararam que a agitação entre a classe trabalhadora continuaria na era pós-franquista até o Governo estabelecer plenas liberdades democráticas.

A advertência da Junta Democrática, dirigida pelos comunistas, e da Plataforma dominada pelos socialistas, registou-se após o Governo mobili-

zar para o serviço militar os empregados dos correios e colocá-los sob disciplina das Forças Armadas.

Essa medida faria efectivamente a greve visto os trabalhadores ficarem sujeitos a julgamento em tribunal marcial se não voltassem aos empregos.

Após a medida ser anunciada, vários milhares de trabalhadores manifestaram-se no centro de Madrid e a Polícia de choque foi chamada para os dispersar, empregando para isso granadas de gás lacrimogénico e cargas de bastão.

Entretanto, nacionalistas da E. T. A. na agitada região basca raptaram José Luie Arrasate, de 26 anos, filho de um rico industrial, perto da sua residência em Berriz, próximo de Bilbao, e exigiram um resgate de 100 milhões de pesetas.

A E. T. A., que, nos últimos anos, tem raptado diplomatas estrangeiros e homens de negócios locais, achava-se inactiva desde a morte do generalíssimo Franco, em Novembro último, e da prisão de vários dos seus dirigentes, em 1975.

Grupos opositoristas condenaram, numa conferência de Imprensa que deram ontem, à noite, as tentativas do Governo para acabar com a agitação

entre a classe operária fazendo disparar manifestações, prendendo dirigentes sindicais e selando sedes de sindicatos.

Entretanto, trabalhadores continuam com movimentos grevistas que fontes afectas às comissões operárias afirmaram deixarem inactivos mais de 100 000 homens somente na capital.

Em Barcelona, o grande centro industrial do país, o porto encontra-se paralisado pelo segundo dia consecutivo em consequência de uma greve de 1800 estivadores, que reclamam aumentos de salários.

Assembleia de grevistas formada em Madrid

MADRID, 15 — (F.P.) — O movimento de greve ampliou-se, ontem em Madrid — anunciou um representante das comissões operárias, Tranquilino Sanchez, numa conferência de Imprensa conjunta da Junta Democrática de Espanha e da Plataforma de Convergência Democrática. Segundo Sanchez, 200 mil pessoas estiveram paralisadas, na quarta-feira, em Madrid, devido à greve ou a «lock-out» patronal.

O dirigente operário, para o qual foram pedidas seis multas de 200 mil pesetas, anunciou, por outro lado, que se formara, ontem, uma assembleia dos representantes dos operários grevistas de Madrid. Todas as correntes se encontram representadas nessa assembleia. Sanchez precisou que para a abertura de negociações com os patrões, o Governo e a organização sindical oficial, teriam de cumprir as seguintes condições prévias: libertação dos operários presos, supressão das leis que congelam os salários e reintegração de pessoas despedidas.

Um representante do Partido Comunista convidou, por fim, os patrões a negociarem com os autênticos representantes dos operários.

Apelo à solidariedade com oficiais da U.M.D. que vão ser julgados

PARIS, 15 — (F. P.) — O capitão Ignacio Dominguez, porta-voz em Paris da União Militar Democrática (U. M. D.), lançou ontem um apelo à solidariedade internacional com os dez oficiais da U. M. D., cujo julgamento deve começar em breve em Madrid.

Numa conferência de Imprensa, o capitão Dominguez acentuou que as condições que rodeiam o julgamento se

afastam muito das que prevalecem nos países democráticos. Enunciou, por outro lado, as principais irregularidades verificadas na detenção e na instrução do processo. Salientou que os presos tinham sido proibidos de apelar para advogados civis, além de lhes ser impossível comunicar durante muito tempo com os seus defensores militares. Por outro lado — acrescentou — todos os pedidos dos seus defensores — libertação provisória, acesso ao processo, acesso às provas a apresentar pela acusação — foram recusados.

A U. M. D. — precisou o capitão Dominguez — julga saber que o general Guimera, antigo chefe do Serviço de Informação do Exército (Policia Política-Militar) e «inimigo notório dos réus», segundo as suas palavras, teria sido nomeado para a presidência do Conselho de Guerra.

Ignacio Dominguez revelou, por fim que o número de simpatizantes da U. M. D. tinha aumentado nos últimos meses.

China: não haverá mudanças

HONG-KONG, 15 — (R.) — A China deu hoje a entender que não haverá grandes mudanças na sua política externa, a seguir ao falecimento do primeiro-ministro Chu En-lai.

Rádio Pequim, numa emissão captada em Hong-Kong, lançou um apelo ao povo para «continuar a política externa revolucionária preconizada pelo presidente Mao».

«Devemos prosseguir com essa política e consolidar ainda mais as vitórias da Revolução Cultural».

A rádio pediu também ao povo para transformar a dor em força e continuar a produção e a luta de classes para concretização da «verdadeira causa do comunismo».

Rádio Pequim revelou que a mensagem fora publicada no número de hoje do «Diário do Povo», no «Jornal do Exército de Libertação» e noutros periódicos da capital chinesa.

Os jornais inserem também com grande relevo nas primeiras páginas as fotografias do falecido chefe de Governo e uma biografia da sua carreira como revolucionário — acrescentou a rádio.

PETRÓLEO CHINÊS

WASHINGTON, 15 — (ANOP) — A China pode tornar-se um dos principais produtores mundiais de petróleo no início da década de 80, segundo revelam os resultados de um estudo publicado ontem em Washington e que foi levado a cabo pelo departamento de minas dos Estados Unidos.

Segundo o relatório, no início da próxima década, a China produzirá 544 mil toneladas diárias de petróleo e exportará 49,3 milhões de toneladas anuais.



Mesmo de muletas, este guerrilheiro da esquerda, em Beirute, não larga a sua pistola-metradora. Entretanto, ao norte da capital do Líbano, o campo de refugiados palestinos de Dbayeh foi ocupado por forças da direita. Dbayeh era um dos três campos cercados após recrudescimento da guerra civil naquele país do Médio Oriente. (Telefoto UPI-Telimprensa).

Delegação da Internacional Socialista

MADRID, 15 — (F. P.) — Uma delegação da Internacional Socialista chegou, na quarta-feira, a Espanha, para uma «missão de estudo» de quatro dias, a convite do Partido Socialista Operário Espanhol.

Dirigida pelo secretário-geral da Internacional, o austríaco Hans Janitschek, a delegação é composta ainda por Veronika Isenberg, do Partido Social-Democrático Alemão, Ocidental, Jenny Little, do Partido Trabalhista Britânico, Jaime Gama, do Partido Socialista Português, Abraham Allon, do Partido Trabalhista Israelita, Camille Lanza, do Partido Social-Democrático Italiano, e Pierre Guidoni, do Partido Socialista Francês.

Angola e SALT

Advertência de Kissinger antes de ir a Moscovo

WASHINGTON, 15 — (ANOP) — O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, advertiu ontem à União Soviética de que o prosseguimento da sua intervenção em Angola poderá pôr em perigo as suas relações pacíficas com os Estados Unidos e as perspectivas de um novo acordo sobre limitação de armas estratégicas (SALT).

Todavia, Kissinger anunciou que se deslocará na próxima semana a Moscovo para prosseguir com os dirigentes soviéticos as conversações SALT, interrompidas, sem que a situação em Angola afecte por agora as mesmas.

Em conferência de Imprensa concedida em Washington, Kissinger declarou que a intervenção soviética em Angola «vai contra os princípios cruciais de evitar vantagens unilaterais e de preocupação escrupulosa pelos interesses dos outros» enunciados conjuntamente pela Casa Branca e pelo Kremlin.

No que se considerou em Washington a mais séria advertência feita por um dirigente norte-americano à URSS sobre a questão de Angola, o secretário de Estado norte-americano observou que deve ficar claro que, quando uma grande potência tende a obter uma posição de influência por meio da intervenção militar, «a outra actuará mais tarde ou mais cedo

do para contrabalançar esta vantagem».

Kissinger acrescentou que isto conduzirá inevitavelmente a uma cadeia de acções e reacções típica de outros anos, em que as grandes potências manobram para obter vantagens, e disse ainda que esta cadeia deve ser quebrada se se quiser conseguir um abrandamento de tensões duradouro.

O chefe da diplomacia norte-americana afirmou que os princípios orientadores das relações sovieto-norte-americanas — não obtenção de vantagens unilaterais, prudência nas respectivas políticas e não actuar de forma a provocar confrontação bilateral — não representam simplesmente «boa vontade abstracta», mas encontram-se no centro das actuações dos dois grandes poderes responsáveis na era nuclear.

A abrir a conferência de Imprensa, Kissinger leu um documento em que condenava abertamente a intervenção cubana e soviética em Angola.

Depois de sublinhar que, quaisquer que sejam as razões invocadas pela URSS para o seu envolvimento na antiga colónia portuguesa, o facto é que «a União Soviética nunca mostrou interesse naquela região do Globo», Kissinger advertiu que «os Estados Unidos consideram tal actuação incompatível com um verdadeiro

abrandamento das tensões».

No entanto, o secretário de Estado defendeu perante os jornalistas a decisão política tomada pelo presidente Gerald Ford de enviar a Moscovo entre 20 e 23 de Janeiro, para continuar as negociações sobre um novo acordo SALT.

«A limitação das armas estratégicas» — disse Kissinger — é um problema permanente e global que não podemos subordinar às variações diárias nas relações sovieto-norte-americanas.

Já no período de perguntas e respostas, Kissinger afirmou que se deslocava a Moscovo depois de ter recebido «claras promessas» de modificação significativa da posição soviética sobre as principais questões a resolver, entre as quais mencionou duas: a questão de saber se se incluirá a limitação do bombardeiro soviético «Backfire» e a de saber se serão igualmente incluídos os «mísseis de cruzeiro», norte-americanos.

O secretário de Estado acrescentou que, se os soviéticos modificassem a sua atitude os Estados Unidos flexibilizariam a sua, para que se produzissem progressos, mas advertiu que o que se pode esperar mais da sua visita a Moscovo é um acordo de princípio sobre as questões pendentes, que conduza a novas negociações em Genebra, as quais poderão durar entre dois e três meses.

Caleidoscópio

■ KUALA LUMPUR, 15 — (R.) — O primeiro-ministro interino, Datuk Hussein Onn prestou juramento como chefe do Governo da Malásia, a seguir ao falecimento, ontem, em Londres, devido a leucemia, do primeiro-ministro Tun Abdul Razak.

A cerimónia de juramento efectuou-se no palácio real em Kuala Lumpur e a ela assistiu o soberano da Malásia, Yan Di-Pertuan Ageng (rei).

Datuk Hussein, de 54 anos, que anunciou ontem, à noite, na Televisão nacional a morte de Tun Razak, será o terceiro primeiro-ministro da Malásia desde a independência, em 1957.

■ SALISBURY, 15 — (ANOP/R.) — Forças de segurança rodesianas mataram

mais três guerrilheiros nacionalistas nos últimos cinco dias, capturando no mesmo período armas e equipamento diverso — anunciou ontem em Salisbury o Quartel-General das Forças de Segurança da Rodésia.

O número de mortos em confrontos registados na fronteira norte da Rodésia com Moçambique, eleva-se assim a 758 desde Dezembro de 1972, 74 dos quais pertencentes às forças regulares de Salisbury.

Entretanto, John Wrathall prestou juramento como segundo presidente da Rodésia, cargo em que sucede a Clifford Dupont.

■ WASHINGTON, 15 — (R.) — O presidente Gerald Ford nomeou oficialmente embaixado-

ra dos Estados Unidos em Inglaterra a senhora Anne Armstrong, primeira mulher a quem é confiado aquele cargo.

A nova embaixadora, que tem cinco filhos, declarou, na entrevista que teve com o presidente do Gabinete Oval da Casa Branca, que redobrará de esforços no cumprimento da sua missão para honra do seu sexo.

■ REYKJAVIK, 15 — (FP) — O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Joseph Luns, chegou ontem a Reykjavik numa altura em que correm fortes rumores de que a Islândia poderia cortar as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha devido ao conflito sobre os limites de pesca.

■ PARIS, 15 — (ANOP) — Marrocos encomendou 25 caças Mirage, de fabrico francês, podendo vir a encomendar mais cinquenta aparelhos do mesmo tipo — anuncia a revista francesa «Aviation».

■ LONDRES, 15 — (ANOP) — Citando fontes da Embaixada norte-americana em Londres, a revista «Time Out» publicou na sua edição de ontem os nomes de três agentes da C. I. A. que trabalham em Londres.

■ QUITO, 15 — (ANOP) — Por ter feito uma pergunta considerada inapropriada ao presidente do Conselho Supremo de Governo, vice-almirante Alfredo Poveda Burbano, foi convidado a abandonar o Equador, o que fará hoje, o jornalista da U. P. I. Peter Van Bennekom

Espectáculos

Madeira e Açores votarão

"Uma Canção para a Europa"

Os telespectadores da Madeira e dos Açores terão novas condições para votar na canção que a RTP apresentará ao Concurso da Eurovisão-76, sob a designação de «Uma canção para a Europa» — de acordo com alteração introduzida no regulamento já divulgado.

Assim, um aditamento modifica a redacção do parágrafo 5.º do artigo XX, sobre a entrega de boletins. Enquanto para o público do continente a entrega deverá fazer-se até às 24 horas do dia 28 de Fevereiro, nos apartados 3011 e 3088 de Lisboa, os residentes nas ilhas poderão entregar os boletins nos centros emissores da Madeira e dos Açores, até essa data-limite.

Entretanto, o prazo para en-

trega dos originais termina no dia 19 próximo. Como se sabe, os autores das canções concorrerão sob pseudónimo.

COMO É QUE O PÚBLICO VOTA

O regulamento de «Uma canção para a Europa» prevê, no capítulo da classificação, boletins de voto, e escrutínio, que a participação do público será feita nos seguintes moldes:

A classificação das canções será efectuada por votação pública, expressa através de boletins publicados na imprensa portuguesa, durante o período de oito dias que antecede a primeira transmissão.

O modelo do boletim de voto será fornecido pela RTP, à Imprensa, nos quinze dias que antecedem a respectiva publicação, a qual deverá respeitar as dimensões do formato original.

O público votante indicará, no boletim publicado a canção que escolhe para representar a RTP no Concurso Eurovisão da Canção de 1976.

Os boletins conterão os nomes das canções e o respectivo número de ordem de exibição no Programa de 22 ou 23 de Fevereiro, e um local próprio para que, com uma cruz, os votantes indiquem a canção que entendem deve representar a RTP no Concurso da UER.

Os boletins de voto depois

de recortados pela linha de contorno serão colocados em postais, modelo normal dos C. T. P., na face lisa após o que devem ser remetidos, por via postal, para os apartados 3011 e 3088 de Lisboa.

Só serão considerados para efeitos de votação os boletins que derem entrada nos apartados referidos no número anterior e nos centros emissores da Madeira e dos Açores, até às 24 horas do dia 28 de Fevereiro de 1976, e destes, só aqueles que tenham indicado apenas uma canção.

Os boletins recebidos que não estejam de acordo com o estabelecido neste Regulamento, bem como os que estiverem incorrectamente preenchidos, rasurados, emendados, ou que não tenham carimbo dos C. T. P. serão considerados nulos.

O escrutínio será efectuado pelos Serviços da R. T. P. até ao dia 3 de Março de 1976, sendo dado conhecimento público do resultado na segunda transmissão das canções em concurso, fazendo-se então a sua apresentação pela ordem inversa da classificação obtida pelo número de votos.

Durante os noventa dias seguintes ao termo do escrutínio, a R. T. P. conservará os boletins de voto para eventual verificação dos resultados, por parte dos autores e compositores concorrentes, os quais suportarão as despesas da verificação.

"A Comuna" apresenta

"Fogo" ainda este mês

O grupo «A Comuna» (teatro de pesquisa) apresenta em Lisboa o seu último espectáculo, «Fogo», a partir do dia 21, no seu Centro Cultural.

Aquele grupo teatral regressou recentemente de Itália, onde apresentou os espectáculos «A Ceia» e «Bão», a convite

do Teatro Regional Toscano e de várias comunas regionais italianas, em fábricas e escolas de Toscano e do Piemonte.

O último trabalho do grupo «Fogo», é como os anteriores e a encenação de um texto colectivo.

Polémica Porto-Caeiro

Artur Ramos defende-se

Intitulado «Artur Ramos defende-se de Igrejas Caeiro», e sobre a troca de textos entre o ex-director do Teatro Maria Matos e Carlos Porto, crítico do «Diário de Lisboa», recebemos do primeiro dos mencionados homens de teatro a seguinte peça de intervenção:

Carlos Porto entende que Igrejas Caeiro não tem qualidades para dirigir um teatro — e diz porquê. Está no seu direito.

Igrejas Caeiro não gosta e ataca — como pode — Carlos Porto. Está também, digamos, no seu direito.

Mas já não o estará, decerto, ao pôr-me a mim em causa, por várias vezes e por várias razões.

É geralmente sabido que eu estou incluído no grupo dos 34 trabalhadores suspensos da RTP — suspensos depois de um «inquérito preliminar» de puro cariz pidesco e alvos da absurda (mas perigosa) acusação de eventual participação no pretensão «golpe» de 25 de Novembro.

Não me passaria pela cabeça contar com a solidariedade de Igrejas Caeiro, deputado de um Partido (o Socialista) que aparece, por enquanto, como o grande beneficiário das manobras que, antes e depois do 25 de Novembro, têm conseguido travar o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril vigorosamente impulsionado no rescaldo do 11 de Março.

Mas pensava eu que qualquer pessoa sujeita a uma acusação destas, numa altura destas, poderia julgar-se ao abrigo de ataques públicos por parte de pessoas minimamente decentes. Enganei-me — ou talvez não.

E aqui estou, por isso, a defender-me dos ataques públicos de Igrejas Caeiro. A continuar uma luta que não é, felizmente, só minha. Vejamos então:

1. Diz ele: «E se alguém (...) vai apurar os resultados da gestão cultural e financeira dos últimos anos do Maria Matos? Quanto custou? Qual é o seu défice? Quantas sessões realizadas, quantos dias de encerramento e porquê? Quem frequentou o Teatro? Que tipo de acções foram empreendidas para servir as classes mais desfavorecidas? (...)».

A questão das relações (díficeis) entre a RTP e a Companhia de Teatro Maria Matos (que existe desde Novembro de 1973) não se pode explicar em poucas palavras. Qual era a ideia original, quais foram as obstruções, o que isso custou à RTP (e, logo, ao público) — são histórias compridas que um dia serão (talvez aqui) devidamente desdobinadas.

Mas, já agora, sempre direi o que, de positivo, se conseguiu fazer (questão que, curiosamente, parece não interessar a Igrejas Caeiro).

Estrearam-se, em 2 anos, 6 espectáculos. E preparou-se um outro — «Pigmaleão», de Bernard Shaw — que a companhia decidiu não estreiar em Maio de 1974. Foram eles:

- «Platonov», de Chekov.
- «Morte de um Caixeiro Viajante», de Arthur Miller.
- «Português, Escritor, 45 anos de idade», de Bernardo Santareno.
- «Seara de Vento», de Manuel da Fonseca.
- «Legenda do Cidadão Miguel Lino», de Miguel Franco.
- «Schweik na II Guerra Mundial», de Bertold Brecht.

Estas peças estiveram, um mínimo de 2 meses em cena

(«Português, Escritor», 5 meses, «Seara de Vento», 4 meses) e — com excepção, por enquanto, do «Schweik» — foram gravadas e incluídas na programação da RTP e mostradas, assim, aos 3 milhões de espectadores que se calcula tenham os programas de teatro. Houve períodos de paralisação, sim senhor: um provocado pela decisão de substituir «Pigmaleão» pela peça de Santareno e outros dois pela ocupação do Teatro Maria Matos com os Festivais da Canção de 1974 e 1975.

Três espectáculos por ano é uma média superior à de qualquer outra companhia portuguesa actual. E que das 6 peças apresentadas, 3 sejam de autores portugueses antifascistas e as outras 3 sejam «clássicos» do teatro mundial — tudo isto me parece uma forte razão de orgulho para a companhia, na qual, naturalmente, me incluo. Oxalá o futuro — comigo ou sem mim — possa manter-se à altura deste passado recente.

2. Diz Caeiro: «... para conservar todos os lugares de chefia de que está suspenso o seu amigo» (ou seja, eu, Artur Ramos).

Sou (por enquanto ainda sou) Director da Companhia do Teatro Maria Matos desde a sua fundação, em Novembro de 1973. Ganho nesse cargo 6 contos por mês. A partir de 2 de Maio de 1974 passei a fazer parte da Comissão Directiva da Direcção de Programas da RTP. A Comissão Militar que então dirigia a Empresa decidiu — com o meu inteiro acordo — que o meu ordenado, igual ao dos outros membros da Comissão, incluiria o do Teatro Maria Matos. Quer dizer, recebia da RTP propriamente dita menos 6 contos que os meus colegas, dinheiro esse que ia buscar, como até ali, ao Teatro Maria Matos. Ou, pondo as coisas doutro modo: a Direcção da Companhia do T.M.M. passava a fazer parte das minhas atribuições e não recebia mais dinheiro por isso.

A nomeação do então major Ramalho Eanes, em Agosto de 1974, para Director de Programas não alterou esta situação.

Eu passei a ocupar-me exclusivamente dos Programas de Teatro e, por inerência, da Direcção da Companhia do T.M.M. E assim continuei até 2 de Dezembro passado.

É este «todos os lugares de chefia» de que estou suspenso. Se o meu singular não concorda com o plural de Caeiro, a culpa não é minha; é da verdade.

3. Caeiro: «... estratégia para dessolidarizar do golpe de 25/XI figuras gradas do partido» (falava de mim, imaginem!). E ainda: «em defesa de posições que estão a ser alvo de inquérito quanto a possíveis actividades contra-revolucionárias no 25 de Novembro».

Isto, para já, é ridículo. Nunca fui figura grada nem dentro nem fora do meu Partido. As figuras gradas do meu Partido são outras, Igrejas Caeiro. Mas não lhes farei a injúria de lhes pôr aqui o nome ao lado do seu. Há distâncias que é preciso manter.

E não é só ridículo — é reles. Não vejo realmente outra palavra para classificar o comportamento de quem colabora na perseguição a um antigo companheiro de trabalho, ameaçado de ser pela 2.ª vez afastado do exercício da sua profissão. (É verdade: já fui despedido da Televisão em 1973. Correia de Oliveira, então braço direito de Salazar, explicou-me triamente que eu ia para a rua em virtude de informações cuja origem não podia revelar mas que me davam como adversário do regime. «O Governo, disse-me ele, não pode permitir-se manter adversários seus num órgão como a Televisão».)

Chamaram-me ingénuo quando, há dias, declarei publicamente não acreditar que Igrejas Caeiro estivesse já a manobrar para ir «ocupar» o Maria Matos. Mas hoje, em face das acusações descabidas que me faz, reconheço parecer provado que ele procura, pelo menos, colaborar activamente no meu afastamento.

É muito natural que o consiga; a conjuntura é favorável aos oportunistas.

Mas também os desmascara. Valha-nos, por enquanto, isso.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA

INDÚSTRIA DE LANIFÍCIOS DOS

DISTRITOS DA GUARDA E VISEU

GOUVEIA

CONVOCATÓRIA

Circular n.º 2/9/76

Convocam-se todos os sócios deste Sindicato para uma Reunião Geral a realizar no próximo dia 17 do corrente (sábado) pelas 15 horas, no Salão do Rancho Folclórico desta vila, com ponto único na ordem de trabalhos:

— Balanço dos três meses da actividade da Direcção Sindical e prepectivas sindicais para o ano de 76.

Gouveia, 9/1/76

PEL' A DIRECÇÃO

MARIA VITÓRIA **TODOS OS DIAS**
Às 20.30 e 22.45

Não aconselhável **FORÇA,**
a menores **FORÇA,**
de 18 anos **CAMARADA ZÉ!**

O espectáculo mais discutido do momento constantemente interrompido com aplausos!



Salvador, em «A Batalha da Produção»

Salvador • Florbela Henrique Santana

Vitor Mendes
Carlos Gonçalves

Atracção:
Cidália Moreira

LOURDES LIMA * DANIEL GARCIA * ODETE ANTUNES * NELA DUARTE * IGOR SAMPAIO * AIDA GOUVEIA à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

AOS DOMINGOS E FERIADOS «MATINEE» ÀS 16 HORAS
As 2.ªs-feiras: Descanso da Companhia

Teatro Maria Matos A RTP APRESENTA

«SCHWEIK NA II GUERRA MUNDIAL» de Bertolt Brecht

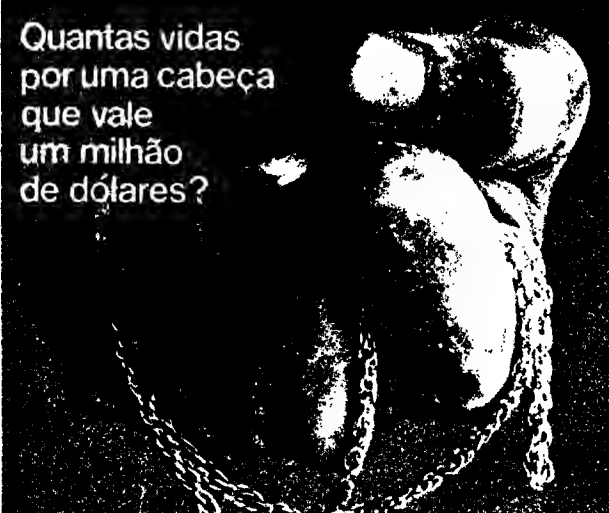
com **RAUL SOLNADO** no protagonista

Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinees», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia

Bilheteira Tel.: 897017
A.B.E.P. Tel.: 328823

Não aconselhável a menores de 13 anos

Quantas vidas por uma cabeça que vale um milhão de dólares?



UM FILME DE SAM PECKINPAH

TRACAM-ME A CABEÇA DE ALFREDO GARCIA

COM WARREN OATES • ISOLA VEGA
"BRING ME THE HEAD OF ALFREDO GARCIA"

SÃO JORGE HOJE, AS 21.15 **United Artists**
ESTREIA

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS • COLORIDO

Canal da Crítica

CARTA A MARIA SOLDATÓVA

Querida Maria

Estou a ver, não mais deixarei de ver a tua figurinha, o teu corpo frágil onde se alberga uma vontade de ferro. Estou a ver o teu sorriso, como se uma flor te nascesse nos lábios — uma flor tranquila, certa da sua razão. Estou a ver os teus braços abertos para o português que de súbito te aparecia nesse fim de tarde que principiava a carregar-se de cinzento, indício de que a neve não tardaria aí. Estavas à minha espera à porta do Palácio dos Pioneiros, para me acompanhar numa das visitas para mim, mais caras desde que, dias antes, pusera os pés na terra soviética.

Estou a lembrar-te porquê? Imagina uma sala, um armário com livros, dois sofás lado a lado e, à distância de três metros, o televisor. Esta é a minha oficina. Os olhos sem pestanejar no rectângulo de luz, o bloco de capa encarnada onde rabisco as notas sem tirar os olhos do alvo — e depois um ducho, um assentar de ideias, um esforço para tentar perceber alguma coisa do país que me chega através da televisão e da televisão que me chega através do país...

Aqui estou a pensar em ti, queria Maria Soldatova, que vi durante uma hora e que não esquecerei durante uma vida. A pensar em ti depois de um serão estranhamente calmo, preenchido com a transmissão dos campeonatos europeus de patinagem artística acontecidos em Genebra. Não que se trate de uma actividade popular no meu país. A actividade mais frequente e conhecida no

SECRETARIA NOTARIAL DE SESIMBRA

Certifico, para efeito de publicação, que por escritura lavrada em 17 de Dezembro de 1975 a fls. 12 e 13 v. do 1.º n.º 8 de notas para Escrituras Diversas do 2.º Cartório desta Secretaria, foi celebrada uma escritura de habilitação de herdeiros por óbito de José António Moreira Parente, falecido no dia dez de Julho de mil novecentos e setenta e três em Pontault, Combaull, Seine et Marne, França, natural da freguesia de Nogueira, concelho de Viana do Castelo, com a última residência habitual em França, no Boulevard Aristide Briand, n.º 178-Montrenil, no estado de casado em únicas núpcias de ambos e sob o regime de comunhão geral com Balbina Maria ou Balbina Maria Parente, viúva, natural da freguesia e concelho de Santiago do Cacém e com residência habitual em Lisboa, na segunda Rua Particular, Vila Maria 4, Calçada da Quintinha.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como único herdeiro digo único e universal herdeiro seu filho legítimo Luís Carlos dos Reis Moreira Parente, natural da freguesia do Socorro, concelho de Lisboa, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria Graciana Reis Soares Parente e com residência habitual na Rua General Humberto Delgado, n.º 10, rés-do-chão, Fogueteiro, freguesia de Amora, concelho do Seixal. Está conforme.

Sesimbra, nove de Janeiro de mil novecentos e setenta e seis.

A 2.ª Ajudante,

(a) Delmina do Carmo Sousa Carvalho

meu país, nestes últimos cinquenta anos foram a fome, o desemprego, a ignorância, a repressão, o desprezo pela pessoa humana. Quanto ao gelo... só o gelo da alma. O locutor português que acompanha a emissão diz a certa altura: *Tenhamos fé que talvez um dia possamos ter um rinque de gelo em Portugal. Talvez já estivéssemos mais longe do que estamos hoje...* Fazem-me bem, Maria Soldatova, fazem-me bem estas demonstrações públicas de optimismo. Mesmo exagerado...

O serão acabou foi um momento de tranquilidade neste campo de desassossego e de inverteza que é o tempo onde moro. A Irina Rodnina e o Alexander tiveram o primeiro lugar, como vem acontecendo há não sei quantos anos, e outro par soviético conseguiu o terceiro lugar.

Vem sendo natural para os portugueses, para os telespectadores de todo o mundo, assistirem a estas vitórias nas mais variadas manifestações artísticas, científicas, desportivas, tecnológicas, onde as mulheres soviéticas desempenham um papel tão importante.

É claro que um artista não nasce do pé para a mão. Mesmo contando com a sua natural aptidão, há que facultar-lhe os meios de aprendizagem e de treino, desde a mais tenra idade. Por muito jeito que tenha um fabiano para a ginástica, por exemplo, nada conseguirá sem as indispensáveis estruturas. Se eu e os meus companheiros de meninice (o Adamastor, o Amadeu, o Mário Sacramento, tantos, tantos, outros...) tivéssemos piscinas ali à mão, nesse lhavo pacato doutros tempos, se calhar viríamos a ser grandes mestres de natação. Mas quê!, só tínhamos a Barquinha, aquele trecho do rio de cujo fundo lodacento alguns companheiros não regressaram mais...

Precisamente aqui, aqui mesmo é que entrou a tua imagem, Maria Soldatova. Foi quando passámos pelas vastas secções onde pioneiros se de-

dicavam à fotografia e ao cinema. Foi quando passámos por onde os pioneiros se entregavam à escultura e à pintura. Foi quando passámos pelas salas onde grupos numerosos de pioneiros praticavam diversas línguas estrangeiras e onde tu me dissesse que já havia pedidos para um curso de português. Foi quando ao fundo do corredor imenso entrámos no curso de *ballet* infantil...

Fiquei à porta para não perturbar. Aliás, as meninas puc ou nada se importavam com a presença do estranho. Perfeitamente desinibidas, prosseguiram nos seus esquemas, nas suas histórias mimadas, repetiam tantas vezes quantas as necessárias para que o gesto encontrasse a expressão correcta. Paciência infinita como a daquela professora jamais eu vira. Perdão: não era nada infinita nem paciência: era profissionalismo, era comunismo, era uma atenção feroz a qualquer sinal de beleza que rompesse dos gestos, dos passos.

A professora foi quando jovem Artista Emérita da União Soviética — dissesse, Maria Soldatova enquanto envolvia a mestra num olhar de amizade.

Artista emérita! Abri os olhos de espanto. Artista emérita? A ensinar meninos? Puxa!

Calidamente explicaste que o *ballet* era uma arte muito difícil, muito complexa. Logo quando se começa, tem de se começar bem. Evidentemente, daqueles cursos, totalmente livres, não seriam futuras profissionais todas as meninas.

PREMIADO FILME ANÓNIMO CONTRA O RACISMO

DAKAR, 15 (F.P.) — O grande prémio do Festival Internacional do Filme sobre a Discriminação Racial, organizado à margem da conferência de Dakar sobre a Namíbia foi concedido, na terça-feira, por unanimidade, a «O Último Túmulo de Dimbaza», realização anónima sul-africana.

Grande parte delas praticavam pelo puro prazer de dançar. E acrescentavas que, em todo o caso, o prazer será maior quanto melhor se cumprir uma tarefa. O que se faz, que se faça bem feito.

Sigo deslumbrado os movimentos perfeitos de Irina e Alexander. Estou a vê-los, pioneiros ainda, a cirandar, a voar pelos riques gelados sob o olhar atento de algum patinador emérito. E, numa imagem sobreposta, o teu rosto sereno, Maria Soldatova. É sobre a tua imagem que Irina e Alexander espalham harmonia, atiram a todo o Mundo, a partir de Genebra, a mensagem das crianças felizes de um país onde já é possível a verdadeira felicidade ou seja, a felicidade sem remorso.

Abraço-te muito, Maria Soldatova. E peço-te perdão de ainda não ter dado aos pioneiros da Marinha Grande os recados e os abraços dos teus pioneiros. Um dia destes vou lá de propósito para entregar essas mensagens — já que não me foi possível trazer as prendas que tinhas para eles. E já te posso dizer que eles retribuirão os votos de paz e de felicidade que lhe mandaram os jovens soviéticos.

E dança, Irina, dança a esperança do Mundo. Dança a fraternidade de todos os povos. Dança o auxílio aos povos que lutaram ou lutam pela sua liberdade — Cuba, Vietname, Angola. Dança, Irina, dança a alegria de ser livre.

Dança a alegria de te recordar, Maria Soldatova.

LOUROSA (FEIRA)

EDMUNDO ALVES FERREIRA
AGRADECIMENTO E MISSAS DO 7.º DIA

A FAMÍLIA reconhecida vem agradecer por este ÚNICO MEIO a todas as pessoas que de algum modo lhe manifestaram a sua amizade e estima no doloroso transe por que acaba de passar e participa que serão celebradas missas em sufrágio da sua Alma, amanhã, 6.ª feira:

No Porto — Igreja de Cedofeita, às 12.30 h.

Em Lourosa na Igreja Paroquial, às 17.30 horas e na Capela dos Dez, às 20 h.

Em Mozelos na Igreja Paroquial, às 18.45 h. e no Sábado, em Lisboa, na Capela do Restelo, às 16 h. (Rua Duarte Pacheco Pereira, 30) tornando extensivo o seu agradecimento a todos quantos se dignarem assistir aos pie dosos actos.

Por MÁRIO CASTRIM

Hoje



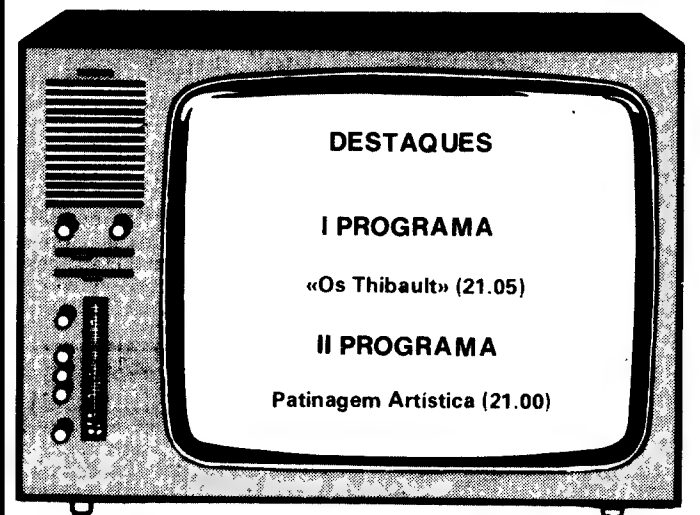
«Os Thibault»

I PROGRAMA

- 19.00 Ver e Pensar — somos livres — 1.ª parte.
19.25 Momento Desportivo
19.55 Com Todas as Letras
20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 «Os Thibault» — série realizada para a televisão francesa, por André Michel e Alain Boudet e inspirada na famosa obra com o mesmo título de Roger Martin du Gard.
22.00 Temas e Problemas — rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Político-Sociais.
22.50 Telejornal — 3.ª edição
23.10 Fecho

II PROGRAMA

- 20.30 Abertura e Da Saúde e da Vida
20.45 Vivendo o futuro
21.00 Eurovisão — Campeonato da Europa de Patinagem Artística. Transmissão directa de Genebra das Provas Exercícios Livres-Masculinos.
23.30 Fecho



DESTAQUES

I PROGRAMA

«Os Thibault» (21.05)

II PROGRAMA

Patinagem Artística (21.00)

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período — 12.45: Abertura e Saber não Faz Mal; 13.00: Stop — programa da Prevenção Rodoviária Portuguesa, por Joaquim Filipe Nogueira; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Largo do Pelourinho — um programa de Isabel da Nóbrega; 14.00: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e da TV; 14.10: Ciclo Preparatório TV — 14.10: Língua Portuguesa (2.º ano); 14.35: Matemática (1.º ano); 15.00: Francês (2.º ano); 15.25: Ciências da Natureza (1.º ano); 15.50: Educação Visual (2.º ano); 17.35: Língua Portuguesa (1.º ano); 18.00: Trabalhos Manuais (2.º ano); 2.º Período — 19.00: Programa produzido pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis; 19.30: «David Copperfield» — série baseada no romance de Charles Dickens. Realização de Joan Graft, com Collette O'Neil, Pat Keen e John Gill — 5.º episódio — 2.ª parte; 19.55: Recital de Piano — por Daniel Arpajou. No programa: O. Brasde, Debussy, Liszt, Fauré e Satie; 20.30: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro; 21.00: Afinal como é?; 21.30: «Eleanor» — série filmada — 1.º episódio; 22.40: Relatório; 23.00: Telejornal — 3.ª edição; 23.20: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Abertura e «David Copperfield»; 21.00: Eurovisão — Campeonato da Europa de Patinagem Artística. Transmissão directa de Genebra da prova de Dança; 23.00: Telejornal; 23.30: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO
E ASTRONAUTA
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e reparação grátis
Telefs. 72 27 86 — 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B Ru' Macau, 8

Desporto

Os sorteios de Zurique

Que sorte para o Benfica?

Que sorte teve o Benfica no sorteio de ontem de Zurique?

A pergunta poderá ser feita e para se achar a resposta ter-se-á de analisar a possibilidade actual de qualquer das turmas que estão ainda presentes na competição. De qualquer maneira, deve-se ter em

consideração o facto do presidente do clube da Luz ter manifestado o desejo da equipa do seu clube defrontar exactamente o Bayern. Este simples facto, poderá ter o seu significado como terá de ser tomado em consideração em qualquer análise que se queira fazer so-

bre a «sorte» que o Benfica teve ou não no sorteio de ontem.

Certo que o Bayern já foi uma grande equipa de futebol e que muitos dos seus jogadores ostentam ainda o título de campeões do mundo; certo, igualmente, que o Benfica parece querer subir novamente os degraus da fama que tão bem conhece. Desta análise simplista, resulta «a priori» uma equivalência de valores que suscita automaticamente um interesse muito grande à volta da eliminatória.

Outro ponto que poderá (deverá) ser tomado em conta: o Bayern não é novidade para os campeões nacionais portugueses, já que as duas turmas se defrontaram em encontro de carácter particular na cidade de Paris, tendo então a vitória sorrindo à equipa do Benfica.

Mas tratava-se de um encontro particular e sabe-se como o Benfica se portou em encontros do mesmo género, quando a equipa era reclamada para exhibições pagas a peso de ouro.

Por tudo isto será realmente difícil fazer uma previsão sobre o desfecho da eliminatória, dando resposta à pergunta inicial. A resposta definitiva, absoluta, apenas poderá ser dada pelos clubes quando se defrontarem no mês de Março: quando o campeonato português estiver a meio da segunda volta, quando os jogadores do Benfica estiverem (calcula-se) no melhor da sua forma.

Mas, nesse mês, estarão igualmente os jogadores do Bayern no seu melhor: se é que se pode «adivinhar» em que mês do ano jogadores como Maier, Beckenbauer e Muller estarão no seu melhor.

De qualquer modo, a equipa alemã (rotulada com o título de campeã da Europa) está recheada de bons (ótimos) elementos, tendo atrás de si um historial bastante de invejar, no tempo presente. Mas o presidente do Benfica, quando soube o resultado do sorteio, sorriu: que ele sabe que todas

as equipas de futebol têm um abaixamento de forma notável depois de grandes conquistas: aconteceu ao Real Madrid e até ao próprio Benfica sem esquecermos o Ajax. E o Bayern de Munique bem poderá ser o próximo cliente para que a tradição se cumpra...

Entretanto, logo após as esferas (ou os tubos) de Zurique terem programado mais uma eliminatória da Taça dos Clubes Campeões Europeus, os presidentes dos dois clubes entabularam conversações, com a ajuda de um empresário que começou por oferecer um clube alemão ao Benfica, para um jogo particular.

Nessas conversações, ficou assente que cada clube pagará a estadia ao seu adversário quando este for visitante, o que significa que vai ser cumprido o determinado pelo Governo português: não vão sair divisas de Portugal, já que o Benfica nada pagará para estar três dias em Munique. De igual modo se estabeleceu que o Benfica jogará todo de branco na Alemanha, para facilitar a transmissão pela televisão, o que foi desde logo considerado como possível. No entanto, no caso do jogo da Luz (o primeiro a ser cumprido) o dr. Borges Coutinho admitiu que a transmissão apenas se processasse para o estrangeiro.

Os alemães querem ficar em Lisboa no melhor hotel exigindo o presidente do Bayern um autocarro para a equipa e um automóvel para si e sua esposa. O presidente do Benfica dispensou-se da cedência do automóvel em terras alemãs: viajará sempre no autocarro da equipa.

O jogo na Luz será às 21 e 30 horas enquanto o de Munique principiará às 20 horas. O treinador da equipa alemã virá diversas vezes a Lisboa (ou outros locais) para espiar o Benfica, o mesmo acontecendo a Mário Wilson ou Fernando Cabrita em relação ao Bayern.

Datas dos jogos: 3 e 17 de Março.



Mendes e Agostinho já em Espanha

Rivais durante muitos anos e muitas provas, Joaquim Agostinho e Fernando Mendes estão (finalmente) lado a lado: ontem mesmo partiram para Espanha, onde irão envergar a mesma camisola (Teka). Tanto um como outro confessaram que estão ligeiramente atrasados na preparação, sendo visível (até na foto) que Fernando Mendes está mais gordo. Mas isso não preocupa os ciclistas portugueses que estão já indicados para correrem o «Tour» e a «Vuelta». Quanto ao «Giro» o mais provável é... ficarem em terras de Espanha

RTP: a inclita

A RTP gosta. A RTP transmite. A RTP insiste.

Estaria no pleníssimo direito se, por acaso, o dinheiro que sustenta a sua estrutura (a sua orgânica funcionalista) não saísse dos bolsos de todos nós. Os que pagam: não os que (apenas) recebem.

Gosta, transmite e insiste: esqui e rãguebi (por exemplo), até dar por um pau. Em dosses consistentes. Latifundiárias. Maciças. De criar bicho.

Evidentemente que o faz exclusivamente para umas centenas de entusiastas, para devaneio de namorados em tarde de sábado, para um puro prazer do viajante indigitado aos lugares das «grandes compitas». O resto dos telespectadores, a muralha quase total, fica-se, embasbacada e atônita, sem perceber a razão da escolha de tão aliciantes programas: como os que, normalmente, são idealizados pelos seráficos manda-rubricas do vale televisivo.

Vá lá (dizem-me aqui ao pé) que podia ser pior. Imagine-se outro caso: que lhes dava para amandar até aos vídeos com basebol. Ou luta japonesa. Ou então, tiro ao arco nos antípodas ou pesca à lula pelos ex-parceiros de Franco, na Galiza. Lá tínhamos de exportar hóquei patinado, sueca ou bisca lambida. Único modo de equilibrar as divisas. Melhor: em lugar disso ainda ganharmos para o petróleo. Sem necessidade de esporlecas: antes recolhendo-as, embora com prejuízo de quem deixaria de ir ver, só numa terra, o torneio que corre em cinco nações. Em suma: era uma mina. Ainda maior que a actual.

N. de S.

Disciplina federativa

O Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol analisou, na sua reunião de ontem, os «casos» disciplinares surgidos no último fim-de-semana e teve mão pesada para um clube do Norte: o Leixões, que viu jogador sénior castigado com uma repreensão por escrito e vários juniores castigados com alguns jogos de suspensão. Assim, o sénior Ramalho sofreu uma repreensão por escrito, enquanto Pinto (6 jogos), Pereira (5 jogos), Barbosa (3 jogos) e Ribeiro (2 jogos) vão ficar nas bancadas durante algumas jornadas. No que diz respeito à 1.ª divisão, também Vagner, do Vitória de Setúbal, sofreu repreensão por escrito.

Vários clubes foram igualmente castigados: União de Lamas (multa de 2000\$00), Sporting de Espinho (1000\$00), Gil Vicente e Varzim (500\$00); um dirigente (Jorge Castro Martins, do Águeda) foi castigado com um mês de suspensão; um treinador (Luís Amaro Agreja Nunes, do Nacional) foi multado com 500\$00 e 10 dias de suspensão.

A lista dos jogadores castigados (da 2.ª e 3.ª divisões, bem como juniores) é bastante longa, tendo havido mão pesada para os casos mais graves: três jogos para Elias, do União de Lamas, seis jogos para Almeida, do União S. C., além dos juniores do Leixões já referidos.

Portugal

Disputaram-se ontem à noite alguns jogos em atraso de provas da Associação de Futebol de Lisboa: Eis os resultados: Odivelas, 2-Loures, 1; Estoril Praia, 2-Pero Pinheiro, 0; Po-

voense, 7-Juventude Castanheira, 1; 1.º de Junho, 2-Fonte-Santense, 1.

Resultados dos jogos de pingue-pongue ontem realizados a contar para a quinta jornada do Campeonato de Lisboa: Sporting, 2 - Palmeiras 8; Casa Pia, 8 - Benfica, 2; Academia 1.º de Setembro, 1 - Belenenses, 9; S. L. e Águias, 7-Operário, 2 e Centro Católico, 1-Académica da Amadora, 8. Na classificação o Palmeiras é o primeiro com 15 pontos, o segundo é o Belenenses com 13 e o terceiro o Operário com 11. O último é o Benfica e a Academia apenas com 5 pontos cada.

CURSOS

- DACTILOGRAFIA
- MECANOGRAFIA

Perfuração/Verificação
Sistemas: IBM e UNIVAC
Início dos cursos: 23 Janeiro
Informações e Matrículas no
EXTERNATO CONTINENTAL
Telef. 32 56 52
Rua do Arsenal, 100 - 1.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 20, DE 18 DE JANEIRO DE 1976

O Algarve — 121 x12 x11 2x1x; Boa Nova — 121 112 2xx 2212; Cavalgada do Ritmo — 1x1 112 211 221x; O Distrito

de Setúbal — 121 11x 2x1 11x1; Rádio Totobola — 1x1 112 22x xx1x; Correio dos Açores — 121 112 2x1 12x2;

Correio de Coimbra — 1x1 112 211 x1x2; Correio do Vouga — 1x1 11x 211 1111; A Defesa — 1x1 122 x1x 1222; Diário de

*Coimbra — 1x1 112 21x x112; Diário de Lisboa — 1x1 112 22x x212; Ecos de Cacia — 1x1 112 111 x112; Estrela da Manhã — 1x1 112 2x1 xx1x; Eu Sei Tudo — 121 11x 211 2211; Folha do Domingo — 1x1 x12 211 1xxx; Gazeta das Caldas — 121 112 2x1 221x; Jornal da Beira — 1x1 112 211 x212; O Jornal de Felgueiras — 111 112 2x1 121x; O Jornal da Lixa — 1x1 112 2x1 1x1x; Jornal de Sintra — 121 112 xx1 x2x2; O Mensageiro — 111 1x2 2xx 1211; Linhas de Elvas — 121 112 2xx x11x; Litoral de Elvas — 121 112 2xx x11x; Litoral — 111 11x 211 1x1x; Manchete Desportiva — 111 111 111 1111; Maria da Fonte — 121 112 2x2 xx12; Mundo Desportivo — 121 112 211 x112; O Norte Desportivo — 1x1 112 2xx x212; Notícias de Chaves — 1x1 112 2x1 xx22; Notícias do Douro — 111 112 2x1 1x1x; Notícias de Évora — 1x1 112

2x1 xx1x; Alvo Desportivo — 111 112 21x xxxx; Auto Rádio — 111 111 xx1 1xx2; Boletim Desportivo — 121 222 212 1122; O Comércio do Porto — 111 112 xx1 1112; Estúdio 64 — 121 112 2x1 11xx; Miscelânea Musical — 121 xx1 2xx 1112; Montra do Éxito — 121 112 211 1111; Música e Desporto — 2xx x22 2x1 11xx; Placard Desportivo — 1x1 11x 221 1222; O Primeiro de Janeiro — 121 112 2x1 x21x; Programa da Manhã — 12x x12 2x1 212x; Rádio Alvo — 111 x1x x11 21x2; Panorama — 1x1 111 x21 122x; Rádio Placard — 111 111 111 1111; Rádio Sports — 111 112 111 1112; Só Rádio — 12x x12 211 xx11; Notícias de Felgueiras — 1x1 1x2 2xx x1x2; Notícias de Gouveia — 1x1 112 x21 2212; Notícias de Guimarães — 111 112 2x1 x2x2; Penalti — 111 112 211 1212; Presença Coimbrã — 121 112 2xx x212; Rádio Altitude — 1x1 112

x11 x1x2; Reconquista — 111 111 2x1 xx12; Encontro Musical — 121 112 xx1 x111; A Voz das Beiras — 1x1 112 2x1 xx12; A Voz do Domingo — 1x1 11x 2x1 1x1x; Voz de Lamego — 1x1 112 22x 22xx; Clube do Ar — 121 112 221 2x1x; O Comércio de Leixões — 121 112 2x1 2x1x; Às 10 espere por nós — 121 xx1 x21 2x1x; Diário do Porto — 1x1 11x,xx1 x1x2; Dos fracos não reza a história — 111 22x 1xx 12x2; Jornal da Graça — 111 111 111 1111; Programa Sem Nome — 1x1 x12 22x 2x1x; Quadrante Desportivo — 121 112 2x1 x21x; Quadrante Norte — 111 112 x2x 2111; Repórter do Dia — 121 112 2x1 x112; Resenha Desportiva — 111 1x2 111 1x11; Ritmo e Amizade — 111 x12 22x xx12; A Voz dos Rídiculos — 1x1 112 211 x111; A Voz da Casa Pia — 1x1 112 2x1 221x.

	R E S U M O			B O L A S (a)		
	1	X	2	1	X	2
1. PORTO-ACADÉMICO	70	1	0	11	1	1
2. SETÚBAL-BELENENSES	19	27	25	3	5	4
3. GUIMARAES-FARENSE	68	3	0	11	1	1
4. ESTORIL-BRAGA	59	10	2	10	1	1
5. ATLÉTICO-CUF	62	5	4	10	1	1
6. BEIRA MAR-SPORTING	8	9	54	1	1	10
7. PAREDES-VARZIM	7	13	51	1	2	9
8. UNIAO LAMAS-CHAVES	25	34	12	4	6	2
9. FEIRENSE-GIL VICENTE	52	17	2	9	2	1
10. TORRIENSE-CALDAS	25	30	16	4	6	2
11. U.LEIRIA-PORTIMENSE	27	22	22	4	4	4
12. JUVENTUDE-OLHANENSE	49	16	6	8	3	1
13. U.SANTARÉM-BARREIRENSE	13	26	32	2	4	6

a) Nos termos do Art.º 102.º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:
1X1 112 2X1 X112

CONDIÇÕES POSTAS À REFORMA AGRÁRIA

Continuação da pág. 11

mentos realizados após a promulgação do Decreto-Lei 406-A/75.

2.3 Rever os condicionalismos impostos à aplicação do direito de reserva e sua regulamentação.

2.1 Definição da área mínima não expropriável

O sistema criado pelo Decreto-Lei 406-A/75 para fixação dos limites a partir dos quais é determinada a expropriação das propriedades rústicas, baseado no rendimento líquido cadastral e tomando-se como padrão o rendimento equivalente a «50 hectares de terras médias de regadio», constitui sem dúvida um critério susceptível de evitar distorções graves no tratamento das diferentes situações decorrentes da diversidade de condições ecológicas e tipos de aproveitamento. Não obstante, a sua aplicação pode quando não condicionada por dispositivo legal adequado e deixada ao critério descritivo dos Centros Regionais da Reforma Agrária, conduzir a situações de manifesta injustiça. Na verdade a aplicação *strictu sensu* do critério «rendimento» pode levar para determinado tipo de aproveitamento à fixação de áreas manifestamente insuficientes para o estabelecimento de unidades de produção susceptíveis de um aproveitamento minimamente racional.

Considera-se por isso que importa fixar um limite mínimo de área abaixo do qual não se procederá à expropriação. Trata-se na prática de conjugar dois critérios, o «critério rendimento» e o «critério área».

Tomando-se como ponto de partida o padrão que serviu de base ao cálculo da pontuação estabelecida no Decreto-Lei 406-A/75, verifica-se que se os 50 000 pontos correspondem ao rendimento líquido cadastral de 50 hectares de «terra média de regadio» — considerada a média dos rendimentos líquidos cadastrais das terras de regadio —, para as terras de regadio de mais elevada potencialidade os 50 000 pontos atingem-se para uma área de cerca de 30 hectares. Parece portanto dever ser esta a área mínima a fixar para o limite de intervenção, não sendo expropriáveis, em qualquer caso, independentemente da área ou da pontuação os produtores autónomos.

2.2 Garantias quanto ao investimento futuro

O critério estabelecido para determinação dos limites a partir dos quais pode funcionar o mecanismo de expropriação, baseado como se referiu no «rendimentoliquidoliquidocadastral», aliado ao facto de alei não estabelecer quaisquer regras quanto à sua aplicação futura em relação às propriedades que à data da promulgação da lei não atingiam os 50 000 pontos, ou das propriedades que venham a constituir-se por aplicação do direito de reserva, e que poderão, umas e outras, através de uma alteração na forma de aproveitamento ver aumentado o seu rendimento fundiário, cria uma situação grave, inibidora de quaisquer esforços de fomento da produção.

Entende-se por isso necessário garantir, através do dispositivo legal apropriado que não serão tidos em conta no cálculo da pontuação os investimentos realizados após a promulgação do Decreto-Lei 406-A/75.

2.3 Revisão dos condicionalismos impostos à aplicação do direito de reserva e sua regulamentação

A aplicação imediata do direito de reserva surge, neste

momento como um dos factores que maior importância podem revestir no sentido de tranquilizar os médios e pequenos agricultores e capaz de, obviando a situações difíceis criadas pelo processo de expropriação, desmobilizar muitos dos ataques que vêm sendo lançados contra a reforma agrária e aos quais a opinião pública é particularmente sensível.

Entende-se, contudo, que na sua aplicação deverão ser revistos os condicionalismos a que o mesmo se encontra sujeito, estabelecendo-se um mínimo de regras a que essa aplicação deverá obedecer, designadamente, quanto à localização das «reservas» e aos prazos para o seu requerimento.

2.3.1 Limitações ao direito de reserva

O Decreto-Lei 406-A/75 prevê que, satisfeitas determinadas condições, os proprietários expropriados poderão requerer o benefício do direito de reserva de uma área equivalente a 50 000 pontos.

Tais condições que devem ser preenchidas cumulativamente pelos proprietários são as que a seguir se recordam:

a) Explore o directamente a terra de que são proprietários.

b) Retirem exclusiva ou predominantemente da exploração agrícola os seus meios de subsistência e de sua família.

c) Não tenham já exercido o direito de reserva previsto em qualquer outro diploma legal.

O estabelecimento de tais condições encontra a sua justificação em duas ordens de razões:

— Contribuir para a supressão do absentismo na medida em que condiciona o direito de reserva à exploração directa da terra;

— Não retirar àqueles que encontram o seu sustento principal na actividade agrícola os meios de sobrevivência.

Tais razões em si mesmas — dificilmente contestáveis quando apreciadas no domínio dos princípios, não podem contudo ser encaradas fora da realidade social em que necessariamente se vão inserir, como não pode ser esquecido que no âmbito do Decreto-Lei 406-A/75 conduzem a tratamentos diferenciados em relação a duas categorias de proprietários (os proprietários com mais de 50 000 pontos e os proprietários com menos de 50 000 pontos) sem ter em conta as consequências reais, nem o significado que finalmente em termos de rendimento possa ter para uns e para outros a detenção de uma área de 50 000 pontos. Com efeito do Decreto-Lei n.º 406-A/75 permite o absentismo para os proprietários com área igual ou inferior a 50 000 pontos (que não são consequentemente objecto de expropriação) mas não o permite em relação àqueles que queiram exercer o direito de reserva. Ao mesmo tempo consente aos primeiros o direito de propriedade independentemente do que para eles isso significasse em termos de rendimento, condicionando-o no caso dos segundos à importância de que se revista para a sua subsistência.

Está-se assim perante critérios dispareques que podem conduzir a situações de flagrante injustiça relativa. A uniformização de tratamento pode ser feita, obviamente, de dois modos: ou generalizando-se os condicionalismos impostos ao direito de reserva aplicando-os à expropriação de proprietários detentores de áreas inferiores a 50 000 pontos ou liber-



tando-se o direito de reserva desse condicionalismo. Na escolha de um ou outro critério há que ter em conta a orientação que se defina em matéria de indemnizações e a situação política, económica e social.

Admitindo o princípio da indemnização parece lógico e aconselhável ligá-lo ao uso do direito de reserva, o que permitirá reduzir os encargos a suportar pelo Estado nesta matéria. Por outro lado no actual clima político e social o alargamento do direito de reserva pode constituir um factor de estabilização que sem pôr em causa, no fundamental, a reforma agrária contribuirá para desarmar as forças que se lhe pretendem opor.

Entende-se por isso que o direito de reserva poderá ser requerido por qualquer proprietário ficando sujeito a uma única limitação: quando o proprietário não explore directamente a área que lhe venha a ser atribuída pelo exercício do direito de reserva as cooperativas — sejam cooperativas de trabalhadores rurais ou pequenos agricultores — terão o direito de preferência no arrendamento dessas áreas.

2.3.2 Localização das áreas reservadas

O Decreto-Lei 406-A/75 é omissivo quanto aos critérios a respeitar na escolha do local onde deverá ser exercido o direito de reserva impondo-se definir uma orientação clara nesta matéria por forma a que os diferentes Centros Regionais de Reforma Agrária possam uniformizar a sua actuação. Nesse sentido deverão fixar-se desde já as seguintes regras:

a) Na atribuição do direito de reserva deverão respeitar-se as unidades de produção já constituídas.

b) Quando o proprietário expropriado seja detentor de mais de uma propriedade o direito de reserva deverá ser exercido, na medida em que tal não colida com o princípio enunciado na alínea anterior em relação a uma dessas propriedades.

c) Quando não seja possível respeitar o disposto na alínea anterior o direito de reserva

deverá ser concedido tão próximo quanto possível das áreas expropriadas, salvo acordo em contrário.

2.3.3 Prazo para requerimento do direito de reserva

O Decreto-Lei 406-A/75 determina que o proprietário deverá requerer o direito de reserva no prazo de 15 dias a contar da data em que haja sido notificado da expropriação.

Dada a forma como tem vindo a decorrer o processo de reforma agrária considera-se justificada a revisão desta disposição estabelecendo-se novo prazo para que os proprietários possam requerer a aplicação do direito de reserva.

3. Promulgação de legislação complementar

Entre a legislação complementar do Decreto-Lei 406-A/75 cuja promulgação se considera urgente pelas razões anteriormente expostas assume particular acuidade a que se refere aos seguintes problemas:

- indemnizações;
- estatuto das terras expropriadas;
- estatuto das novas unidades de produção.

3.1 Indemnizações

O Decreto-Lei 406-A/75 reconheceu o direito a indemnização para os proprietários atingidos pelas medidas de expropriação remetendo para legislação futura (e que deveria de acordo com aquele decreto ter sido já promulgada) as regras a utilizar na fixação dessas indemnizações.

Entende-se que, como ficou dito, o Governo não pode protelar por mais tempo sob pena de agravar o clima social uma definição clara de posição que pretende tomar nesta matéria.

Independentemente de quaisquer discussões de princípio não se vê que nas condições actuais seja possível pôr em causa o direito à indemnização importando sim estabelecer os critérios a que o mesmo deverá sujeitar-se.

Pelas implicações políticas diversas de que se revestem as expropriações atingindo proprietários de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira, admite-se que se preveja um tratamento diferente para os dois casos.

No que toca ao primeiro grupo de proprietários fixar-se-ia desde já o princípio de que o pagamento das indemnizações será exclusivamente feito em títulos do Estado, distinguindo-se o pagamento de indemnizações pela expropriação da terra e o pagamento por investimentos nela efectuados.

Na indemnização por investimentos ter-se-á em conta:

— Os eventuais débitos a organismos de crédito (banca ou entidades estatais) que deverão ser descontados no montante que sirva de base às indemnizações;

— O capital a indemnizar será o correspondente ao capital actualizado calculado a partir da actualização das mais-valias previstas até ao final da vida útil dos investimentos considerados.

Nas indemnizações devidas pela expropriação da terra não poderão ser tidas em conta as mais-valias resultantes de melhoramentos ou benfeitorias realizadas pelo Estado, nomeadamente as mais-valias decorrentes das obras de rega.

3.2 Estatuto das terras expropriadas

Deverá a breve prazo ser definido o estatuto jurídico das terras que sejam objecto de expropriação definindo-se desde já os seguintes princípios:

a) As terras expropriadas passarão a fazer parte do património nacional tendo as unidades que nelas se instalem apenas o direito ao seu uso;

b) As unidades de produção que venham a instalar-se nas terras expropriadas património da colectividade ou os agricultores que venham a usufruir delas serão, independentemente de outras formas de tributação que venham a ser estabelecidas, tributadas por um imposto fundiário equivalente a uma renda e que terá como objectivo entre outros, corrigir as rendas diferenciais.

3.3 Estatuto de novas unidades de produção e princípios gerais a respeitar na atribuição das terras expropriadas

O respeito pela vontade dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores deve constituir o princípio básico orientador da forma de atribuição das terras expropriadas e da definição do estatuto das novas unidades de produção.

Neste quadro competirá ao Estado e designadamente ao Ministério da Agricultura e Pescas garantir a livre expressão daquela vontade, assegurando que não serão exercidas quaisquer formas de pressão, políticas ou outras, no sentido de impor determinadas soluções.

Mas, se deve caber em última instância aos interessados — trabalhadores rurais e pequenos agricultores — a escolha do estatuto das novas unidades de produção, importa que o MAP defina qual a sua orientação por forma a que lhes possa prestar o necessário apoio e assistência. Neste sentido considera-se que devem respeitar-se os seguintes princípios orientadores fundamentais:

a) Larga autonomia das unidades de produção evitando-se as unidades de tipo estatal que deverão constituir-se apenas

como excepção e fomentando-se as unidades geridas pelos próprios associados.

b) Dimensionamento das novas unidades tendo-se em conta as necessidades de uma gestão técnica e económica equilibrada.

c) Respeito pela vontade dos pequenos agricultores — proprietários, seareiros ou rendeiros — que pretendam ver, através da Reforma Agrária, alargada a área das suas explorações.

Paralelamente à definição do Estatuto das novas unidades de produção há que definir desde já regras precisas para o seu reconhecimento mesmo que a título transitório.

O Decreto-Lei 406-A/75 estabeleceu um certo número de princípios que contudo não têm vindo na prática a ser respeitados pelo que haverá que sujeitar, não só as novas unidades a reconhecer como as unidades de produção já reconhecidas (estas num prazo razoável) ao preenchimento dos requisitos que agora se fixam como indispensáveis. O preenchimento destes requisitos em relação às unidades já reconhecidas terá como objectivo o estudo da sua reorganização.

Assim os Centros Regionais da Reforma Agrária deverão exigir, para reconhecimento das unidades colectivas de produção, os seguintes requisitos:

A — Requerimento a pedir o reconhecimento dirigido ao ministro da Agricultura e Pescas.

B — Acta da reunião dos interessados, de que conste:

a) A identificação da unidade colectiva de produção, através da sua designação, sede social e situação dos prédios ou baldios objecto da exploração;

b) A identificação de todos os interessados, com indicação da profissão exercida até à data da integração na unidade colectiva, e a constituição da comissão directiva, eleita de entre os mesmos interessados;

c) Análise estrutural da exploração antes da intervenção;

d) Análise da intervenção e das respectivas consequências técnico-económicas: Plano de exploração do ponto de vista técnico e económico.

4. A zona de intervenção

Reconhecida a existência de duas zonas, social e economicamente bem diferenciadas do ponto de vista agrícola, a zona de grande propriedade e a zona de minifúndio e pequena propriedade, separadas sensivelmente pelo Vale do Tejo, torna-se evidente que não são aplicáveis a uma e outra os mesmos mecanismos de intervenção e que qualquer Reforma Agrária, concebida para a primeira não pode, nem deve aplicar-se à segunda. Esta tem sido aliás a orientação do Governo mas convém, no entanto, torná-la perfeitamente clara evitando-se quaisquer margens para especulações.

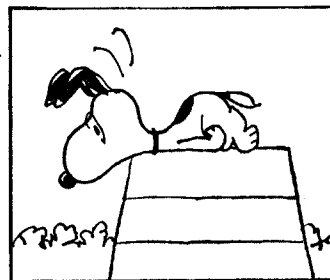
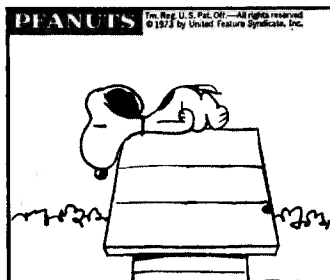
Considera-se, por isso, que deve ser delimitada a zona de intervenção da Reforma Agrária nos termos dos princípios gerais orientadores agora definidos, tornando-se igualmente explícito que a mesma não se aplicará nas restantes zonas do País. A delimitação da zona de intervenção deve ser feita no mais curto prazo, assentando-se desde já que, correspondendo essa zona às regiões de predomínio das grandes propriedades deverá englobar «grosso modo» os distritos de Setúbal, Évora, Portalegre e Beja e parte dos distritos de Lisboa, Santarém, Castelo Branco e Faro.

Geral

Debate em Faro sobre regionalização

FARO, 15 — As comissões administrativas dos municípios algarvios vão discutir o projecto do decreto-lei de regionalização, numa reunião marcada para o próximo dia 21, às 15 e 30, no Governo Civil local.

No encontro participam também os membros da Junta Distrital, do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve e os chefes das secretarias das Câmaras Municipais.



Diferendo M.E.I.C.-Medicina

Foi institucionalizado o impasse nos anos clínicos

Na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, o eng. Costa Brotas, secretário de Estado do Ensino Superior, respondeu ontem aos alunos de Medicina. Três pontos discutidos, em intervenções de ping-pong, o massacre da pergunta vivamente repetida de um lado (estudantes), a defesa da resposta obsessivamente repetida do outro (o M. E. I. C.): a eliminação da cadeira de Anatomia no 1.º ano, a interrupção do 5.º e a distribuição (ausência de) dos alunos dos anos clínicos pelos Hospitais Cíveis.

Mas da assistência grita-se: «O senhor engenheiro tem que falar ao microfone se não, não se ouve». Entretanto, um assistente (de Anatomia) toma a palavra. Sente-se surpreendido pelas «muitas informações do sr. eng. Brotas» e é peremptório em afirmar: «O tratado de Anatomia pesava nesse tempo 7 quilos». Prosseguindo: «este ano — coisa que nunca houve — cada turma tem 20 alunos» e duas aulas por semana.

Fala do Porto (que condena) onde o problema de Anatomia não se levanta. E termina o assistente voluntário: «Os interesses do povo português têm que ser defendidos, mas os interesses dos alunos também».

O secretário de Estado tenta explicar-se. Houve denúncia, queixinhas, para o encerramento e suspensão de Anatomia? O eng. Brotas afirma serem do conhecimento público as deficiências daquela cadeira e ser da competência do Instituto de Anatomia demonstrar o interesse de cada um. Há um documento: a carta que aquele organismo mandou. E o engenheiro Brotas conclui: «As minhas relações com o Instituto de Anatomia é preferível que se desenrolem por escrito».

Há sururu na sala; alguém pergunta se as aulas de Anatomia que entretanto são ministradas não serão válidas. Se o estudo pode continuar. O engenheiro Brotas responde: «Virá a ter a validade que tiver. Valerá o que valer».

O secretário de Estado do Ensino Superior pensa que foi encontrada a melhor solução. Em coro a assistência grita: «Rejeitamos». Costa Brotas responde: Rejeitamos? Pois estamos no impasse. Esperemos então pelo secretário de Saúde».

ONDE ESTÁ O IMPASSE?
Na sequência da discussão, estabelecida a propósito dos anos clínicos, viria a poder depreender-se que o impasse para a colocação dos alunos nos Hospitais Cíveis não será entre os estudantes de Medicina e o M. E. I. C. mas, com maior propriedade, entre o M. E. I. C. e a Secretaria de Estado de Saúde que teria sido alvo de uma série de pressões por parte dos organismos dos Hospitais Cíveis.

«O problema não pode ser resolvido à custa dos alunos» — diria o professor da cadeira de 4.º ano, «Introdução à Clínica» na sua intervenção vivamente ovacionada. Por outro lado, recordou o professor, que os médicos, deviam trabalhar seis horas por dia como acontece em Santa Maria. E exemplificou ter ido alguém «para falar com médicos aos Hospitais Cíveis às 9 horas e os primeiros apareceram às 11 horas».

As 36 horas obrigatórias para os médicos dos Hospitais Cíveis viriam dominar toda a discussão que se seguiu. Com burburinho, com interrupção, com assobios. O ensino semestral hospitalar foi outro cavalo de batalha. Da sua obrigatoriedade ou não depende a interrupção das aulas do 3.º ano em 1976/77.

Além do «numerus clausus». As 36 horas hospitalares estavam previstas em decreto-lei do IV Governo. Foram tiradas no V. E. aprovadas no VI. Mas nunca cumpridas. E o M. E. I. C. não quer arcar responsabilidades sozinho. Espera pela Secretaria de Estado de Saúde. O problema transcende o ensino de Medicina, a própria superlotação que é um facto, a necessidade do «numerus clausus», o aumento dos cursos para médicos. As 36 horas semanais são viáveis numa perspectiva diferente do que deve ser a Medicina em Portugal, e a situação dos médicos na actual sociedade portuguesa.

O tempo corria. Alunos iam abandonando a sala. O engenheiro Brotas falou da «paralisia do 3.º ano» houve risos na assistência. A mesa esclareceu o secretário de Estado do Ensino Superior: «O sr. engenheiro enganou-se. Disse paralisia em vez da paralisiação».

«É da fadiga» — respondeu o eng. Brotas visivelmente cansado. Eram 20 horas. Estava-se ainda no primeiro ponto da agenda de trabalhos.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado, o vento era fraco e havia neblina ou nevoeiro em vários locais.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	2º
COIMBRA	5º
PORTALEGRE	11º
LISBOA	2º
FARO	11º
FUNCHAL	14º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima 18,5º

F. BOA E M. ESTORIL

Minima 07,1º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,7º

Atmosfera 8,6º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
2.53 31,7 m	8.33 1,2 m
15.17 3,6 m	20.47 1,1 m
Dia 16	
3.36 3,9 m	9.15 1,0 m
15.58 3,8 m	21.27 0,9 m
Dia 17	
4.15 4,0 m	9.55 0,8 m
16.38 3,9 m	22.07 0,8 m

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco, neblina ou nevoeiro, condições favoráveis a formações de geada nos locais obrigados.



AMANHÃ

NAScer AS 8.54
OCASO AS 18.39



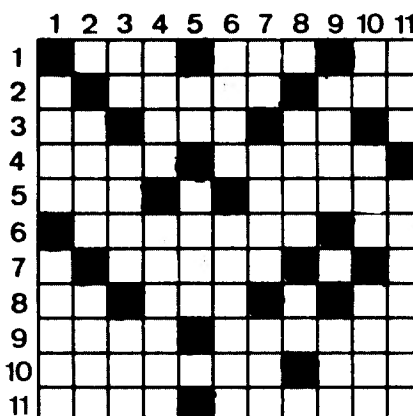
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11270

HORIZONTAIS:

- Preposição. Freguesia do concelho de Esposende. Prasiódimo (s.q.).
- Esfregar com as unhas onde se sente comichão. Pronome relativo.
- Artigo definido. Cabelos brancos. Ouro (s.q.).
- Parte superior e posterior do pescoço. Vagueies.
- Rio da Suíça. Espécie de andorinha.
- Retalha. Abreviatura que se usa em música.
- Nome de homem. Conjugação.
- Artigo definido. Ruins. Viração.
- Escave. Pequeno vaso cilíndrico, com uma asa lateral, que serve para beber.
- Recuai. Maior.
- Alegria. Adicionar.



VERTICAIS:

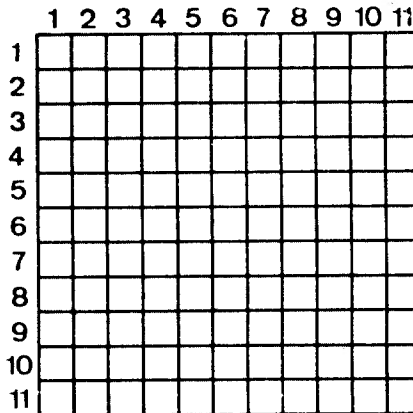
- Cidade da Alemanha. Ingerir alimentos.
- Transpirar. Nota musical.
- Língua antigamente falada ao Sul do rio Loire. Acreditar. Em as.
- Cidade da Arábia. Princípio.
- Aqui. Seiva viscosa de alguns vegetais.
- Período. Reles.
- Aparência. Largo de Lisboa. Escudeiro.
- Cantiga. Rado (s.q.).
- Deseja. Ave pernalt.
- Plutónio (s.q.). Sadio. Ave de rapina.
- Monarca. Realizara.

Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7430

HORIZONTAIS:

- Abaxiar.
- Roa. Tempo do verbo ver.
- Declara. Carta de jogar.
- Três iniciais que se encontram juntas em muitas passagens bíblicas com o significado de ah! oh! Campeão. Atmosfera.
- Abririas gretas em.
- Mulo. Ramo delgado de árvore. Lista.
- Seguia. Apellido. Busque.
- De outro modo. Conjugação.
- Isolado. Medida de líquidos da Alemanha. Seguiu.
- Lavrais. Bário (s.q.). Niquel (s.q.).
- A ponta das vergas. Pessoas muito parecidas com outras.



VERTICAIS:

- Superfície plana delimitada. Livro que contém as orações da missa para todos os dias do ano.
- Lago da República da Nicarágua. Agora.
- Tratar por tu. Nesse lugar.
- Unidade monetária do Japão. Meteis em mala.
- Guardarias.
- Preveniriam.
- Braco de mar. Batráquio. Boro (s.q.).
- Tempo do verbo ir. Nesse lugar. Fluido aeriforme.
- Poisaram no mar (o avião).
- Pedras de moinho. Samarra.
- Molestais.

M.C.S. projecta

"Edições Terra Livre"

Distribuída pelo Ministério da Comunicação Social, uma série de publicações (Edições Terra Livre) vai estar ao alcance do público português, pelo menos do público que estiver interessado em se deixar «alfabetizar cívico-politicamente» por vias novas, dado que «abrir novas vias de alfabetização cívico-política» é o objectivo que a editora se propõe alcançar.

As edições serão constituídas por livros acessíveis, de pequeno formato, amplamente ilustrados, «escritos numa lin-

guagem que permita pôr ao alcance dos portugueses assuntos que a todos importa conhecer», como a História de Portugal, a História do regime salazarista, a ecologia e a Reforma Agrária, etc. em colecções que compreenderão «Actualidade», «Arte e Artistas», «Brevíários da Cultura», «Imprensa», «Portugal Ontem, Portugal Hoje» e «Problemas Quotidianos».

Para já a actividade da nova editora está limitada à publicação de uma brochura intitulada «Portugal Reencontrado».

Torga não tem nada com jornal em Viseu

Não se confirmam as notícias segundo as quais o escritor Miguel Torga poderia vir a ser nome para a direcção de um jornal a publicar-se dentro em breve em Viseu.

As notícias referentes ao aparecimento de um jornal a chamar-se «Faina», envolviam o nome do autor de «Bichos». Abusivamente, pode concluir-se, a partir de locais posteriormente publicados em

dois vespertinos de Lisboa, que citam o próprio escritor (caso do «Diário Popular») ou «círculos próximos de Torga» (caso de «A Luta»).

Porque oportunamente o «DL» referiu ao projecto do novo jornal mencionando o nome de Torga como possível director, fica aqui o eco do desmentido, e, em suspenso, a expectativa relacionada com o jornal em questão.

Farmácias de Serviço

LISBOA

TURNO B-1

TODA A NOITE

AJUDA
Boa Hora, R. dos Quarteis, 25-27 (T.637777)

ALCANTARA
Costa, R. dos Lusíadas, 30 (T.636704)

ALVALADE
Alvalade, Av. da Igreja, 18-A (T.712070); Onida, Av. João XXI, 13-A

AVENIDAS NOVAS
Dafva, Duque de Ávila, 125 (T.45225)

BAIXA
Cortez, R.S. Nicolau, 93 (T.325378)

BELEM
Bom Sucesso, R. Bartolomeu Dias, 63-A (T.611454)

BENFICA
Prograss, E. da A-da-Maia, 64-C (T.702226)

CAMINHOS-DE-FERRO
Alves de Carvalho, R. Vale de Santo António, 7-9 (T.840125)

LAPA
Mota Capitão, R. de S. Félix, 45-A-B (T.660720)

OLIVAIS
Central dos Olivais, R. Alfere Barrilero Ruas, 7-C (Olivais Norte) (T.315539)

REGO
Prates e Mota, R. da Beneficência, 91 (T.773728)

TURNO B-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALFAMA
Cruz de Malta, L. Chafariz de Dentro, 36 (T.866126)

AMOREIRAS
Amoreiras, P. das Águas Livres, 8-D (T.681515)

ARCO CEGO
Providência, R.D. Filipa de Vilhena, 9-C (ao Bairro Social) (T.770324)

AREIRO
Gasparinho, R. Dr. Gama Barros, 54-A (T.710465)

ARROIOS
Brasil, R. Alves Torgo, 29-33 (T.46843)

BAIXA
Brites Moita, R. da Alegria, 33 (T.321149)

BENFICA
Sousa, E. de Benfca, 429-431 (T.780027)

CAMPO DE OURIQUE
Ourique, R. Freitas Gazul, 23-B (T.671667)

CONDE REDONDO
Safuz, R. Luciano Cordeiro, 73 (T.42239)

LUMIAR
S. Tomé, E. do Desvio, lote 12-C (T.790704)

PICHELEIRA
Mariz, C. da Picheleira, 140-B-C (T.720703/728395)

POÇO DO BISPO
Barros Gouveia, R. Vale Formoso de Cima, 79-B (T.382180)

S. BENTO

Valentim, R. Poço dos Negros, 88-90 (T.679453)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. C.G. Guerra, 29 (T.2112081)

CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1 A (T.242839). Toda a noite

OEIRAS
Alcantara Guerreiro, P. Residência Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T.2430691). Até às 22 horas

NOVA ODEIRA
Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PARADE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite

ESTORIL
Amoreira, Até às 22 horas; Marques dos Santos, R. Ferreira J.A., 15 (T.260116). Toda a noite

CASCAIS

NOVA
Ede Alvide, Fontainhas (T.281044). At. às 22 horas; Marginal, Av. Marginal (T.280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T.930019); Fiana, R. Elias Garcia, 78-B (T.932485); Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T.938149)

DAMAIA
Damaia, P. Al xandre Gusmão, 9-A (T.970523)

VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (T.972530)

QUELUZ
Serra e Pinto, Av. D. António C. Sá, 50-E (T.957619)

CACÉM
Araújo e Sá, E. de Paço de Arcos, lote 1-B (T.2940781)

MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T.2912038)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Marráz, Estefânia (T.2930058)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)

ALMOS VEDROS
Gusm, R. C.ã d.ã dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA

Silva Júnior, E. En. Frederico Ulrich, 9-2.º, piso E (T.2768030)

BAIXA DA BANHEIRA

Alanca, E. Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO

Santa Mart, R. Dr. Ma uel Pa heco Nobre, 44-B (T.2072141)

COVA DA PIEDADE

Atlântico, R. Padre Ma uel Bernardes, 1 (T.2764466)

MOITA

União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTUJO

Diogo, R. Almirante Reis, 50 (T.2310032)

SESIMBRA

Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETURAI

Costa, L. da Misericórdia (T.2760); Brasil, P. do Brasil (T.24788)

SEIXAL

Soromenho, R. Pav Co lho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 24

ATÉ ÀS 22 HORAS

Gondarém, R. de Gondarém, 360, 1.º, Nova Avenida, Av. Fernão de Magalhães, 692

Pinheiro Manso, R. São João de Brito, 25-29

Santa Teresa, P. Guilherme G. Fernandes, 100

Alves, P. do Exército Libertador, 62

Barros, R. do Loureiro, 90

Cameira, R. do Heroísmo, 90

Terreiro, R. da Reboleira, 21

TODA A NOITE

Boa Hora, R. da Boa Hora, 80

Correia de Araújo, R. de Santa Catarina, 259

Silva Pereira, R. de Costa Cabral, 293

COIMBRA

Luciano e Matos, R. da Sofia, 11 (T.22147)

Machado, R. Bernardo Albuquerque (T.23767)

Cidália, L. da Se Velha, 14 (T.23234)

Outros Espectáculos

LISBOA/Teatros

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.45 (13 anos)
«O Soldado e o General»

VARIEDADES
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»

MÁRIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé»

MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Civil»

MONUMENTAL
20.45 e 22.45 (13 anos)
«Família até certo Ponto»

ABC
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Os Complexos de Portnoy»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Os Viciados»

EUROPA
21.30 (18 anos)
«Butch Cassidy e o Kid»

PARIS
21.15 (18 anos)
«O Homem de Ferro»

MUNDIAL
21.15 (18 anos)
«Sua Ex.ª Gostava de saias»

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«A Raça dos Senhores»

JARDIM
21.00 (18 anos)
«Pintores e Raparigas»

LINHA DE CASCAIS

Oxford
21.15 (13 anos)
«S. Miguel tinha um Galo»

Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«Belo Negócio»

ESTORIL

Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«A Pistola»

CASCAIS

S. José
21.15 (18 anos)
«Tommy»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Para Amar Ofélia»

SINTRA

Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«Júlia e os Homens»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Sinos do Inferno»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«Demasiado Risco para um Homem Só»

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«Cordeiro Enfurecido»

PORTO/Teatros

SA DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Lisboa Acordou»

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aaina»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Adolescente Perversa»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Iniciação sexual de Casanova»

BATALHA

21.15 (6 anos)
«Os Malucos vão à Guerra»

ESTÚDIO FOCO

21.15 (6 anos)
«Isto é Espectáculo»

RIVOLI

21.15 (18 anos)
«Tarzoon a Vergonhada Selva»

OLÍMPIA

21.15 (18 anos)
«Mete o teu diabo no meu Inferno»

PASSOS MANUEL

21.30 (18 anos)
«Viridiana»

COLISEU

21.15 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»

ÁGUIA DE OURO

21.30 (18 anos)
«4 Cavaleiros do Kung Fu»

S. JOÃO

21.15 (18 anos)
«Paul e Michele-Amigos e amantes»

TRINDADE

21.15 (13 anos)
«Le Chat et la Souris»

JÚLIO DINIS

21.15 (13 anos)
«Prá Frente é que é o Caminho»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Como cacar um Marido»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«A Júlia e os Homens»

SOUSA BASTOS
21.15 (18 anos)
«Sidrião, o Engatidão»

S. TEOTÔNIO
21.15 (18 anos)
«Amarcord»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Processo Arquivado»

CASTIL

T. 530194 15.30, 18.30 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Muitíssimo atrevido

3.ª Semana

METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO!

IMPERIO

T. 555134 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Inspirado na obra de Oscar Wilde

A VIDA DE DORIAN GRAM

Com Helmut Berger e Richard Todd

ROYAL

T. 865037 15.15 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

... E CONTINUAM A CHAMAR-LHE FILHO DA...

POLITEAMA

T. 326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

Interdito a menores de 18 anos

METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO

4.ª Semana

O «Sexo» Anda em Escape Livre

VOX

T. 720808 14.15, 16.30, 19.00, 21.30

Não acons. men. 18 anos

A REBELDE APAIXONADA

ROMA

T. 727778 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

CONFISSÃO DE UM COMISSÁRIO

Um filme de Damiano Damiani

2.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Para todos M/6 anos

Walt Disney productions

UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO

A aventura para além da imaginação

6.ª Semana

EDEN

T. 320769 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Int. a men. 18 anos

A ESTALAGEM DO PRAZER

Um filme de Alvis Brummer

ODEON

T. 326283 15.15, 18.15, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

8.ª Semana de êxito total (colorido)

A comédia de sexo e de pecado à solta

COMO CAÇAR UM MARIDO

Um festival malandricas «secretas»

Contém cenas eventualmente chocantes

APOLLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A HISTÓRIA DE FERNAO CAPELO GAVOTA

3.ª Semana

Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)

RITUAL DE GUERRA

De Donald Siegel

CASINO ESTORIL

T. 26 4621 17.00, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

A PISTOLA

S. JORGE

T. 54153/4 Hoje às 21.15 - Estreia!

Interdito a menores de 18 anos

TRAGAM-ME A CABEÇA DE ALFREDO GARCIA

Uma história de amor e vingança!

RESTELO

T. 610375 21.00

(Não acons. a men. de 18 anos)

O HOMEM DA LEI

AVIS

T. 47 163 15.30, 18.30, 21.15

Para todos maiores de 6 anos

OS MALUCOS VÃO À GUERRA

8.ª Semana

c/ Les Charlots

ESTÚDIO

T. 555135 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Sylvia Kristel, Jean Luis Trintignant

BRINCANDO COM O FOGO

6.ª Semana

ESTÚDIO 444

T. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h

Interdito a menores 18 anos

O RALLYE DAS GOZONAS

Este filme contém cenas event. chocantes

3.ª Semana

CARLOS MANUEL

Tel. 2930394 21.15

Int. a menores - 18 anos

JÚLIA E OS HOMENS

Nota: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

UNIVERSAL

T. 774402 15.00, 19.00, 22.00

Não acons. a menores de 13 anos

ERICA MINOR

17.00 e 20.30 h.

CAMARADAS

de Marin Karmitz

CONDES

T. 322523 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

OS PRAZERES DO VIGÁRIO

Com Magali Noel, Solveia Andersson — Colorido

BERNA

T. 776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Charles Bronson

O JUSTICEIRO DA NOITE

Um filme de Michael Winner

Em 10.ª Semana

LONDRES

T. 801313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

BREVE ENCONTRO

Com Sophia Loren, Richard Burton

Colorido

3.ª semana

ROXY

T. 48560 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

EMILIENNE

Com Betty Mars, Nathalie Gurin

Colorido

AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI

T. 570595 15.00, 18.00, 21.00

Não acons. men. 18 anos

SONHO DE AMOR

List a sua música e os seus amores

Um filme de Marton Keleti

ALVALADE

T. 897480 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

OS PRAZERES DO VIGÁRIO

Com Magali Noel, Solveia Andersson

Colorido

PATHE

T. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Int. a men. de 18 anos

A ESTALAGEM DO PRAZER

Um filme de Alois Brummer

NIMAS

T. 574362 14.15-16.30-18.45 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Um filme de Damiano Damiani

PORQUE SE MATA UM MAGISTRADO?

c/ Franco Nero, Francoise Fabian

BARES • BOITES

DANCINGS

NINA Dancing com atrações Rua Paiva de Andrade, 7-13 T.elf. 364859/368197. Tina, Stripteaseuse

CASINO ESTORIL Jogo autorizado Variedades internacionais T. 261461/164526/264596/264621/264946

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 65431/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOIA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Vitor Alves esperado na Covilhã

VILA REAL, 15 — Antes de se encontrar, cerca das 14 horas de hoje, com os seus camaradas da guarnição militar de Vila Real na messe de oficiais daquela unidade, o major Vitor Alves, que se encontra de visita ao distrito, deslocou-se à Quinta do Prado e, mais tarde, ao Centro Cultural de Vilarinho da Samardã.

Entre esta visita e a que fez ao Instituto Politécnico numa sessão de trabalho considerada proveitosa e oportuna, o ministro da Educação e Investigação Científica reuniu-se com os representantes dos Órgãos

da Informação, num hotel da cidade, a quem deu conta das razões da sua deslocação e afluíram algumas das questões com que o ensino em geral se debate no nosso país.

Continuando o programa de trabalhos que se propôs levar a cabo e que visa essencialmente conhecer, nos seus próprios locais, os problemas com que o ensino se debate em Portugal, o ministro segue, ainda hoje, para a Covilhã, onde terá conversações com elementos do corpo docente daquela cidade.

Para as legislativas

Abre amanhã o período pré-eleitoral

Abre amanhã o período pré-eleitoral referente às eleições para a Assembleia Legislativa, que devem realizar-se em Abril próximo.

Para assinalar o início do período, realiza-se às 10.30 no Ministério da Administração Interna uma reunião entre o titular da pasta, comandante Almeida e Costa, secretário de Estado, directores-gerais e, entre outras personalidades, os governadores civis dos distritos do Continente (não se sa-

bendo se estarão presentes os governadores das Ilhas).

Antes da reunião tem lugar uma breve cerimónia no decurso da qual o comandante Almeida e Costa profere uma breve alocução.

Entretanto, uma informação proveniente do M. A. I. diz que, tal como há um ano, as operações eleitorais ficarão a cargo do Secretariado Técnico de Assuntos Políticos e Eleitorais, órgão dependente do Ministério e dirigido pelo comandante Costa Correia.

Maltês Soares saiu da prisão

Na sequência das libertações que vêm sendo feitas ultimamente, soube-se hoje que o capitão Maltês Soares, o muito conhecido ex-comandante do corpo especial da Polícia de Choque, preso desde 25 de Abril de 1974, deixou a prisão.

Maltês Soares, enquanto ocupou aquele cargo, jamais

hesitou em levar os actos repressivos da extinta Polícia de Choque até às últimas consequências e foi o responsável directo por muitas cenas lamentáveis nas ruas de Lisboa.

Como oficial que permaneceu no activo durante todo o tempo da sua detenção, o capitão Maltês Soares permanece apresentado na Direcção da Arma de Infantaria.

Álvaro Cunhal hoje em Algés

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de Carnaxide do PCP realiza-se hoje um comício em Algés, às 21 horas, na Habitat (junto das piscinas), com a presença de Álvaro Cunhal e de outros dirigentes do partido.

No texto da convocatória («que vem numa hora muito difícil do processo revolucionário») faz-se um apelo à classe operária, a todos os trabalhadores e ao Povo Português

em geral, para «se fazerem representar massivamente nesta jornada de esclarecimento». Considera a Comissão de Freguesia de Carnaxide do PCP que a actual situação política, «longe de se solucionar, ainda se complica mais», e que «as forças de direita e conservadoras, mantendo a hegemonia no Governo, tomam dia-a-dia medidas que visam piorar as condições de vida das classes trabalhadoras».

Mário Soares vai à América

O secretário-geral do P.S., Mário Soares, parte no próximo dia 20 para os Estados Unidos. Encontros com personalidades políticas norte-americanas e contactos com a colónia portuguesa fazem parte da agenda. Mário Soares dará ainda uma conferência numa Universidade que as notícias não

designam.

A viagem do secretário-geral do P.S. aos Estados Unidos realiza-se logo a seguir à participação numa reunião de partidos socialistas europeus que se realiza na Dinamarca.

Entre a Dinamarca e os Estados Unidos Mário Soares faz uma breve escala nos Açores.

Saneamentos à esquerda em câmaras municipais

Assume aspectos preocupantes a situação de muitas Câmaras Municipais do País, cujas comissões administrativas têm vindo a ser alvo de saneamento (à esquerda) ou apresentado a sua demissão. Depois da C.A. de Bombarral, saneada por se identificar na linha PCP, a comissão administrativa da Câmara de Aveiro (afecta ao MDP/CDE) apresenta a sua demissão; em Alenquer, a direita pretende afastar a c.a. da Câmara (predominantemente PCP) e, por último, em Cascais, uma minoria afasta, com a razão da força, os componentes da c.a. que também haviam sido eleitos democraticamente.

No que respeita à comissão administrativa da Câmara do Bombarral, o pretexto para o afastamento da mesma foi uma «questão de águas». Todavia, a verdadeira razão pode ser encontrada no «Boletim Informativo» da própria Câmara (edição anterior ao saneamento): «(...) Esta comissão administrativa já o disse publicamente, é na sua maioria composta por comunistas, e mais uma vez o afirma, sem medo, antes com orgulho, até porque deixa uma obra que muitos invejam e por despeito atacam». Em Aveiro, conforme referimos, os elementos que integram a c.a. são afectos ao MDP/CDE. O presidente da co-

missão, dr. Flávio Fardo, demite-se do cargo ao mesmo tempo que repudia a «degradação do processo revolucionário». Com ele, saem o vice-presidente e um vogal, Carlos Jerónimo e Alberto Andrade, este último presidente da Comissão Municipal de Turismo. Os demissionários afirmam: «a vaga de saneamentos de cidadãos progressistas e democratas honrados de muito antes do 25 de Abril contraria toda a expectativa dos revolucionários antifascistas portugueses. Ainda assim, permanecem na Câmara cinco vogais: três afectos ao PS e dois ao PCP».

ALENQUER

Em Alenquer, uma comissão de moradores organiza uma manifestação contra a comissão administrativa da sua Câmara. Cerca de quatrocentas pessoas esgrimem o seu protesto. No dia seguinte (ontem) outras comissões organizam uma contra-manifestação. Esta última quer que seja respeitada a eleição democrática que levou a Câmara homens integros, da confiança da maioria da população. Nesta c.a., porém, a maioria identifica-se com o PCP, o que contraria a «lógica» dos resultados eleitorais (para a Constituinte).

O governador civil de Lisboa desloca-se a Alenquer, aprecia

a situação e regressa à capital, deixando a promessa de uma solução para o problema o que passará por um encontro, amanhã, com representantes dos três partidos políticos que fazem parte do Governo.

CASCAIS

Em Cascais, campeou a violência. Um grupo de caciques locais passou à agressão física. Aconteceu, ontem e depois de uma convocação do PS para uma reunião na Câmara. Gente progressista admite que a finalidade era demitir, pura e simplesmente, a comissão administrativa: o que foi conseguido.

Muito antes da abertura da sala, já esta se encontrava cheia. As condições acústicas eram surpreendentemente deficientes. Cá fora, ou nos corredores, o Povo não sabia o que se passava lá dentro, onde se fazia a grande contestação do Gabinete de Planeamento e Urbanização, cuja existência não depende, afinal, da c.a. da Câmara.

A argumentação dos elementos da c.a. viria a ser, sempre, boicotada, chegando-se a cenas de pugilato.

Em resumo, 150 indivíduos conseguiram demitir a comissão administrativa da Câmara de Cascais, eleita democraticamente em todas as autarquias.

Acidentes no nevoeiro

Continuação da pág. 1

rista. Segundo apurámos no local, o morto é um retornado que beneficiava de uma «boleia» concedida pelo motorista.

Entretanto uma outra viatura militar do Depósito de Beirólas que se dirigia para o lugar do acidente a fim de prestar auxílio à coluna vinda de Santarém, foi vítima de um acidente mecânico e, na sequência do ocorrido, veio a ser atropelado um soldado que tentava desviar a circulação.

Por volta das 8 horas, um automóvel conduzido por D. Maria Luísa Ribeiro Pereira, filha do secretário de Estado do Urbanismo, chocou violentamente com uma camioneta no Marco do Grilo (cruzamento da estrada da Albufeira com a estrada de Sesimbra). Do acidente resultou a morte de uma irmã da condutora, D. Maria da Graça Ribeiro Pereira, e ferimentos, cuja gravidade não foi possível determinar, nos restantes passageiros, D. Maria Isabel Ribeiro Pereira e Mário João Quadros Martins.

Outros acidentes de menor monta foram classificados pelo tenente França de Sousa, da Brigada de Trânsito da GNR, como fruto da «inconsciência criminosa de automobilistas que, em condições de tempo como estas, esquecem a prudência que lhes aconselhamos e vão ao ponto de circular a 140 quilómetros por hora».

ATRASOS NA LINHA DE SINTRA

«Desarmes intermitentes no abastecimento eléctrico provocaram nos comboios da linha de Sintra atrasos que atingiram 1 hora e 35 minutos» — esta a informação das Relações Públicas da C.P.

Os desarmes principiaram a registar-se às 4 e 25 e prosseguiram até depois das 9 horas.

A situação só ficou normalizada às 9 e 45.

Em consequência da falta de

corrente «foram suprimidos 25 comboios», sendo 12 destinados a Lisboa e 13 a Sintra.

O comboio mais afectado com a falta de corrente foi o que, saindo de Sintra, chega ao Rossio às 7 e 25. Chegou às 9 horas. Portanto, 1 hora e 35 minutos de atraso.

Além disso (e ainda segundo as Relações Públicas da C.P.), «o nevoeiro impôs uma marcha moderada às composições, até porque seguiam muito superlotadas».

AEROPORTO FECHADO

Devido ao nevoeiro, o aeroporto da Portela encontrava-se esta manhã sem trânsito. A situação mantinha-se desde a 1

e 15 horas.

Aviões, para aterrar, tiveram de demandar outros aeroportos.

Assim, um avião da «South Africa», procedente de Joanesburgo, seguiu para Roma; em Faro aterraram um «TWA», de Nova Iorque, e um «Varig», do Rio de Janeiro; e o avião dos Transportes Aéreos de Angola foi parar a Faro.

Os voos TAP (Porto e Faro) foram cancelados.

Unicamente um aparelho da «Aeroflot» conseguiu aterrar de madrugada, precisamente à 1 e 10.

Segundo os técnicos do aeroporto, a situação normalizar-se-ia a partir do meio-dia.

Bomba no Funchal destruiu o carro de um sacerdote

FUNCHAL, 15 — Um petardo de grande potência destruiu aqui na madrugada de ontem, cerca das 4 horas, o automóvel de um sacerdote progressista, ferindo algumas pessoas.

A carga explosiva foi colocada sob a viatura, estacionada no sítio das Quebradas, em S. Martinho, notando-se pela primeira vez a ocorrência de feridos em consequência de um atentado deste tipo.

O carro irrecuperável, é propriedade do padre Dr. João da Cruz Nunes, considerado um homem de esquerda e conhecido pelas posições progressistas que vem assumindo.

NA PÓVOA DE VARZIM

PORTO, 15 — Esta madrugada, cerca das 5 horas, rebentou uma bomba em Vila do

Conde à entrada da Rua 25 de Abril, junto ao Café Nacional.

É proprietário do café, Joaquim da Silva Ventura, é militante do M. D. P./C.D.E., com residência na Avenida Júlio Graça.

Dois detidos no local da explosão

PORTO, 15 — Já se encontram detidos dois indivíduos aparentemente implicados na explosão verificada nas instalações do S.A.A.L., ocorrida, como noticiámos, na madrugada de ontem.

Os dois indivíduos foram apanhados a descer a escada do prédio onde se encontrava instalado o S.A.A.L.

«Ambos tinham um aspecto esquisito» — assim se exprimiu um dos trabalhadores daquele organismo.



O NOME GRAVADO

A Rua do Açougue, em Rio Maior, passou recentemente a nomear-se Rua do Tenente Oliveira Coimbra, oficial dos Comandos morto durante o assalto e a tomada da PM em 26 de Novembro de 1975. À cerimónia de afixação da nova lápide toponímica estavam presentes o coronel Jaime Neves, dois «chaimites» e 60 comandos.

Entretanto os antifascistas assassinados pela PIDE na Rua António Maria Cardoso (25 de Abril de 1974); Vitor Bernardes morto pela PSP (Agosto de 1974); Joaquim Assunção Leal e Maria Eduarda mortos respectivamente na Amadora e em Monsanto pelos comandos na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro, continuam a não figurar nos nomes das nossas ruas e continuam — sobretudo — sem vida... Nesta situação encontram-se muitos outros que encontraram a morte combatendo obstinadamente para a obtenção de uma sociedade justa e melhor. É preferível em todos os casos possuir o seu nome gravado no coração dos homens do que numa lápide toponímica.

ESTATÍSTICAS

O matutino «O DIA» publicou, sob o título «Riscos da Profissão», uma estatística com o nome e as circunstâncias em que foram mortos seis agentes da PSP e feridos outros 66 desde Abril de 74. Espera-se que nos próximos dias o mesmo jornal publique também a estatística dos civis e antifascistas mortos e feridos, antes e depois de Abril de 74, pela mesma PSP. Como título sugerimos «Riscos de uma Opção».

Vasco Lourenço visitou o R.I.O.Q.

O comandante da Região Militar de Lisboa, brigadeiro Vasco Lourenço, visitou esta manhã o RIOQ, em Queluz, acompanhado pelo tenente-coronel Tomé Pinto, pelo chefe da 2.ª Repartição, major Espírito Santo, chefe da 4.ª Repartição; major Bonito, oficiais do quartel da Região Militar de Lisboa e capitão Clemente, seu ajudante.

A visita, que teve carácter de rotina e se insere nos mesmos objectivos das que foram efectuadas a outras unidades militares, terminou com uma reunião de informação na qual participaram oficiais, sargentos e praças do Regimento.